António Costa Pinto

O SALAZARISMO E O FASCISMO EUROPEU

problemas de interpretação nas ciências sociais

imprensa universitária

editorial estampa

Neste livro o autor faz um balanço das interpretações do salazarismo produzidas pela moderna investigação em Ciências Sociais. O seu objectivo é o «de observar e analisar as interpretações do 'Estado Novo' e, genericamente, do problema do fascismo em Portugal». Resultado de uma investigação exaustiva sobre a historiografia do autoritarismo português, o estudo de António Costa Pinto privilegiou o debate sobre as relações entre o «Estado Novo» e os regimes autoritários e fascistas europeus.

António Costa Pinto ensina História Contemporânea de Portugal e História Europeia Comparada (Séc. XX) no Departamento de Sociologia do I.S.C.T.E., Lisboa. Entre 1986 e 1989 foi investigador no Instituto Universitário Europeu, Florença, e no ano seguinte *Fellow* no Departamento de Ciência Política da Universidade de Stanford, EUA. Publicou diversos ensaios e artigos sobre história política do século XX português e particularmente sobre os movimentos, ideologias e regimes autoritários.

S.D.U.M.
166909
329.18(469)
P

ANTÓNIO COSTA PINTO

O SALAZARISMO E O FASCISMO EUROPEU

PROBLEMAS DE INTERPRETAÇÃO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

1992
Editorial Estampa
Lisboa

Capa de:
Soares Rocha

Ilustração da capa:
Manifesto da Exposição da Revolução Fascista,
Roma, ano XI da Era Fascista (1933). Cartaz

Fotocomposição:
Diotipo — Artes Gráficas, Lda. — Odivelas

Impressão e acabamento: *SMAG — Silva Miguel, A.G., Lda.*

Depósito legal N.º **52600/92**

ISBN 972 - 33 - 0851 - 7

Copyright:
António Costa Pinto
Editorial Estampa, Lda., Lisboa,
para a língua portuguesa

ÍNDICE

Nota Prévia 11
Introdução 13

1. O fascismo: As interpretações das ciências sociais e o «Estado Novo» 17
1.1 A «exclusão» do «Estado Novo» 21
1.2 A definição de um tipo ideal de «regime autoritário» 26
1.3 O fascismo e a sociologia da modernização 31
1.4 As contribuições marxistas dos anos 60 34
1.5 Entre «clérico-corporativo» e «clérico-fascista» 39

2. Os primeiros estudos sobre o «Estado Novo» 41
2.1 As interpretações genéricas 42
2.1.1 A queda do liberalismo e o «Estado Novo» em comparação 42
2.1.2 «Um fascismo sem movimento fascista» 45
2.1.3 «Um regime de excepção que se tornou regra» 47
2.1.4 Um «império centralizado e burocrático» 51
2.1.5 Nas ditaduras da Europa de Leste 52
2.2 Algumas contribuições parcelares 54
2.2.1 A «revolução corporativa» 55
2.2.2 A Igreja Católica e o «Estado Novo» 58
2.2.3 Umas eleições «pas comme les autres» 61
2.2.4 Escola e ideologia de um «regime conservador» 62

3. O Estado Novo na investigação internacional dos anos 80 65
3.1 O «Estado Novo» na historiografia sobre o fascismo italiano 67
3.2 O «Estado Novo» na historiografia sobre o franquismo 70

Antonio Ferro
antemista

3.3 A historiografia francesa, Vichy e Salazar 73
3.4 O «Estado Novo», as ditaduras austríacas e da Europa de Leste 77
3.5 As síntese gerais 83

4. A moderna investigação sobre o «Estado Novo» 87
4.1 O regresso às origens 88
4.2 Fascismo ou autoritarismo? 92
4.3 Desenvolvimento ou estagnação? 97
4.4 As condicionantes internacionais 102
4.5 O partido único 105
4.6 Os militares 108
4.7 A oposição 110

5. Problemas e perspectivas de análise 113
5.1 O fascismo e a crise do liberalismo português 114
5.2 O sistema político do «Estado Novo» e o fascismo 123
5.3 Autoritarismo, estado e sociedade 127

6. Guia bibliográfico
6.1 Obras gerais 135
6.2 Obras de síntese e comparativas sobre o fascismo 136
6.3 Obras sobre o fascismo e o «Estado Novo» com referências comparativas 138

Índice onomástico 145

«The difference between Salazar and the other dictators is less a matter of character than of situation and sheer opportunity. It's luck as much as anything else. If you'd taken Stalin or Hitler or Mussolini, plucked them up from where they were and given them Portugal instead, how much trouble could any of them have caused?»

David Slavitt, *Salazar Blinks* (New York: 1988), p. 39.

NOTA PRÉVIA

Este estudo sobre o salazarismo e o fascismo foi realizado no âmbito de um projecto que venho desenvolvendo no Instituto Universitário Europeu, Florença. O pretexto para a sua elaboração foram os seminários do grupo de trabalho *European Fascism: Ideology, Politics and Society.* Alguns capítulos foram sendo discutidos em diversas ocasiões e o manuscrito acabou por exceder em tamanho o objectivo para o qual tinha sido previsto. Originalmente escrito em inglês, é provável que a versão portuguesa acuse a marca da tradução.

Apesar das excelentes condições de trabalho do IUE, foi na Califórnia que vim encontrar quase toda a bibliografia que me faltava, entre a Hoover e a Green Library da Universidade de Stanford, quando aí estive como *Visiting Fellow* no Departamento de Ciência Política, em 1988-89. Por este e outros trabalhos que fui realizando e espero vir a completar e publicar, agradeço ao INIC, à FLAD e ao IUE, o apoio prestado.

Ainda que a lista possa parecer desproporcionada face à magreza do produto final, não posso deixar de reconhecer algum apoio recebido. Nos EUA o de Philippe Schmitter, Stanley G. Payne e Juan J. Linz. Em Florença o de Stuart Woolf que, com um liberalismo raro, me foi deixando extravasar largamente o que o meu estatuto me permitia fazer.

Desde informações bibliográficas a comentários e sugestões, ganhei bastante com o contacto regular com Gerhard Botz, Stein U. Larsen e Emilio Gentile. Em Portugal queria destacar o apoio de Manuel Braga da Cruz e o de alguns amigos, como o Nuno Gonçalo Monteiro, o Nuno Teixeira, o Pedro Tavares de Almeida e o João Serra. Mas os melhores agradecimentos são extra-académicos e vão para a Anne e para o meu pai.

Lisboa, Janeiro de 1991

INTRODUÇÃO

O objectivo deste estudo é o de *observar e analisar as interpretações do «Estado Novo» e, genericamente, do «problema» do fascismo em Portugal, propostas pelas ciências sociais.* Dada a opção de apenas introduzir as interpretações das ciências sociais, ele incide particularmente no período que decorre entre o início dos anos 60 e o final da década de 80. A justificação cronológica prende-se com o próprio percurso da historiografia internacional sobre o fascismo e esta desenvolve-se como campo estruturado no início dos anos 60. Muito embora as traves-mestras interpretativas sejam contemporâneas do fenómeno político e social em análise, foi na década de 60 que nasceu uma investigação histórica sobre o tema que não só reavaliou as teses surgidas no combate político como provocou o aparecimento de novas. Poderá até afirmar-se, sem dar margem a grande contestação, que foi neste período que se criou o «mercado interpretativo» ainda hoje utilizado. Dada a importância e a relativa interpenetração, em alguns períodos e campos de investigação, da História e da Ciência Política, seguiremos nesta introdução este duplo percurso, não isento de algumas tensões.

Anos 60

O factor proximidade temporal tornou o estudo do «Estado Novo» um domínio interdisciplinar por excelência, onde se cruzaram tradições diversas, da Ciência Política, à História e à

Sociologia. Com um desenvolvimento bloqueado até aos anos 70, a História Contemporânea, mais concretamente a do século XX português, faz ainda de parente pobre. A sua institucionalização nas Universidades é muito recente, a formação académica é fraca e o contacto com a historiografia internacional é ainda ténue [1]. Nos últimos anos, no entanto, a situação começou a alterar-se significativamente, bem visível no número de trabalhos que vêm sendo publicados sobre este tema e na sua introdução nos *curricula* escolares.

Antes de 1974, os escassos estudos sobre a experiência autoritária portuguesa foram publicados por estrangeiros ou por académicos exilados, com todas as limitações decorrentes do impossível acesso à maioria das fontes documentais. Quando, a partir dos finais dos anos 70, se iniciaram os contactos entre os estudiosos portugueses e a investigação internacional sobre o fascismo, o debate não foi fácil. A maioria dos trabalhos sobre o tema, independentemente das escolas teóricas em que se inseriam (inclusive a marxista), tendiam a excluir Salazar e o seu regime dos «fascismos». Alguns portugueses, pelo contrário, achavam que era notória má vontade, eventualmente provocada pela ignorância, a não inclusão do «Estado Novo» na família. Percorriam-se as obras sobre o fascismo europeu e referências a Portugal não se viam ou apareciam demarcadas, na categoria dos regimes «autoritários». A ignorância empírica era certamente um dos factores, mas o principal era de natureza teórica e permaneceu.

---

[1] Cf. M. V. Cabral, «História e Política nas Ciências Sociais Portuguesas: 1880-1980», e Luís Salgado de Matos, «Generalidade e Drama: Pensamento Político Português, 1945-1980», in Bolivar Lamounier (org.), *A Ciência Política nos Anos 80* (Brasília: 1982), pp. 251-280 e pp. 281-305; Manuel Braga da Cruz e Manuel de Lucena «Introdução ao desenvolvimento da ciência política nas universidades portuguesas», *Revista de Ciência Política,* Lisboa, 2.° semestre de 1985, n.° 2, pp. 5-41 e João B. Serra, «Os Estudos sobre o Século XX na Historiografia Portuguesa do Pós-Guerra», *Penélope,* n.° 5, 1991, pp. 111-147.

Pretende-se fazer aqui um balanço do que foi sendo escrito sobre o regime de Salazar pela investigação das ciências sociais, privilegiando-se aquelas contribuições que assumiram, mesmo lateralmente, uma dimensão comparativa. Não se trata pois de analisar toda a produção sobre o tema, mas apenas aquela que reflectiu modelos interpretativos. A opção adoptada não é valorativa. Outras são possíveis, legítimas e necessárias.

Em Portugal, algumas das obras pioneiras sobre o salazarismo e o fascismo foram produzidas no quadro disciplinar da ciência política. Nos últimos anos, no entanto, tem surgido uma nova investigação, sobretudo da autoria de historiadores, que tem tido um papel bastante importante no campo do conhecimento empírico do autoritarismo português no século XX. Independentemente das diferenças metodológicas que as separam, o autor destas linhas não comunga de toda uma corrente que desdenha a interpretação por princípio, limitando-se a reafirmar que as coisas que são o que são porque não podiam ter deixado de ser como foram, e que o habitual pretexto do desconhecimento empírico não pode desculpar.

A sistematização das interpretações do «Estado Novo», se não mais até pela simples recolha bibliográfica, pretende inserir-se num campo oposto ao citado.

1. O FASCISMO: AS INTERPRETAÇÕES DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E O «ESTADO NOVO»

A partir dos anos 50 as teorias do totalitarismo fizeram escola nos sectores dominantes da ciência política norte-americana, influenciando muitos estudos sobre o fascismo [2]. O nacional-socialismo alemão, contraponto do modelo soviético, era o regime que mais se aproximava do «tipo ideal» totalitário, com a chefia carismática de Hitler, um partido único, depositário da ideologia, ensaiando a conquista do Estado e o enquadramento da sociedade, auxiliado por um terrorismo institucionalizado. O fascismo italiano, segundo os pais ideológicos desta escola, não passava de um «totalitarismo imperfeito» e as restantes ditaduras dos anos 30 foram excluídas da investigação, de tal forma se afastavam deste «tipo ideal». O regime franquista ainda era por vezes referido, mas o português nem nas notas de rodapé.

Quando a teoria do totalitarismo começou a ser testada pela investigação empírica, nos anos 60, e apareceram os primeiros trabalhos sobre o tema da autoria de historiadores, a primeira preocupação foi a de delimitar a utilização do termo, que corria

[2] Não se pense no entanto que a teoria do totalitarismo se reduz a uma invenção norte-americana do período da «guerra fria», pois a sua elaboração é anterior aos anos 50. Cf. H. Arendt, *The Origins of Totalitarianism* (New York: 1951) e Carl J. Friedrich e Zbigniew K. Brzezinski, *Totalitarian Dictatorship and Autocracy* (Cambridge: 1956).

nos anos 60 um risco de generalização abusiva, espalhando-se por todos os continentes para caracterizar as ditaduras de direita. Este duplo trabalho de demarcação conceptual e investigação histórica só muito perifericamente incluiu o «Estado Novo» e as razões não são difíceis de encontrar.

Reagindo contra a generalização abusiva e política do termo, os historiadores dos anos 60 procuraram identificar aquilo que era singular e inovador nos sincréticos movimentos fascistas europeus e quais foram os factores que presidiram ao seu sucesso após a I Guerra Mundial. Estes movimentos representaram qualquer coisa de novo e inesperado na Europa do pós-guerra e não eram, quer como ideologia quer como partidos políticos, meros resquícios dos movimentos antiliberais do século XIX.

Sucederam-se naturalmente investigações sobre os movimentos, que procuravam individualizar a sua capacidade de mobilização e enquadramento no âmbito da crise social provocada pela I Guerra Mundial e a sua habilidade em captar largas faixas do eleitorado popular, sobre as estratégias simultaneamente revolucionárias (ou contra-revolucionárias) e eleitorais que estas novas formações políticas utilizaram para subverter, com sucesso, a ordem liberal na Alemanha e na Itália, e, sem sucesso, noutros países europeus. Ora o que justamente se procurava explicar em estudos monumentais, como os de Renzo De Felice sobre Mussolini ou os comparativos de Ernst Nolte, não se tinha verificado em Portugal. Aqui não se criaram movimentos fascistas significativos e o regime liberal republicano, na aparência formal, foi derrubado por um clássico golpe militar em 1926.

Uma das chaves deste sucesso na mobilização política antiliberal residia nos temas da propaganda fascista, baseados numa ideologia sincrética e extremamente fluida, repescando elementos de origem muito diversa. O fascismo dos anos 20 afirmava-se anticapitalista, caricaturava o burguês plutocrata, de

charuto na boca e com traços judaicos, armava-se da mitologia nacionalista contra o «internacionalismo vermelho», demarcava-se do conservadorismo tradicionalista, católico e monárquico de finais do século XIX. Acresce que muitos dos agentes desta síntese tinham percursos políticos pouco lineares. Mussolini vinha do partido socialista e a elite do nacional-socialismo não vinha dos partidos conservadores. Encontrava-se de tudo. Sindicalistas sorelianos que vinham do marxismo. Futuristas divinizando a sociedade industrial e a guerra. Intelectuais críticos do «liberalismo corrupto» e dos «partidos». Militares desmobilizados com muitas medalhas de guerra.

Associando as origens ideológicas de Salazar e do seu regime quase exclusivamente com o conservadorismo tradicionalista e católico, emergente em finais do século XIX, sem qualquer dos elementos individualizadores que caracterizaram a novidade do fascismo face ao velho pensamento contra-revolucionário, a larga maioria do debate historiográfico ignorou o caso português.

Não se pense que esta exclusão era provocada por desculpabilizações ou cumplicidades ideológicas com o regime derrubado em 25 de Abril de 1974. Os próprios trabalhos de origem marxista dos anos 60 e mesmo dos inícios da década de 70, que tentavam individualizar a natureza do fascismo, excluíam-no também. Procurava-se nas obras de Nicos Poulantzas e não se vislumbrava Portugal. O mesmo sucedendo com outros estudos do mesmo sector, como os do húngaro Mihály Vajda, ou os do francês Roger Bourderon, para referir apenas os mais citados nessa época.

A primeira obra colectiva sobre o fascismo que, não apenas por razões de conveniência editorial mas sobretudo teóricas, incluiu o regime de Salazar foi publicada em Inglaterra, em 1968, por Stuart Woolf[3]. O artigo sobre Portugal era da autoria

[3] S. J. Woolf (Edited by), *European Fascism* (London: 1968).

de Hermínio Martins e a preocupação dos autores era a de encontrar os elementos comuns a todos os regimes ditatoriais de direita na Europa do período entre as duas guerras mundiais. Mas, mesmo quando se tratava de abordar os regimes, a renitência dos grandes especialistas do tema continuava.

O salazarismo, segundo a maioria dos autores, não possuía as características que demarcavam o fascismo das clássicas ditaduras. Faltava-lhe a liderança carismática, um partido único mobilizando as massas, uma ideologia expansionista e guerreira, a tendência totalitária. Era também duvidoso que a sociedade portuguesa do pós-guerra possuísse as características estruturais que presidiram à emergência do fascismo — *industrialização rápida, massificação da vida política, crise económica* e mobilidade social descendente — e estiveram na base da sua capacidade de atracção junto de grupos sociais até aí eleitores tradicionais dos partidos democráticos e mesmo socialistas. Por outro lado, quer a Alemanha quer a Itália tinham um importante factor em comum: uma unificação política extremamente recente. Portugal, pelo contrário, era uma velha nação sem problemas nesse domínio e o «Estado Novo» tendia a ser comparado com regimes como o de Dolfuss, na Áustria, ou com as *ditaduras da Europa de Leste. O desenvolvimento da* investigação sobre os regimes ditatoriais extra-europeus, a partir do início dos anos 60, conduziu à elaboração e consolidação de um tipo ideal de «regime autoritário» que faria escola na ciência política e influenciaria também os historiadores do fascismo, quando se entrava no problema das «classificações» e das «tipologias». Portugal, Espanha e os regimes atrás referidos tendiam, pois, a ser integrados nesta categoria.

Não é de estranhar que os primeiros estudiosos do «estranho» *caso português viessem à procura do corporativismo*, do «catolicismo social», do colonialismo ou do papel dos militares. Nestes últimos dois domínios concentrou-se uma pequena legião, à medida que o arrastar da guerra colonial fazia

antever a mobilização política dos actores que tinham derrubado a longínqua República parlamentar, nos anos 20.

O conjunto mais significativo das interpretações do fascismo surge ao longo da década de 60, quando nasce toda uma investigação, sobretudo da autoria de historiadores. As referências ao caso português foram escassas e episódicas o que não deixou de ser significativo do ponto de vista da sua inserção no debate interpretativo[4].

1.1 A «exclusão» do «Estado Novo»

As preocupações iniciais dos primeiros trabalhos históricos sobre o fascismo foram as de «historicizar» – desculpe-se o pleonasmo – o objecto, testando as teorias contemporâneas à luz da investigação empírica. Os modelos do totalitarismo de Arendt ou das «classes médias» de Seymour Lipset começaram a ser desafiados por uma nova investigação que começou a periodizar as diversas fases dos movimentos e regimes. Ensaiaram-se também as primeiras hipóteses de definição, nomeadamente a de Ernst Nolte. Entre as obras emblemáticas deste período, salientaram-se as de Eugen Weber sobre a *Action Française* e o seu primeiro ensaio genérico, a trilogia do autor atrás citado e o volume colectivo coordenado por George L. Mosse em 1966[5]. Em Itália publicava-se o I volume da monumental

---

[4] *Vide,* como introdução genérica, Renzo De Felice, *Le Interpretazione del Fascismo* (Bari: 1969) e *Il Fascismo. Les interpretazioni dei contemporanei e degli storici* (Bari: 1970). Mais actualizada e analítica é a obra de Stanley G. Payne, *Fascism. Comparison and Definition* (Madison: 1980). Sobre o nacional-socialismo, *vide* Pierre Ayçoberry, *La Question Nazie, Les interprétations du National-Socialisme, 1922-1975* (Paris: 1979) e Irwin Kershaw, *The Nazi Dictatorship. Problems of Interpretation* (London: 1985).

[5] Cf. Eugen Weber, *Varieties of Fascism* (New York: 1964); Ernst Nolte, *Three Faces of Fascism* (New York: 1964) e o número especial «International Fascism» do *Journal of Contemporary History,* coordenado por George L. Mosse e Walter Laqueur, em 1966.

biografia de Mussolini escrita por Renzo De Felice, destinada a provocar uma importante polémica[6]. Alguns anos antes Stanley Payne publicava a primeira monografia sobre a Falange Espanhola[7].

Mais do que Weber ou Mosse, preocupados com os aspectos revolucionários dos movimentos fascistas, Nolte considerou a *Action Française* a versão francesa do fenómeno e, portanto, estaria mais próximo da inclusão do caso português na família; no entanto, quando se trata de definir os regimes, este autor assumiu um critério bastante restritivo: «Se a simples supressão dos partidos e da liberdade de imprensa fosse considerado um suficiente critério de fascismo [...]», diz ele, todos os regimes ditatoriais do período de entre as duas guerras seriam incluídos, mas falta-lhes uma característica muito mais distintiva: «o apoio popular e o potencial partido único». «Originalmente, este também faltava no Portugal de Salazar, e permaneceu até hoje uma estrutura artificial. Porque no fundo o *Estado Novo* é simplesmente uma ditadura militar que teve a sorte de encontrar um brilhante civil que simultaneamente a controlou e transformou. Quer o partido estatal quer o corporativismo foram e ainda são meramente os meios deste controlo e transformação; não têm origem independente nem vontade própria.»[8] A ausência de dinâmica fascista e de partido no processo de derrube do regime liberal excluía este regime. Esta semi-realidade semi-intuição será repetida sistematicamente em quase todos os manuais internacionais de História como fundamento da exclusão.

Nolte era – por estranho que pareça, dada a sua posição na *Historikerstreit* do final dos anos 80 – o historiador mais sus-

---

[6] Renzo De Felice, *Mussolini. Il revoluzionario, 1883-1920* (Torino: 1965).

[7] Cf. Stanley G. Payne, *The Falange: A history of spanish fascism* (Stanford: 1961).

[8] Cf. Ernst Nolte, *Op. Cit.*, pp. 3-21.

ceptível de incluir o regime português, pois todos os outros tendiam a salientar justamente o que aqui ou não existiu ou teve um peso político e social reduzido [9]. Mas a sua primeira definição genérica de um «fascist minimum» dificilmente o poderia integrar: «antimarxismo, anticonservadorismo, a chefia carismática, um partido armado e o objectivo totalitário», o que o levou, poucos anos mais tarde, a considerar que «Portugal não devia [...] ser considerado um Estado fascista» [10]. De Felice ou Karl Dietrich Bracher tendiam nessa época a recusar a utilidade de um conceito geral e, particularmente o primeiro, refugiava-se na teoria das «singularidades».

Eugen Weber, no seu *Varieties of Fascism,* iniciou um filão interpretativo que provocou uma produção empírica quase imparável até aos nossos dias, sobretudo de autoria norte-americana mas com bastantes epígonos europeus. Mais interessado nos movimentos fascistas e nas suas origens ideológicas, este desafia as tradicionais origens conservadoras e reaccionárias, acentuando o carácter compósito da sua ideologia e as contribuições vindas do «sindicalismo» e da esquerda. Weber pôs em causa o modelo «contra-revolucionário» e, democratizando o conceito de revolução, alargou-o ao fascismo: «Sob a superfície, todo o tipo de fermentos trabalhavam, quer à esquerda quer à direita» [11]. George L. Mosse, aliás, repetiu-o com clareza na sua introdução ao *International Fascism:* «No nosso século dois movimentos revolucionários marcaram a Europa: aquele resultante do marxismo e a revolução fascista.» [12]

---

[9] Cf. os artigos de Nolte, *in* AA. VV., *Historikerstreit* (München: 1987).

[10] Ernst Nolte, *Les Mouvements Fascistes. L'Europe de 1919 à 1945* (Paris: 1969), p. 339.

[11] Cf. Eugen Weber, *Op. Cit.,* p. 24.

[12] Cf. George L. Mosse, «Toward a General Theory of Fascism», *in* George L. Mosse (edited by), *International Fascism. New Thoughts and New Approaches* (London: 1979), p. 1.

Na sua introdução a *The European Right,* publicado em 1965, Eugen Weber, embora pondo em causa a rigidez da tipologia dos movimentos extremistas de Seymour Lipset, não contestou o lugar do regime de Salazar. Lipset definiu o fascismo como um radicalismo do centro, tendo como base social as classes médias e incluiu o salazarismo no campo do radicalismo de direita, juntamente com regimes como o de Dolfuss ou o movimento maurrasiano, que procuram mudar as instituições políticas para preservar ou restaurar instituições culturais ou económicas, enquanto o extremismo do centro ou de esquerda procura usar meios políticos para uma revolução social e cultural [13]. Lembrando-lhe que o salazarismo nunca foi um movimento, Eugen Weber reconhece no entanto que este apenas «se devotou ao que se poderia chamar o partido da Resistência» [14].

Sucederam-se obras sobre os mais diversos aspectos da ideologia e das origens culturais do fascismo e sobre a sua relativa atracção junto das elites intelectuais. George L. Mosse desenvolveu toda uma investigação sobre o nacionalismo, o racismo e ainda sobre a coreografia política dos movimentos, introduzindo o problema da «nacionalização das massas» [15]. Os temas centrais da história cultural foram no fundamental introduzidos por estes autores e grande parte da investigação mais recente, de A. James Gregor a Emilio Gentile e Zeev Sternhell, veio nesta esteira [16].

---

[13] Cf. Seymour M. Lipset, *Political Man: The social bases of politics* (New York: 1959).

[14] Cf. Eugen Weber, «introduction» in Hans Rogger and Eugen Weber (edited by), *The European Right. A historical profile* (Berkeley: 1965), p. 14.

[15] Cf. George L. Mosse, *The Crisis of German Ideology: Intellectual origins of the third reich* (New York: 1964); *Masses and Man. Nationalist and fascist perceptions of reality* (New York: 1980); *The Nationalization of the Masses* (New York: 1975); *Sexuality and Nationalism* (New York: 1985).

[16] Cf. em particular A. James Gregor, *The Fascist Persuasion in Radical Politics* (Princeton: 1974); Emilio Gentile, *Le Origini dell'Ideologia Fascista* (Bari: 1975) e Zeev Sternhell, *La Droite Révolutionnaire. Les origines françaises du fascisme. 1885-1914* (Paris: 1978).

Ainda que as perspectivas metodológicas e teóricas, sobretudo no campo das origens ideológicas, se pudessem aplicar ao caso português, não há dúvida de que o campo aberto por estes autores o tornava não só desinteressante porque periférico e repetitivo, como sobretudo exotérico, pois a componente tradicionalista e católica era predominante. Não havia aqui nenhum problema de especial a resolver.

Quanto aos movimentos, inicia-se um inquérito, bem mais fundamentado empiricamente, às suas bases sociais e às suas estratégias políticas. Algumas obras chamaram a atenção para a diversidade do fenómeno e para as grandes diferenças entre as sociedades em que estes emergem com algum sucesso, caso da maior parte dos que nasceram na Europa de Leste, como a Guarda de Ferro [17].

A ignorância do caso português não representava apenas uma mera questão de «poder» na investigação, de desprezo pelo pequeno, pois a indústria académica ia inventariando tudo, mesmo o mais insignificante. F. L. Carsten, numa das primeiras obras gerais, introduziu desde logo a razão: «As ditaduras de Portugal [...] e de certos países da Europa de Leste não se estabeleceram através do desenvolvimento e triunfo final de partidos fascistas; estas representam um tipo de ditaduras muito mais antiquadas e conservadoras, semelhantes às que existiram na Península Ibérica — e em outros lados — nas décadas precedentes. Apesar de estas ditaduras terem sido influenciadas pelo aparecimento do fascismo em Itália e na Alemanha e terem possuído traços 'fascistas', a sua história foi omitida aqui porque ela difere em pontos vitais da dos movimentos fascistas nos outros países europeus.» [18]

---

[17] Cf. Eugen Weber, «The man of archangel», *Journal of Contemporary History,* 1 (April, 1966), pp. 101-126, e ainda as primeiras abordagens comparativas especificamente sobre a Europa de Leste, como Peter Sugar (edited by), *Native Fascism in the Sucessor States. 1918-1945* (Santa Barbara: 1971).

[18] Cf. F. L. Carsten, *The Rise of Fascism* (Berkeley: 1967), p. 7-8.

1.2 A definição de um tipo ideal de «regime autoritário»

Em 1964 o politólogo Juan Linz conceptualizou um tipo ideal de regime «autoritário» a propósito do franquismo que faria escola na historiografia do fascismo europeu, pois vinha corporizar as *diferenças* que os historiadores iam descritivamente observando entre os regimes nazi e fascista, por um lado, e as restantes experiências ditatoriais que lhes foram contemporâneas [19]. Nas próprias tipologias dos regimes políticos que se iam esboçando até aí, este conjunto de regimes tendia a ser agrupado num 3.º grupo, entre as democracias e os regimes totalitários. Raymond Aron, por exemplo, já em 1958, se referia a este «3.º grupo de regimes», «baseados nem numa legitimidade eleitoral nem numa legitimidade revolucionária», onde integrava o salazarismo, o franquismo e a 1.ª fase do regime de Vichy [20].

Linz considerou estes regimes como distintos, observando que a utilidade desta distinção era a de compreender melhor a diferente maneira como eles resolviam os problemas comuns a todos os regimes políticos: manter o controlo e adquirir legitimidade; recrutar elites; articular e agregar interesses; tomar decisões e relacionar-se com as várias esferas institucionais, das Forças Armadas aos corpos religiosos [21].

«Os regimes autoritários — segundo a definição de Linz — são sistemas políticos com um pluralismo político limitado,

---

[19] Cf. Juan Linz, «An Authoritarian Regime: Spain», *in* Erik Allardt and Yrjö Littunen (edited by), *Cleavages, Ideologies and Party Systems* (Helsinki: 1964). Este artigo seria mais tarde reeditado em várias obras colectivas. Utilizei a versão publicada por Erik Allardt e Stein Rokkan (edited by), *Mass Politics. Studies in Political Sociology* (New York: 1970), pp. 251-283. O mesmo autor desenvolveu posteriormente a sua tipologia em «Totalitarian and Authoritarian Regimes» *in* F. Greenstein e N. Polsby (edited by), *Handbook of Political Science* (Reading, Mas.: 1975), vol. 3, pp. 175-411.

[20] Cf. Raymond Aron, *Sociologie des Sociétés Industrielles. Esquisse d'une théorie des régimes politiques* (Paris: 1958), p. 50.

[21] Cf. Juan Linz, «An Authoritarian Regime...», p. 254.

não responsável: sem uma ideologia-guia elaborada (mas com mentalidades distintas); sem mobilização política intensiva ou extensiva (exceptuando em alguns momentos do seu desenvolvimento); e na qual um líder (ou ocasionalmente um pequeno grupo) exerce o poder com limites mal definidos mas bastante previsíveis.»[22].

Vale a pena aprofundar esta definição agora (pois será bastante citada à frente a propósito de vários autores e debates), acentuando os pontos distintivos que separam estes regimes dos seus familiares tendencialmente totalitários.

Por «pluralismo limitado», entende-se a sobrevivência de grupos de interesses, associações políticas, religiosas, etc., em grupos variáveis, que contrastam com «a forte dominação, senão monopólio, imposto pelo partido totalitário após a tomada do poder», nos regimes fascistas[23].

Ao contrário da forte componente ideológica, com toda a sua carga utópica, que caracteriza o totalitarismo, *os regimes autoritários não dispõem de uma ideologia-guia*, codificada e instrumental. Linz prefere falar de «mentalidades»; no entanto, referindo-se aos casos de Portugal, Espanha, Áustria e França, interroga-se, dada a presença bem determinada do «catolicismo social», se não se poderia utilizar o conceito de ideologia nestes casos.

Uma outra característica distintiva é a *ausência «de mobilização política extensiva e intensiva da população»* por parte do regime, uma vez estabilizado. A militância política é fraca e a participação nas organizações do regime, casos do partido único ou das paramilitares, é muito limitada. Em algumas fases estes regimes são mesmo promotores de despolitização.

O *partido único, quando presente, desempenha um papel muito mais limitado.* Ele não cumpre as funções habituais dos

---

[22] *Idem*, p. 255.
[23] *Idem*, p. 256.

partidos totalitários: não monopoliza o acesso ao poder, não é o depositário da ideologia, não ensaia a conquista do Estado. No geral, a sua organização é difusa e burocrática e é apenas uma das várias instituições do regime, sem proeminência particular, sendo criada muitas vezes após a tomada do poder, aglomerando tendências diversas. Utilizando Max Weber, o lugar dos regimes autoritários é também mais difuso, representando «uma mistura de autoridade legal, tradicional e carismática» [24].

Esta definição seria mais tarde desenvolvida e afinada em diversos sentidos pela investigação em ciência política, sobretudo pelos especialistas da América Latina, e teve bastante influência junto da historiografia comparada do fascismo, persistindo até ao debate contemporâneo, encontrando-se invariavelmente em todas as tipologias dos regimes do período entre as duas guerras [25]. Não esqueçamos também que uma boa parte da investigação sobre Portugal contemporâneo vinha deste campo disciplinar e, em alguns casos, a sua própria experiência anterior relacionava-se com esta área geográfica.

A partir desta altura, o «Estado Novo» emerge como exemplo da variante autoritária em quase todas as obras que fundamentaram a moderna ciência política [26]. Ainda que o caso português não seja objecto particular de investigação até aos anos 70, multiplicaram-se as referências a ele, quer se trate de tipologias de sistemas partidários ou dos modelos de intervenção militar, quer dos processos de crise e queda dos regimes liberais-democráticos [27]. Muitas destas referências, descontando as que se

---

[24] *Idem*, p. 269.

[25] Para um balanço da utilização desta definição na própria historiografia espanhola, *vide* Javier Tusell, *La dictadura de Franco* (Madrid: 1988), pp. 86-110.

[26] *Vide*, por exemplo, Gabriel A. Almond and G. B. Powell, *Comparative Politics. A Developmental Approach* (Boston: 1966).

[27] Cf. a obra ainda não ultrapassada, Juan J. Linz and Alfred Stepan (edited by), *The Breakdown of Democratic Regimes* (Baltimore: 1978).

baseiam numa análise superficial, pecaram por aquilo que, à falta de melhor termo, se poderá chamar insensibilidade ao factor cronológico, particularmente importante neste caso, dada a longevidade do regime.

O problema do papel do partido único constitui um exemplo. Em *Authoritarian Politics in Modern Society,* Clement H. Moore reconhece que «o modelo fascista influenciou o processo de legitimação da ditadura, mas o partido era ainda menos autónomo que a Falange. Salazar continuou a confiar em primeiro lugar nos grupos conservadores que o levaram ao poder»[28], o que sendo verdade pode conduzir à subestimação do papel da U. N. na institucionalização do regime, a partir da ditadura militar. O mesmo se poderia comentar a Giovanni Sartori quando em *Parties and Party Systems,* definindo a sua tipologia tripartida dos regimes de partido único – totalitário, autoritário e pragmático –, coloca «Portugal até 74» no terceiro caso[29].

No campo da história política, para aqueles que não negaram a validade ou o interesse duma abordagem comparativa dos regimes, esta dicotomia (totalitarismo/autoritarismo) perdurou. A partir dos finais dos anos 60 multiplicaram-se as críticas, algumas pura e simplesmente excluindo a dicotomia (sobretudo o totalitarismo), outras, eventualmente a maioria, «historicizando» e faseando a aplicação destes conceitos no estudo dos regimes alemão e italiano[30]. Mas, de um modo geral, esta

---

[28] Cf. Clement H. Moore, «The Single Party as Source of Legitimacy», in Samuel P. Huntington and Clement H. Moore (edited by), *Authoritarian Politics in Modern Society* (New York: 1970), p. 52.

[29] Cf. Giovanni Sartori, *Parties and Party Systems. A framework for analysis* (Cambridge: 1976), p. 224.

[30] Cf. como síntese de algumas destas críticas no final dos anos 70, Ernst A. Menze (edited by), *Totalitarianism Reconsidered* (Port Washington: 1981). Particularmente interessantes o de K. D. Bracher e de Hans Mommsen («the concept of totalitarianism dictatorship versus the comparative theory of fascism»). Este último rejeita a sua utilização.

foi aceite pela historiografia não marxista (e mesmo por alguma deste campo), atravessando todo o esforço de comparação[31]. O fascismo italiano representava, à luz desta dicotomia, um caso delicado visto o relativo insucesso da componente totalitária do regime, como reconhece Stanley G. Payne, mas o debate continuou e Giuseppe Di Palma, referindo-se à sua queda, falou de um duplo legado[32].

Quanto à historiografia política francesa, mais autocentrada, o panorama apresentou-se bastante semelhante. A escola de René Rémond baseou-se num conceito restrito de fascismo e a tipologia dos movimentos políticos de direita deste autor afastava o caso português[33]. Para Rémond, «o fascismo é um fenómeno bem diferente das direitas clássicas» e serve-se justamente do regime português para ilustrar a diferença. Num retrato excessivo mas não alterado, mesmo quando reviu a sua obra clássica dos anos 50, continuou para ele a ser «evidente 'que o Portugal de Salazar não pertence à categoria': O 'Estado Novo' do ditador português, pelo seu carácter estreitamente clerical, pela sua política tipicamente reaccionária, estava mais próximo da Áustria de Metternich e dos principados reaccionários do século XIX do que da Itália mussoliniana»[34].

---

[31] *Vide*, Karl Dietrich Bracher, *Controversias de Historia Contemporanea sobre Fascismo, Totalitarismo y Democracia* (Barcelona: 1983) e o mais recente Karl Dietrich Bracher e Leo Valani (a cura di), *Fascismo e Nacional Socialismo* (Bologna: 1986), como exemplo de persistência na utilização do conceito de totalitarismo pela historiografia mais recente.

[32] Cf. Giuseppe Di Palma, «Italy: Is There a Legacy and is it Fascist?», *in* John H. Herz (edited by), *From Dictatorship to Democracy. Coping with the Legacy of Authoritarianism and Totalitarianism* (Westport: 1982), pp. 107-134.

[33] Cf. René Rémond, *La droite en France* (Paris: 1954).

[34] Cf. René Rémond, *Les Droites en France*, 4.ª ed. (Paris: 1982), p. 202.

1.3 O fascismo e a sociologia da modernização

A produção teórica da sociologia da modernização provocou talvez o aparecimento dos modelos mais inspiradores para a análise do caso português e para a sua integração numa teoria geral do fascismo [35]. O facto não deixaria de ser notado, bastantes anos mais tarde, pela investigação portuguesa, justamente quando ela sofria ataques diversos e os seus grandes exponentes a abandonavam [36].

As hipóteses e as análises macro-sociológicas introduziram as variáveis dos estádios de desenvolvimento e de industrialização, dos conflitos inerentes à passagem ao capitalismo industrial, na análise dos sistemas políticos. Os seus modelos eram bastante mais sensíveis à dinâmica de mudança histórica e vários autores ensaiaram modelos genéticos sobre os regimes fascistas. Como referiu Organski: «parece claro que o estudo dos sistemos políticos fascistas é melhor analisado com uma perspectiva interdisciplinar porque é necessário explorar os vínculos ramificados e complexos entre três padrões de mudança: desenvolvimento económico, mobilização social e mobilização política. Nenhuma nação se desenvolve de tal forma que todas as suas regiões e todos os aspectos da vida nacional vão a par e passo.» [37]

De entre os vários sociólogos inseridos nesta área que abordaram o tema do fascismo destacaram-se Barrington Moore Jr., Gino Germani e o já citado Organski [38]. Para o que nos interessa, este último é o mais importante.

---

[35] Cf. os clássicos David Apter, *The Politics of Modernization* (Chicago: 1965) e A. F. K. Organski, *The Stages of Political Development* (New York: 1965).

[36] David Apter diria com à-vontade numa conferência em Stanford, em 1989, que a sociologia da modernização «está enterrada e bem».

[37] Cf. A. F. K. Organski, «Fascism and modernization», in S. J. Woolf (edited by), *The Nature of Fascism* (New York: 1968), p. 20.

[38] Cf. Barrington Moore Jr., *Social Origins of Dictatorship and Democracy: Lord and Peasant in the Making of the Modern World* (Boston: 1966).

Organski inicia o seu modelo com os três padrões que caracterizam o período precedente à tomada do poder pelo fascismo: 1 – um claro crescimento económico; 2 – grande mobilidade social com uma forte componente de migração campo-cidade; 3 – grande e rápida mobilização política particularmente aguda antes da tomada do poder.

O primeiro conflito, entre os sectores modernos e não modernos, baseia-se na tendência do sector moderno a expandir-se à custa do tradicional, desenvolvendo-se uma economia e uma sociedade crescentemente dual onde o sistema político é o principal, mas insuficiente, elemento de ligação entre estes dois pólos. O segundo conflito é de classes reflectindo-se na «postura agressiva das massas recém-mobilizadas, assustando as elites (e outros grupos) que respondem [...]», quer as modernas, quer as tradicionais, juntando os seus esforços.

O ponto em que se encontra uma dada sociedade no *continuum* do processo de modernização é central para a emergência do fascismo, porque «o compromisso é alma do sistema político» a que Organski chama fascista. Se o sector moderno fosse já o mais poderoso, porquê o compromisso? Exclui-se desta forma qualquer possibilidade de o fenómeno aparecer em sociedades já fortemente industrializadas ou ainda predominantemente agrárias. O fascismo poderia apenas desenvolver-se em sociedades no *turning point* deste processo de transição.

«O processo de modernização cria dois grandes conflitos, um entre o sector moderno e não moderno da sociedade e outro entre classes. O conflito de classes pressiona as elites modernas e as não modernas à união e à resistência às pressões 'de baixo'». «União entre as elites e a repressão dos sectores recém-mobilizados são o coração do fascismo.»[39]

A observação de como os regimes, uma vez instalados, lidaram com este duplo conflito ajuda a perceber a sua função. Por

[39] A. F. K. Organski, *Op. Cit.*, p. 30.

um lado, o poder político é utilizado vigorosamente «para proteger o sector não moderno das incursões do moderno», através de uma série de medidas proteccionistas do sector agrário. Por outro, embora fazendo concessões e subsidiando por vezes o processo de desenvolvimento industrial, o seu contributo central ao sector moderno é o de manter o movimento operário sob estrito controlo. «O sector moderno pode continuar a crescer mas tem que pagar a maioria das suas contas.»[40] Este movimento conduziu no geral a um desenvolvimento económico a rondar o grau zero.

Em resumo, a fórmula fascista consistiu no reforçar das elites tradicionais ameaçadas e na sua resistência conjunta com as modernas face às pressões «de baixo», permitindo a estas últimas uma certa consolidação à custa da redução do consumo.

Ao integrar os sistemas políticos nas suas funções no processo de modernização, Organski relativiza a coreografia política e a ideologia. A mobilização política é, no fascismo, largamente simbólica, e cumpre uma função: «disciplinar as massas numa atitude de obediência em que a não participação no processo de decisão se torna um dado adquirido e se torna uma virtude [...]»[41]. A ideologia é um simples *device* através do qual as elites «legitimam os interesses do seu modo de vida».

A grande vantagem analítica do modelo de Organski era também o seu carácter dinâmico. O fascismo – concluiu – faz parte de um processo de transição entre um tipo de participação limitada e um sistema de massas. «O fascismo é um último recurso utilizado pelas elites, quer as modernas quer as tradicionais, para impedir a expansão do sistema sobre o qual exercem a hegemonia. A tentativa falha sempre e, de certo modo, o sistema fascista apenas adia alguns dos efeitos que ele procura evitar.»[42]

---

[40] *Idem*, p. 32.
[41] *Idem*, p. 33.
[42] *Idem*, p. 41.

Embora na linha de Organski, Barrington Moore foi mais sensível à diversidade mas também, ao reintroduzir a Alemanha nazi, repôs a confusão. Quanto a Germani, o seu contributo central referiu-se às modalidades de mobilização social no quadro da transição para uma massificação da política[43]. Algumas das suas hipóteses foram discutidas mais tarde, nos anos 80, por investigadores portugueses e serão analisadas à frente, mas na perspectiva que nos interessa agora, elas foram irrelevantes.

O contributo da sociologia da modernização marcou a investigação sobre os regimes fascistas. Mas, como demonstrou uma série de trabalhos publicados posteriormente, o debate sobre o carácter modernizador ou antimodernizador dos regimes, fundamentalmente o alemão e o italiano, sobre os quais incidiram a quase totalidade dos estudos, continuou[44]. A partir do final dos anos 70, a historiografia deixa de referir estes autores e o problema da «modernização» foi excluído do debate mais recente.

1.4 As contribuições marxistas dos anos 60

Muito embora mais sensíveis à dinâmica das classes sociais e subestimando as classificações meramente políticas, os modelos discutidos anteriormente demarcavam-se das análises marxistas. Organski escreveu que «os marxistas se enganam

---

[43] *Vide,* para além da sua contribuição a *The Nature of Fascism,* a colectânea, Gino Germani, *Autoritarismo, Fascismo e Classi Sociali* (Bologna: 1975).

[44] Cf. sobre o debate posterior Henri A. Turner Jr., «Fascism and modernization», in Henri A. Turner Jr. (edited by), *Reappraisals of Fascism* (New York: 1975), pp. 117-139; para uma versão do nazismo como «utopia antimodernizadora» e, como uma versão do fascismo italiano como modernizador, A. J. Gregor, *Italian Fascism and Developmental Dictatorship* (Princeton: 1979).

quando afirmam que o fascismo é uma criação da burguesia. Como vimos, os sistemas sincráticos representam uma tentativa das elites rurais de abrandar o passo da industrialização e de controlar as suas consequências»[45]. Esta demarcação forçava um pouco a nota, visto ser duvidoso que estas não fossem burguesas.

As contribuições inspiradas no marxismo foram talvez as mais importantes na análise contemporânea do fascismo e seria ocioso recenseá-las em toda a sua diversidade[46]. Interessa aqui sobretudo referir as produzidas nos anos 60 e 70, na perspectiva do debate em curso e do caso português, assinalando porque foram pouco inspiradoras para a análise deste último.

A incidência temática, privilegiando o papel dos movimentos, foi o principal factor conducente, mais uma vez, à exclusão do caso português. Não se poderá dizer que foi o privilegiar do estudo dos casos centrais (Alemanha e Itália) que a provocou, pois muitas delas referiam-se e inspiraram-se em regimes periféricos com o de Peron, caso das teorias sobre populismo e fascismo[47].

A prioridade era óbvia numa conjuntura em que o que parecia importante era responder ao desafio interpretativo dos aspectos menos lineares do fenómeno fascista: o facto de este ser um movimento popular e das classes médias; da sua ruptura relativa com as elites tradicionais; da relativa autonomia do político face ao económico e, sobretudo no caso da Alemanha, da importância do factor ideológico, aspecto que nenhuma análise marxista (ou não, sublinhe-se) dos anos 30 esteve perto

---

[45] A. F. Organski, *The Stages of Political Development...*, p. 155.

[46] Quase todas as obras interpretativas as incluem. Para uma antologia bastante detalhada das análises do período entre as duas guerras, cf. David Beetham, *Marxists in Face of Fascism* (Manchester: 1983).

[47] Como veremos à frente, não quero dizer que a temática do populismo não tenha sido importante para a análise da crise do sistema liberal em Portugal, onde a ditadura de Sidónio Pais é o exemplo mais evidente.

de prever. Exemplificando, o que era interessante era saber porquê e como existia «uma ordem social onde Hitler não podia passar da patente de cabo e quinze anos mais tarde uma outra onde ele era o beneficiário de um processo de reconstituição do poder»[48]. De entre os autores emblemáticos da época poderiam citar-se Nicos Poulantzas e Mihaely Vajda no campo da sociologia[49]. Vadja introduz logo no primeiro parágrafo a sua hipótese: «O carácter central da ditadura fascista é o de que esta deriva de um movimento de massas e, como forma capitalista de dominação, depende do apoio deste movimento. Foram os chefes e participantes do movimento, não políticos burgueses, que assumiram funções de poder na ditadura [...]. Existe uma opinião bastante difundida segundo a qual toda a forma antidemocrática de poder capitalista após a I Guerra Mundial é fascista e, portanto, é de esperar que seja necessário provar que as ditaduras da Alemanha e da Itália diferiam de diversas formas de todas as outras ditaduras do seu tempo, de forma a atribuir posteriormente alguma importância ao próprio movimento fascista»[50]. Coerente com este pressuposto, o autor dedica-se a esta prova com argumentos bastante estimulantes.

Na linha de Otto Bauer e Clara Zetkin, acentuaram-se alguns traços mimétricos entre as restantes ditaduras e os regimes fascistas, mas rejeitou-se qualquer confusão. Referindo-se ao franquismo, Vajda considerou-o de outra família, por razões não muito distantes das já nossas conhecidas: não se afastaram as elites tradicionais do exercício do poder; não se satisfizeram as

---

[48] Cf. Jules Monnerot, *Sociologie de la Révolution: Mythologies politiques du XXe siècle, marxistes-leninistes et fascistes, la nouvelle stratégie révolutionnaire* (Paris: 1969), p. 495.

[49] Cf. Nicos Poulantzas, *Fascisme et Dictature: La Troisième International face au Fascisme* (Paris: 1970) e Mihaly Vajda, *Fascism as a Mass Movement* (London: 1976), originalmente publicado em 1970. Utilizei a versão inglesa da primeira obra (London: 1974).

[50] Mihaly Vajda, *Op. Cit.*, p. 13.

reivindicações radicais das massas visto ser um poder tipicamente contra-revolucionário; não se desenvolveu uma agressiva política externa e, mais importante, «não se empurrou o desenvolvimento das forças produtivas, antes e muito claramente se bloqueando»[51]. Imagine-se o que se poderia dizer do caso português, nesta perspectiva.

Os trabalhos de Nicos Poulantzas não se afastaram muito da temática em discussão. Na sua obra sobre o fascismo, este autor concentrou-se na crítica às visões da III Internacional e no acentuar do carácter pequeno-burguês dos movimentos, salientando a autonomia relativa do poder fascista perante as classes dominantes e o papel da mobilização de massas[52]. Demarcando-se das teorias do totalitarismo que separavam o caso alemão do italiano, este uniu-os na sua tipologia dos «regimes de excepção», mas excluiu as restantes ditaduras, nomeadamente a espanhola. Numa obra posterior sobre a crise e queda dos regimes autoritários português, espanhol e grego, um dos pressupostos iniciais é o de que estes não são, «num sentido estrito, fascistas»[53].

A influência destes autores na historiografia do fascismo, mesmo na marxista, foi muito relativa[54]. No fundamental esta estava mais preocupada com a reinserção do fenómeno como fase histórica do desenvolvimento do capitalismo e, embora não abordando os casos periféricos, tendia a defender a existência de um «fascismo genérico». É este o caso da historiografia marxista alemã, da qual a obra de Reinhard Kühnl pode ser

---

[51] *Idem*, pp. 14-15.

[52] Cf., Nicos Poulantzas, *Op. Cit.*, pp. 237-258 e 331-356.

[53] Cf. *Idem, La Crise des Dictatures* (Paris: 1975). Utilizei a versão inglesa (London: 1976), p. 9.

[54] Para uma crítica à proposta analítica de Poulantzas, na perspectiva da historiografia marxista, cf. Jane Caplan, «Theories of Fascism: Nicos Poulantzas as Historian», in Michael N. Dobkowski and Isidor Wallimann (edited by), *Radical Perspectives on the Rise of Fascism in Germany, 1919-1945* (New York: 1989), pp. 128-149.

apontada como paradigmática, e, sobretudo, da historiografia marxista italiana. Mas embora partindo do mesmo pressuposto, vários estudos reavaliaram a importância da ideologia e das suas funções no campo da acção política[55]. Foi justamente a propósito do nazismo alemão que a historiografia marxista anglo-saxónica se demarcou do economicismo vulgar ainda dominante neste campo. A contribuição de Tim Mason ao *The Nature of Fascism* intitulava-se significativamente «O Primado da Política» e constituiu um marco importante[56]. «A existência de uma esfera política autónoma, com as suas leis próprias, é vulgarmente negada pelos historiadores marxistas [...]» ora, afirma Mason, parece ser este o caso do regime nazi. «[...] A política interna e externa do regime nacional-socialista tornou-se, a partir de 1936, progressivamente independente da influência das classes dominantes na esfera económica e mesmo em alguns aspectos essenciais em direcção contrária aos seus interesses. *Esta relação é, no entanto, única na história da sociedade burguesa moderna e dos seus governos; é precisamente isto que precisa de ser explicado.*»[57]

É, no geral, à procura desta relação que parte o sector mais inovador da historiografia marxista, como aliás os autores atrás referidos, que andavam perto das mesmas preocupações. Tim Mason referia múltiplos exemplos em «que uma política ideologicamente bem determinada triunfava sobre cálculos económicos» e onde «o Estado adquiria um grau de independência face à sociedade, sem paralelo na história»[58].

---

[55] *Vide,* como exemplo, Roger Bourderon, *Le Fascisme. Ideologie et pratiques (essai d'analyse comparée)* (Paris: 1979).

[56] Cf. T. W. Mason, «The Primacy of Politics-Political and Economics in National Socialist Germany», *in* S. J. Woolf, *Op. Cit.,* pp. 165-195.

[57] *Idem,* p. 167.

[58] *Idem,* p. 192.

1.5 Entre «clérico-corporativo» e «clérico-fascista»

Em 1967, uma parte dos autores que vimos referenciando encontrou-se numa série de seminários em Reading[59]. Lendo as actas dos colóquios é curioso verificar que, muito embora a investigação tenha avançado de forma avassaladora até aos anos 80, o fundamental do debate interpretativo não avançou significativamente desde essa época. A relativa surdez entre as disciplinas envolvidas manifestou-se, com historiadores a contestarem a aplicabilidade dos modelos da sociologia e da ciência política. Sobressaíram as divergências entre os defensores de um «fascismo genérico» como forma de regime e os defensores de critérios mais restritivos, e entre os pesos relativos dos factores políticos, ideológicos e económicos[60].

Extrapolando de vários aspectos específicos das ditaduras de Dolfuss e de Salazar, acentuando particularmente o peso do corporativismo e da Igreja Católica em ambos os regimes, alguns autores passaram a caracterizá-los como «clérico-fascistas», «clérico-corporativos» ou «semifascistas».

Estas definições, sempre de historiadores, pertencem, salvo melhor opinião, ao domínio das confusões, pois, para além de não se referirem a nenhum aspecto que os demarquem de outras experiências, possuem uma dimensão analítica muito limitada. Referindo-se a Portugal, Charles F. Delzell caracteriza-o na mesma página como «semifascista», «clérico-corporativo» e «autoritário»[61]. Henri Michel fala de «clérico-fascismo» referindo-se ao mesmo e à Áustria[62]. Qualquer deles não acres-

---

[59] Estes colóquios deram origem às obras já referidas, coordenadas por Stuart Woolf.

[60] Cf. S. J. Woolf, *Op. Cit.*, pp. 51-61, 104-115, 196-202 e 245-252.

[61] Cf. Charles F. Delzell, *Mediterranean Fascism, 1919-1945* (New York: 1970), p. 331.

[62] Cf. Henri Michel, *Les Fascismes* (Paris: 1977), pp. 90-91.

centa nada ao atrás descrito, pois quer um quer outro acentuam os traços já nossos conhecidos.

Excluindo o modelo de Organski, não é difícil concluir que a quase totalidade da investigação dos anos 60 foi pouco inspiradora para o estudo do «Estado Novo». A busca de explicações para o sincretismo fascista concentrou-se prioritariamente nos movimentos e levou a uma demarcação conceptual (fascismo-autoritarismo), tomando como paradigma os regimes que modelaram o fenómeno, que foi sendo progressivamente dominante nas ciências sociais.

Reflectindo o movimento anteriormente apontado, os primeiros estudos sobre o salazarismo, ou pelo menos aqueles que implícita ou explicitamente se referiam às interpretações referidas, confrontaram-se, inevitavelmente, com o dado não adquirido da relação «Estado Novo»-fascismo.

2. OS PRIMEIROS ESTUDOS SOBRE O «ESTADO NOVO»

Stanley G. Payne, num balanço interpretativo de 1980, já se referia a uma nascente investigação sobre o autoritarismo português [63]. A obra de Stuart Woolf incluía pela primeira vez uma contribuição sobre o «Estado Novo». Muito embora sem entrar detalhadamente na caracterização do regime, o artigo de Hermínio Martins constituiu a partir dali uma referência citada sistematicamente pela historiografia. Da mesma autoria seria um outro, apresentado em 1970, sobre o processo de crise e derrube do regime liberal republicano, com uma circulação bastante mais restrita, pois nunca seria publicado, sendo no entanto referido anos mais tarde, em diversos trabalhos [64].

Entre 1968 e 1974 surgiram os primeiros trabalhos empíricos sobre o «Estado Novo», inaugurando um conjunto de interpretações fundadas numa investigação própria. No fundamental estas obras situaram-se no campo da Ciência Política e da Sociologia e os seus autores eram maioritariamente de origem norte-americana, no geral especialistas da América Latina, ou portugueses exilados da mesma área disciplinar. Datam tam-

[63] Cf. Stanley G. Payne, *Op. Cit.*, pp. 157-160. *Vide* também o seu balanço mais recente, «Fascism and Right Authoritarianism in the Iberian World: The Last Twenty Years», *Journal of Contemporary History,* vol. 21 (1986), pp. 163-177.

[64] Nomeadamente por Juan Linz e Philippe Schmitter, *vide infra.*

bém deste período alguns estudos pioneiros, já de carácter académico, sobre a I República, que incluem e introduzem a temática das origens do autoritarismo. A. H. de Oliveira Marques, para além de ser o responsável de grande parte destes trabalhos, escreveu a primeira história de Portugal, incluindo uma introdução ao regime de Salazar[65].

2.1 As interpretações genéricas

Muito embora abordando, por vezes, aspectos parcelares, alguns autores ensaiaram uma interpretação genérica do «Estado Novo» e da crise do regime liberal português.

2.1.1 A queda do liberalismo e o «Estado Novo» em comparação

Em «The Breakdown of the Portuguese Democratic Republic», Hermínio Martins ensaiou um modelo «não determinista» sobre a queda da I República, acentuando a «margem de decisão» possível das elites políticas, e abordou-a numa perspectiva comparada[66]. Salientou desde logo a relativa «esperança de vida» do regime republicano em termos de média

[65] Cf. A. H. de Oliveira Marques, «Revolution and Counterrevolution in Portugal. Problems of Portuguese History, 1900-1930», *Studien über die Revolution* (Berlin: 1969), pp. 403-418; «the Portuguese 1920s: A general survey», comunicação apresentada à VISSA Annual Conference, Nottingham, 1972, mais tarde publicada *in Revista de História Económica e Social,* n.º 1, Janeiro-Junho 1978, pp. 87-103; *History of Portugal,* Vol. II – *From Empire to Corporate State* (New York and London: 1973).

[66] Cf. «The Breakdown of the Portuguese Democratic Republic», Mimio., Seventh World Congress of Sociology, Varna, 1970, p. 3. A maioria das comunicações apresentadas a esta sessão, coordenada por Stein Rokkan e organizada por Juan Linz, daria origem à obra colectiva *The Breakdown of Democratic Regimes,* citada anteriormente.

europeia na primeira metade do século XX. Uma República também precoce na «destabilização» das relações com a Igreja Católica (imediatamente a seguir à França).

As condicionantes estruturais da economia e da sociedade portuguesa, bem visíveis em indicadores como os da distribuição da população activa (60% no sector primário), urbanização (10,5%), analfabetismo (70%), não ajudaram à formação de uma «cultura política» correspondente ao projecto republicano. Apesar deste panorama de uma economia subdesenvolvida, com 60% da população na agricultura, não emergiram aqui, ao contrário do norte e leste da Europa, partidos «camponeses» ou «agrários».

Índice da politização da minoria alfabetizada era a verdadeira «explosão comunicacional» do início do século, ligada ao movimento republicano, visível nos números da imprensa escrita: um jornal por 6500 habitantes em 1900, que, como bem salientou, não se referiam a boletins de «sociedades botânicas» [67].

«Sociedade dual» sem dúvida, mas mais interpenetrada do que se poderia supor, onde o Partido Republicano, hegemónico a nível urbano, constitui uma máquina suficientemente atraente para o caciquismo rural, «adquirindo uma dupla estrutura e uma dupla clientela não competitivas e orientações ideológicas assimétricas» [68], factor que não deixou de se reflectir na óbvia ausência de decisões na esfera agrária.

Apesar dos padrões de violência política e de conflituosidade social precederem a guerra, foi a entrada de Portugal na I Guerra Mundial e a crise consequente que provocaram o *turning point* no ciclo de vida da República, bem visível na ditadura de Sidónio Pais, que Hermínio Martins salienta ser a primeira experiência europeia de ditadura corporativa e carismática.

---

[67] *Idem*, p. 7.
[68] *Idem*, p. 9.

Explicável, quer em termos de «sociedade de massas» (salientando a abrupta entrada das massas ainda não aculturadas na vida urbano-industrial), quer em termos de *political bargaining* (uma fraca classe operária pretendendo alguns dividendos económicos com a chantagem da violência), o que é certo é que a Lisboa do início dos anos 20 se assemelhava bastante a Barcelona em termos de violência social e não andava longe da média experimentada nos últimos anos em outras democracias liberais.

À direita, no entanto, algumas diferenças. Aqui os correspondentes à *Action Française* não criam *Camelots du Roi* (algumas tentativas existiram mas falhadas), mas adquirem uma influência ideológica crescente no exército. Hermínio Martins enumera alguns indicadores dos antecedentes imediatos do golpe de 28 de Maio de 1927. No campo social, a ordem recuperava. Os indicadores económicos não eram estagnantes ou regressivos. No campo político, a instabilidade continuava. As relações com o exército, quase sempre más, pioraram após a Guerra e a «*entente* de militares monárquicos e republicanos de direita, ensaiada em 1917-18, foi tentada novamente, com maior determinação e persistência»[69].

No seu artigo sobre o «Estado Novo», este autor não entra propriamente no problema das «interpretações», mas, além de fornecer a primeira visão de conjunto sobre as origens e desenvolvimento do regime, discute alguns modelos analíticos da época[70]. Embora salientando que as três solicitações do fascismo (representado aqui pelo nacional-sindicalismo) não foram aceites por Salazar («a chefia não foi carismática na acepção usada geralmente para os regimes fascistas históricos, o

---

[69] *Idem*, p. 20.

[70] Incluído na obra de Stuart Woolf atrás citada, este artigo não foi publicado na 2.ª edição (London: 1981). Utilizei a tradução portuguesa da edição original, S. J. Woolf (coord. de), *O Fascismo na Europa* (Lisboa: 1978), pp. 421-467.

apoio político não foi procurado com uma mobilização em larga escala, e os mecanismos do recrutamento político e da sucessão ao poder não foram elaborados») [71], Hermínio Martins vê, em 1936, «[...] um novo nível de fascização do regime ou, pelo menos, uma fase de desenvolvimento político que vai para além do corporativismo cristão, tradicionalista e convencionalmente autoritário, que constituía provavelmente o 'projecto' inicial do regime e que dele é o estereotipo dominante no plano internacional» [72]. Ainda que o «complexo organizativo» então criado venha a sofrer modificações, a verdade é que ele se manteve e «não pode ser considerado simplesmente uma aberração temporária [...]» [73].

2.1.2 *«Um fascismo sem movimento fascista»*

Em 1971, na introdução a uma tese sobre o sistema corporativo do «Estado Novo», Manuel Lucena propôs uma análise comparada do regime que, ainda que com algumas referências histórico-sociológicas, deriva fundamentalmente de classificações políticas [74]. A sua definição do regime expressou-se nesta fórmula: «um fascismo sem movimento fascista» [75].

Lucena demarcou-se de uma definição de «fascismo genérico», pois considerou o nazismo noutra família e concentrou-se na comparação das instituições dos regimes italiano e português, concluindo que se assemelharam como em nenhum outro caso. Contrastando com as classificações que acentuam

[71] *Op. Cit.*, p. 447.
[72] *Idem*, p. 448.
[73] *Idem*, p. 448.
[74] Cf. Manuel Lucena, *A Evolução do Sistema Corporativo Português*, Vol. I – *O Salazarismo* (Lisboa: 1976). Para uma discussão das teses de alguns autores aqui referidos e da sua, *vide* o seu artigo, «Interpretações do Salazarismo: notas de leitura crítica – I», *Análise Social*, Vol. XX (83), 1984-4.°, pp. 423-451.
[75] Cf. *Op. Cit.*, p. 27.

as semelhanças de base entre o fascismo italiano e alemão, este autor rejeita o parentesco justamente baseado na teoria do totalitarismo do qual, segundo sua opinião, o primeiro, se bem que próximo nos propósitos da ideologia, se afasta na realidade.

Diferentes na origem por diferentes serem as sociedades, ambos acabaram por conduzir a formas de Estado bastante semelhantes. Em Portugal, o partido único era uma realidade quase inexistente, mas a «ausência é uma forma de existência» e a sua função foi cumprida: justificar a ausência de todos os outros partidos e impedir a cristalização de tendências no seio do regime. Em Itália, o partido era uma realidade com muito mais peso e com tendências totalitárias, mas ficou muito aquém na «fascização» das instituições e da sociedade italiana, tornando-se num regime de «compromisso» no qual o totalitarismo ficou no domínio das veleidades.

Reconhecendo as diferenças significativas entre os dois regimes, este assinala que estas decorrem da ausência de movimento no caso português já que, quanto à forma de Estado, eles foram idênticos: «Ambos eram ditaduras de partido único que colocaram a sociedade e o Estado sob o princípio da colaboração de classes e eram apoiados por todos os sectores da burguesia nacional. Em ambos, um único homem era o chefe indiscutível do partido e do Estado. Em ambos, o poder era extraordinariamente centralizado, residia na polícia e no exército e qualquer oposição legal era proibida. Em ambos, organizações corporativas aprisionavam as classes sociais e os grupos profissionais na sua teia e monopolizavam a sua representação. E, finalmente, ambos se legitimavam num nacionalismo exacerbado. Estes traços são, em qualquer lado, os dos Estados fascistas e do corporativismo fascista.»[76]

[76] Cf. Manuel de Lucena, «The Evolution of Portuguese Corporatism under Salazar and Caetano», *in* Lawrence S. Graham and Harry M. Makler, *Contemporary Portugal. The Revolution and its Antecedents* (Austin: 1979), pp. 47-48.

As formas políticas «não dependem estritamente das suas origens». Como existiram muitos liberalismos sem tomada da Bastilha, o mesmo pode suceder com o fascismo. As diferenças apontadas entre Portugal e Itália manifestaram-se na doutrina de Estado e no movimento, o que, sendo importante, não é essencial. «Na medida em que o fascismo constitui uma forma política *sui generis*; na medida em que não pode ser confundida nem com ditaduras tradicionais nem com o liberalismo e o comunismo; na medida em que cria instituições estáveis (facto inegável), Portugal possui um regime fascista.»[77].

Note-se que Lucena, ao mesmo tempo que recusa a inclusão do nacional-socialismo, introduziu uma definição bastante lata de fascismo onde se poderiam incluir quase todas as ditaduras não socialistas deste período. Por outro lado, na sua comparação com o regime fascista italiano, este sublinha que esta é operativa se considerarmos a primeira fase do regime de Mussolini, até ao impacte da constituição do eixo Roma-Berlim.

2.1.3 «Um regime de excepção que se tornou regra»

Perspectivas diversas, eventualmente mais marcadas pela conjuntura científica da época, foram apresentadas em alguns trabalhos de Philippe Schmitter, que no mesmo ano de 1971, se desloca a Portugal para estudar o sistema corporativo[78]. Como

[77] Cf. *Idem*, p. 71.

[78] Para o objecto em análise interessam sobretudo alguns artigos apresentados em conferências diversas a partir de 1972 e publicados já depois da queda do regime. Cf. Philippe C. Schmitter, «Corporatism and Public Policy in Autoritarian Portugal», *Contemporary Political Sociological Series*, Sage Professional Series, Vol. I (London: 1975); «Liberation by *Golpe:* Retrospective Thoughts on the Demise of Authoritarian Rule in Portugal», *Armed Forces and Society*, Vol. II, n.º 1, November 1975, pp. 5-33; «The Impact and Meaning of 'Non-competitive, Non-Free and Insignificant' Elections in Authoritarian Portugal. 1933-74», *in* Guy Hermet, Richard Rose and Alain

outros que se lhe seguiram, Schmitter vinha da América Latina, seu campo de investigação anterior, mas, ao contrário de muitos deles, não se precipitou em duvidosas comparações com este hemisfério, nem condenou os regimes autoritários ibéricos a um «futuro» condicionado pelo «padrão» corporativo [79]. Destacando mais à frente algumas conclusões dos seus estudos de algumas instituições do regime, observemos agora a sua interpretação genérica.

Embora utilizando a literatura teórica sobre os «regimes autoritários», Philippe Schmitter acentuou que o seu carácter estático impedia, em certos casos, a observação da sua dinâmica interna. A sua própria edificação «envolve um grande grau de incerteza, experimentação, falhanços, coerção e violência, até algo semelhante a um padrão institucional coerente e interdependente aparecer. Mais importante, este padrão, uma vez estabelecido, é também submetido à inexorável «lei do desenvolvimento desigual» [80]. Parte do «segredo» da estabilidade do regime consistiu no desenvolvimento relativamente lento destas variáveis «desincronizadoras», em larga medida, «produto de uma política deliberada». Portugal, entre os anos 30 e os anos 50, teve os mais baixos índices de urbanização, alfabetização, industrialização e desenvolvimento económico de todos os países europeus [81].

Após uma breve incursão na literatura sobre as bases sociais, as condicionantes económicas e políticas que estavam na base

---

Rouquié (edited by), *Elections without Choice* (London: 1978), pp. 145-168; «The 'Régime d'Exception' That Became the Rule: Forty-Eight Years of «Authoritarian Domination in Portugal», *in* Lawrence S. Graham and Harry Makler (edited by), *Contemporary Portugal. The Revolution and Its Antecedents* (Austin: 1979), pp. 2-46. Utilizei uma outra versão deste último artigo, publicado em *Who were the Fascists* (Bergen: 1980), pp. 435-466.

[79] Cf. a sua tese de doutoramento, *Interest Conflict and Political Change in Brazil* (Stanford: 1971).

[80] Cf. Philippe C. Schmitter, «Liberation by *Golpe*....», pp. 13-14.

[81] *Idem*, p. 14.

das soluções autoritárias e fascistas, este começa por salientar a já nossa conhecida ausência de dinâmica fascista antecedendo a tomada do poder. Nenhum dos grupos referenciados na I República é responsável directo pela tomada do poder por Salazar. Mais: «se seria decerto exagero afirmar que Salazar criou a ordem autoritária em Portugal *tout seule et de toutes pièces,* as fontes sugerem que ele desempenhou um papel muito pessoal e imperativo quer na direcção política quer na selecção das elites depois de 1932. Claro que ele deve ter acomodado as suas escolhas às pressões e 'conselhos' de vários grupos privilegiados, forças políticas conservadoras e reaccionárias, bem como de actores entrincheirados institucionalmente, fundamentalmente os militares e a Igreja [...]», mas deve ser salientado «o extraordinário grau de autonomia com que este criou, a partir de cima, a elite do «Estado Novo»[82].

Partindo da análise da composição das Câmaras Corporativa e de Deputados, na primeira fase do regime, representativa da «coligação» vencedora, Schmitter salientou a importância dos burocratas e da ligação ao Estado (68%). Por outro lado, «a imagem gerontocrática do regime» nos anos 60 não deve fazer esquecer que a chegada de Salazar ao poder representa a de uma nova geração, bastante jovem. É com base nestes elementos que Schmitter relativiza a «fascização» de 1935-36, pois ainda que inaugurando uma dinâmica mais aparatosa, esta não se reflecte em qualquer alteração da elite política. As características mais distintivas desta elite fundadora foram a sua juventude, a sua dependência do emprego público e as estreitas relações com o sector financeiro e fiscal «da fraca e dependente economia capitalista» portuguesa.

Quanto às bases económicas, Schmitter, interrogando-se se é plausível argumentar que a emergência e consolidação da

---

[82] Cf. Philippe C. Schmitter, «The Social Origins, Economic Bases...», p. 438.

dominação autoritária de Portugal corresponde a imperativos de ordem estrutural, do tipo crise de uma economia atrasada e dependente, responde afirmativamente. Contudo, esclarece desde logo que tal não se verifica pelas razões mais frequentemente citadas, salientando que Portugal estava longe de ter esgotado o modelo de *import substitution* e que o efeito da dependência externa colhe pouco: *vide* o pequeno impacte da crise de 29 em Portugal, remetendo alguns dos factores para o problema da crise financeira do Estado. A própria conjuntura económica nas vésperas da queda do regime liberal parece sugerir «a relativa autonomia dos factores políticos», já que não foi «a eminência do colapso económico» que provocou a vaga autoritária [83].

Não longe de Hermínio Martins no campo dos factores de queda do regime liberal, este destacou que, se retrospectivamente o processo de transição entre a «ditadura de excepção» e o autoritarismo parece calmo, na realidade andou longe dela. «Declararam-se insurreições armadas, pronunciamentos, demissões e greves, vindas de um espectro variado de grupos: de alguns que apoiaram o golpe de 1926; dos que se opuseram; dos que acharam que as medidas tomadas iriam destruir a vida política; de outros que acharam que Salazar não ia suficientemente além no estabelecimento de um estado integral, sindicalista-fascista.» [84]

Concluindo, Schmitter acentua que, se a emergência e a consolidação do autoritarismo português não foi «singular» na Europa do pós-guerra, a combinação destes elementos e o produto final foi bastante distinto. Faltou-lhe ou foi deliberadamente evitado o que, a propósito de outras experiências, se chamou o «mínimo fascista»:

> «Como em experiências análogas na Europa de Leste, esta forma de ordem autoritária conservadora-burocrática

[83] *Idem*, p. 454.
[84] *Idem*, p. 457.

emergiu em conjunção com uma crise de acumulação financeira numa fase muito recuada do desenvolvimento do capitalismo e uma dupla crise na gestão financeira e na hegemonia ideológica do estado liberal. Muitos, senão a maioria dos seus quadros, foram recrutados na burocracia estatal e nos aparelhos ideológicos das universidades. No âmbito de uma restrita mobilização de massas, camponeses, *mesoi* de província e notáveis locais da periferia geográfica e social, eram 'mobilizados' contra o seu mais cosmopolita, secularizado e desenvolvido centro. A ausência de minorias étnicas ou linguísticas, a fraqueza de um 'perigo' comunista e operário credível, e a distância dos grandes competidores do poder, tudo contribui para moderar senão obliterar alguma da vingança, xenofobia, violência e outras *bizarreries* que caracterizaram movimentos autoritários ou regimes, em outras partes da Europa, com origens sociais, funções económicas e imperativos políticos semelhantes.»[85]

2.1.4 Um «império centralizado e burocrático»

Centrando-se no estudo das relações administrativas com as colónias, Lawrence Graham ensaiou uma definição do regime baseada no conceito de «império centralizado e burocrático» de Eisenstadt[86]. Segundo este autor, o «Estado Novo» poderia ser classificado como uma versão contemporânea deste «controlo burocrático e centralizado, com as lutas políticas reduzidas às mesmas arenas, ainda que sem instituições monárquicas»[87].

---

[85] *Idem*, p. 462.

[86] Cf. Lawrence Graham, «Portugal: The Bureaucracy of Empire», *LADS Occasional Papers*, Series 2, n.º 9 (Austin: 1973) e ainda «Portugal: The Decline and Collapse of an Authoritarian Order», *Contemporary Political Sociological Series* (Beverly Hills: 1975). Sobre este conceito *vide* S. Eisenstadt, *The Political System of Empire* (New York: 1963).

[87] Cf. Lawrence S. Graham, «Portugal:...», p. 8.

Graham destacou o peso do aparelho administrativo do Estado face às instituições propriamente «políticas» do salazarismo. Após a purga dos elementos afectos à estrutura clientelar dos partidos da República, o ditador confia fundamentalmente na burocracia, reina sobre e baseado nela e a discrepância entre «forma e substância» do regime acentua-se.

Um exemplo desta discrepância foi o apregoado carácter corporativo do regime, sempre cultivado na ideologia oficial e nunca edificado na prática, o que leva Graham a concluir que «a realidade sobre a qual Portugal foi governado de 1930 a 1974 era a de um Estado administrativo»[88]. O peso determinante do segundo elemento no binómio política/administração foi desenvolvido mais tarde em diversas investigações parcelares[89].

2.1.5 Nas ditaduras da Europa de Leste

Embora não tendo trabalhado sobre Portugal, Stanley G. Payne foi fazendo o balanço desta investigação, abordando o tema do «Estado Novo» em diversos estudos comparativos[90]. Para Payne, o regime português pertence à mesma categoria das ditaduras da Europa de Leste do mesmo período, «corporativa, institucionalizada, [...] autoritária [...], sem nenhuma

---

[88] *Idem*, p. 15.

[89] Cf. desde logo Paul H. Lewis, «Salazar's Ministerial Elite, 1932-1968», *Journal of Politics*, 40, August 1978, pp. 622-647. Lewis salientou o predomínio de técnicos sobre os políticos na elite ministerial salazarista.

[90] Cf. Stanley G. Payne, «Fascism in Western Europe», *in* Walter Laqueur (edited by), *Fascism: A Reader's Guide. Analyses, Interpretations, Bibliography* (Berkeley: 1976), pp. 295-311; *Fascism. Comparison and Definition* (Madison: 1980), pp. 157-160 e «Salazarism: 'fascism' or 'bureaucratic authoritarianism'?», AA. VV, *Estudos de História de Portugal. Homenagem a A. H. de Oliveira Marques*, vol. II - sécs. XVI-XX (Lisboa: 1983), pp. 523-531.

componente partido/fascista»[91]. Referindo-se à definição de Manuel Lucena, este considera que o «próprio pressuposto de um 'fascismo sem movimento fascista' indica que estamos perante um fenómeno diferente. O regime de Salazar foi sem dúvida o mais institucionalizado de todos os regimes autoritários do período entre as duas guerras (explicando em parte a sua longevidade), pelo que a sua estrutura, semiparalela à italiana, foi mais completa do que a dos regimes balcânicos ou do Leste», mas é aqui que se devem procurar elementos de comparação, particularmente com o regime austríaco de Dolfuss--Schuschnigg[92].

Dando como facto indiscutível que o regime de Salazar não se baseou na «cultura do fascismo» mas na do corporativismo católico, nem num partido da mesma natureza, apenas ao nível de certas características do Estado se podem observar semelhanças com o fascismo italiano. Em tudo o resto (origens, cultura, ideologia e base política), a comparação só salienta diferenças[93]. Para Payne, só utilizando um conceito extremamente lato de fascismo, compreendendo «todas as formas de autoritarismo não comunista», se poderá considerar como tal o regime português, o que, sendo possível, o torna inútil e não operatório[94].

Evitando comparações apressadas com as ditaduras mais recentes da América Latina, Payne salienta que o modelo do «autoritarismo burocrático» utilizado para as definir apresenta algumas virtualidades para o estudo das do período entre as duas guerras[95].

---

[91] Cf. Stanley G. Payne, *Fascism...*, p. 157.

[92] *Idem*, p. 159.

[93] Stanley G. Payne, «Salazarism...», p. 527.

[94] *Idem*, pp. 530-531.

[95] *Vide* sobre o «autoritarismo burocrático» na América Latina, Guillermo O'Donnell, *Modernization and Bureaucratic-Authoritarianism* (Berkeley: 1973).

2.2 Algumas contribuições parcelares

Parte dos autores atrás referidos, fundamentalmente aqueles que vinham da ciência política, estavam acima de tudo preocupados em estudar a evolução possível do regime após a morte política do ditador. A análise do que escreveram nos anos que imediatamente antecederam a queda do regime, constituiria um exercício extremamente interessante sobre as reivindicações previsíveis e futurológicas da disciplina.

A «primavera» marcelista atraiu uma série de politólogos, na sua maioria norte-americanos. Em diversas conferências em 1973, vários expressaram grande confiança na longevidade do regime[96]. Outros previam na mesma época importantes papéis para as instituições do próprio regime (nomeadamente as corporativas) no quadro de uma eventual liberalização. Todos se enganaram. Como salientou Philippe C. Schmitter (em balanço autocrítico raro nas Ciências Sociais): «nenhum observador académico ou jornalístico previu a queda de Marcello Caetano, e muito menos o rápido e completo colapso da ordem autoritária em Portugal. Antes pelo contrário.»[97]

Independentemente destes limites futurológicos, uma série de contribuições parcelares iniciaram o estudo de várias instituições do regime entretanto derrubado, abrindo uma investigação propriamente empírica[98].

---

[96] *Vide* a maioria das comunicações apresentadas à 1.ª conferência do ICGMP, University of New Hampshire, October, 10-14, 1973.

[97] Cf. Philippe C. Schmitter, «Liberation by *Golpe*...», p. 5.

[98] Privilegiei neste balanço as conclusões que se referiram à 1.ª fase do regime, ou que para esta remeteram elementos importantes, ignorando as análises centradas nos anos 60.

2.2.1 A «revolução corporativa»

O corporativismo foi o campo que mais atraiu a investigação[99]. A prioridade parecia normal, visto este ter sido um dos preferidos da propaganda do próprio regime, para justificar a originalidade do autoritarismo português e ainda porque, de todas as ditaduras do mesmo período que dele se reivindicaram, o «Estado Novo» foi a mais estável no tempo, constituindo, como Schmitter assinalou, um «laboratório» ideal para efeitos analíticos. Partindo de preocupações teóricas muito diversas, todos estes estudos apresentaram novos dados sobre o tema. O mais discutível de todos é, sem dúvida, o de Howard Wiarda[100].

Logo na introdução, Wiarda, ao analisar as origens do corporativismo luso, enquadra-as numa perspectiva histórica e cultural ibero-latina[101]. Segundo este autor, estas sociedades são estruturalmente corporativas e a mentalidade anglo-saxónica ignorou muitas vezes esta dimensão, pelo que este se propõe adoptar um antropológico «relativismo cultural» no seu estudo. A legitimidade da operação é assaz duvidosa e o capítulo sobre a história do corporativismo português é um puro exercício teleológico. Ou Wiarda tomou a sério a produção ideológica dos integralistas que, no início do século XX, procuraram naturalmente «reinventar» uma tradição corporativa que o liberalismo, esse produto «estrangeiro», tentou destruir, ou então

---

[99] Cf., para além dos estudos assinalados de Manuel Lucena e de Philippe Schmitter, Howard J. Wiarda, *Corporatism and Development. The Portuguese Experience* (Amherst: 1977).

[100] Estas obras foram debatidas *in* António Costa Pinto, «La 'Révolution Corporatiste' au Portugal – Entre Idéologie et Pratique», communication au séminaire *Les Relations entre L'Etat et la Société Civil au XXème Siècle*, IHTP-CNRS, Paris, 6/12/1988.

[101] Cf. Howard J. Wiarda, *Op. Cit.*, pp. 2-28. *Vide* Manuel de Lucena, «Uma Leitura americana do corporativismo português», *Análise Social*, vol. XVII (66), 1981-2.°, pp. 415-434.

estava muito influenciado pelo campo latino-americano, de onde vinha[102].

Quaisquer dos restantes estudos sobre o tema encaram correctamente a origem contemporânea das ideologias corporativas, como alternativas autoritárias no âmbito da crise do liberalismo na viragem do século, que em Portugal, aliás, não se apresentam mais «originais» do que as que se desenvolvem em outros países europeus. De todos os referidos, o mais completo e provocante foi o de Manuel de Lucena[103].

Lucena começou por analisar o lugar do corporativismo no sistema político do salazarismo, destacando a sua secundarização no campo das instituições do novo regime. Contra as aspirações dos corporativistas «integrais», os princípios liberais de representação mantiveram-se formalmente na Constituição de 1933 e o compromisso não foi particularmente favorável às instituições corporativas, sempre em notória inferioridade. O «Estatuto do Trabalho Nacional», de clara inspiração italiana, moderou muito «catolicamente» o seu equivalente fascista e, após a primeira vaga legislativa dos anos trinta, o edifício ficará sempre incompleto, com grandes diferenças face ao projecto inicial.

Formados os «sindicatos nacionais», estritamente controlados pelo Estado, a «corporativização» das associações patronais foi bem mais moderada e alavanca da intervenção económica em certos sectores, permitindo a continuação de algumas organizações que resistem ao seu controlo. Só nos anos 50 se formaram algumas «corporações» numa conjuntura bastante diferente e com quase nula capacidade de decisão e autonomia, contrastando com o apregoado modelo «de associação».

Embora bastante diferentes, o corporativismo do fascismo italiano e o do regime português não deixaram de cumprir fun-

---

[102] *Idem*, pp. 29-54.

[103] Sendo também o mais conhecido, limitar-me-ei a um brevíssimo resumo das suas teses.

ções semelhantes: «amarrar o movimento operário, desenvolver o capitalismo nacional, reforçar o Estado.»[104]

Schmitter não tem dúvidas acerca do papel de controlo social do sistema corporativo destinado a «desarmar e tornar dependente do paternalismo patrocinado pelo Estado aqueles grupos cujas articuladas reivindicações poderiam pôr em causa a acumulação [...] e impedir a consolidação da hegemonia política da burguesia nacional», concordando com Lucena que esta é apenas uma face da moeda[105]. Com efeito, a «corporativização» do sector patronal, ainda que mais flexível, não deixou de ser uma realidade particularmente forte em alguns sectores e os todo-poderosos organismos de coordenação económica dirigiriam uma pirâmide que desmentia o proclamado modelo de «associação».

Parece ter sido a dupla função, atrás assinalada, a principal, já que ao nível do sistema político elas foram poucas. As instituições corporativas tiveram um lugar secundário no texto constitucional e na esfera da decisão política, mas a sua existência não foi desprezível em termos de efeitos produzidos. Schmitter ensaiou um modelo contra-factual, procurando comparar Portugal com alguns países com *starting points* semelhantes, como a Irlanda ou a Grécia, mas com sistemas políticos diversos e a sua conclusão é que «a ortodoxia fiscal e as políticas económicas conservadoras [...] ainda que inibissem o crescimento e o desenvolvimento a longo prazo [...] parecem apenas ter contribuído para uma distribuição menos desigual que na Grécia [...]». Em tudo o resto a comparação é negativa para o «Estado Novo»[106].

As hipóteses deste politólogo americano sobre as funções do sistema corporativo português não se afastaram muito das

---

[104] Manuel de Lucena, *Op. Cit.*, p. 221.
[105] Philippe C. Schmitter, «Corporatism...», p. 9.
[106] *Idem*, p. 57.

geralmente atribuídas aos partidos únicos dos regimes autoritários, «*preemptive,* na medida em que se criaram estruturas de representação de interesses a partir de cima e em antecipação a; *preventivas,* visando não a mobilização mas o impedir de alternativas; *defensivas* quando se provocou uma reacção mais virada para a defesa de estatutos adquiridos ou perdidos do que para a promoção agressiva de novos; e, finalmente, *compartimentadoras* destes mesmos interesses». Combinados estes factores, a conclusão a que se chega é a de que «o papel e as consequências do corporativismo de Estado devem ser vistos, não tanto em termos do que se obteve aberta e positivamente, mas sim em termos do que sub-reptícia e negativamente se evitou que acontecesse.»[107]

As conclusões de Wiarda são bem mais complicadas, *vide* discutíveis. A sua obra constitui uma boa descrição do evoluir do sistema corporativo até 1974, mas como aquelas conclusões que estão previstas desde o início, este hipoteca declaradamente o «futuro» de Portugal (1974 e seguintes) ao síndroma corporativo apontado na introdução[108].

2.2.2 *A Igreja Católica e o «Estado Novo»*

Em 1973, a *Revue Française de Sciences Politiques* organizou um número especial sobre o papel das instituições religiosas nos regimes autoritários, coordenado por Guy Hermet, incluindo um artigo sobre Portugal[109]. Nesse mesmo ano

---

[107] *Idem,* p. 58.

[108] *Vide* os trabalhos mais recentes deste autor sobre a transição para a democracia em Portugal.

[109] Cf. Silas Cerqueira, «L'Église catholique et la dictature corporatiste portugaise», *Revue Française de Sciences Politiques,* vol. XXIII, n.º 3, Juin 1973, pp. 473-513.

outras investigações decorriam sobre o tema das relações Igreja-Estado, desde o início do século aos anos 30[110].

Ambos os trabalhos ultrapassaram a mera constatação da extrema unidade senão simbiose entre a «questão religiosa» e o derrube do regime liberal e, acima de tudo, da matriz ideológica e política do ditador. Richard Robinson salientou a importância de organizações como o CADC e o Centro Católico, como matriz do «Estado Novo», contrapondo a formação de um jovem grupo de intelectuais e políticos à crescente influência do integralismo lusitano, o mais importante dos agrupamentos ideológicos antiliberais nas vésperas da queda da República parlamentar, mas não avançou até ao período da formação do regime[111]. A contribuição de Silas Cerqueira concentrou-se no papel por esta desempenhado ao longo do salazarismo.

O papel da Igreja no regime foi muito plurifacetado. Não se tratou apenas de um apoio político público sempre que isso lhe foi pedido ou a esse esforço se prestou voluntariamente, emprestando-lhe grande parte dos seus ritos e símbolos. Cerqueira referia o abençoar da cruzada anticomunista e antiliberal durante os anos trinta, o apoio às instituições fascizantes do regime, como a Mocidade Portuguesa e a Legião Portuguesa, a participação nas campanhas «eleitorais» após a II Guerra Mundial, a defesa da guerra colonial dos anos 60. Esta forneceu-lhe, para além disso, um modelo de mobilização, sincronizando o «renovar da prática religiosa» e do *piétisme* popular com a função «salvadora» do novo poder político, aspecto por vezes subestimado. O culto religioso de Fátima e as funções «para-

[110] Nomeadamente a de Richard Robinson, cf. o seu artigo: «The Religious Question and the Catholic Revival in Portugal, 1900-30», *Journal of Contemporary History,* 12 (1977), pp. 345-362 e Thomas C. Bruneau, «Church and State in Portugal: Crises of Cross and Sword», *Journal of Church and State,* vol. 18, n.° 3, Autumn 1976, pp. 463-490.

[111] Richard Robinson, «The Religious Question...», p. 358.

-políticas» que desempenhou constituíram o exemplo mais cristalino[112].

A Igreja Católica portuguesa não contribuiu apenas para a matriz ideológica do regime, antes tendo sido «um instrumento essencial dele, sempre submetida à sua direcção política»[113]. Com efeito, a adiada Concordata (prevista desde 1933, só se realizou em 1940), manteve alguns princípios-base da separação entre a Igreja e o Estado, manteve o divórcio para casamentos civis e estabeleceu um relativo controlo deste sobre a instituição religiosa. Como salientou Hermínio Martins, «enquanto em Espanha a concordata de 1950 ofereceu à Igreja virtualmente tudo o que ela poderia pedir, a portuguesa não transformou Portugal num Estado confessional nem a Igreja recebeu privilégios financeiros ou educacionais consideráveis»[114].

Silas Cerqueira referiu alguns elementos de um núcleo ideológico comum Igreja-regime, desde o corporativismo ao antiliberalismo e anticomunismo, difundido por esta sob a orientação daquele. «Uma parte destes temas ideológicos, escreveu, encontram-se em todas as ideologias conservadoras em período 'normal' [...]», mas aqui eles foram exacerbados e «formaram um *todo*, um *sistema*»[115].

As «funções legitimadoras» também não foram poucas, não só ao nível político central – a cada «crise», sobretudo a partir de 1945, correspondia uma declaração de apoio que só começou a ser mais discreto na fase final do regime –, mas sobretudo na «província» do mundo rural e das pequeníssimas cidades, onde todo um aparelho «logístico» coadjuva uma «socialização política» nada desprezível.

---

[112] Cf. Silas Cerqueira, «L'Église Catholique...», pp. 481-490.

[113] *Idem*, p. 504.

[114] Hermínio Martins, «Opposition in Portugal», *Government and Opposition*, vol. 4, n.º 2, Spring 1969, p. 262.

[115] Silas Cerqueira, «L'Église Catholique...», p. 504.

2.2.3 *Umas eleições «pas comme les autres»*

Em 1968, num artigo sobre a oposição ao «Estado Novo», Hermínio Martins referia-se ao alto grau de racionalidade política do regime no campo da administração da violência, optando por um «*optimum of terror* rather than a crude maximum [...]»[116]. O mesmo poderia ser dito no que toca ao aparato institucional do sistema político, compromisso formal (sublinhe-se) entre princípios liberais e corporativos de representação. Como já foi referido, o princípio eleitoral foi mantido e realizado religiosamente nos prazos previstos.

O aparecimento de uma «oposição eleitoral» ao regime a partir de 1945 não passou desapercebido à investigação. Confrontando-se com a pergunta «porquê se incomodam os regimes manifestamente antidemocráticos a realizar ou a simular eleições?», Schmitter detecta correctamente algumas respostas não válidas para o caso português. Ao contrário dos regimes socialistas da época, nunca existiu em Portugal a regra dos 99%. Nem «Salazar alguma vez pensou em utilizar as eleições como processo de mobilização de massas», nem estas cumpriram aqui o papel de legitimação interna que desempenharam em outros autoritarismos, mais «plebiscitários»[117].

O que, ainda que referido, convém sublinhar é que até 1945, nunca foi sequer permitido um simulacro de «oposição» durante as eleições, cumprindo estas uma função de legitimação na formação do regime, após o qual não se fala mais no assunto até o curso da II Guerra Mundial começar a pender para uma vitória aliada. De todas as funções da realização de eleições nos regimes autoritários abordadas e discutidas no trabalho de Schmitter, a mais prosaica foi, segundo a nossa opinião, a única importante: «legitimar o regime aos olhos

---

[116] Cf. Hermínio Martins, «Opposition...», p. 263.

[117] Cf. Philippe C. Schmitter, «The Impact and Meaning...», p. 146.

do estrangeiro» e, portanto, de natureza externa[118]. Todas as outras foram bastante secundárias.

2.2.4 Escola e ideologia de um «regime conservador»

Na introdução a uma tese sobre a escola salazarista nos anos trinta, cuja investigação foi no fundamental realizada antes de 1974, Maria Filomena Mónica discutiu parte da bibliografia aqui citada. Verificando as enormes discrepâncias entre esta bibliografia sobre os casos centrais e a análise do regime de Salazar concluiu que «quase nada do que se tem escrito sobre o fascismo se aplica ao caso português»[119].

Referindo-se à comparação com o fascismo italiano, esta autora sustentou a posição segundo a qual «as diferenças entre o salazarismo e aquele são mais profundas do que as semelhanças [...]» e, inspirando-se em Barrington Moore, caracterizou o regime como «uma forma subalterna de uma modernização conservadora particularmente pacífica e dilatória através de uma revolução a partir da cúpula»[120].

Nas conclusões do seu trabalho, destacou o papel central da religião católica na socialização da escola do «Estado Novo», cujos valores centrais eram a obediência, a resignação, a caridade e o patriotismo, legitimando uma ordem social considerada como uma «estrutura imutável»[121]. Dado o carácter não totalitário do regime, deixando «muitas áreas da vida privada virtualmente libertas da doutrinação política», a hierarquia «natural» bastava, em muitos casos, para assegurar a ordem, e

---

[118] *Idem*, p. 150.

[119] Cf. Maria Filomena Mónica, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar (A escola primária salazarista, 1926-1939)* (Lisboa: 1978), p. 98.

[120] *Idem*, pp. 94 e 105.

[121] *Idem*, p. 345.

a «Igreja desempenhava ainda o seu velho papel de aparelho ideológico por excelência», avançando mesmo a hipótese deste aparelho ser, no Portugal dos anos 30, «mais importante que a própria escola»[122].

[122] *Idem*, pp. 355-356. Alguns trabalhos de antropologia social e política, particularmente os de José Cutileiro e Joyce Riegelhaupt, vieram, no início dos anos 70, fornecer alguns elementos introdutórios sobre o impacte do regime sobre a sociedade rural, ainda maioritária no Portugal dos anos 30. Cf. José Cutileiro, *A Portuguese Rural Society* (Oxford: 1971) e Joyce Firstenberg Riegelhaupt, «Peasants and Politics in Salazar's Portugal: The Corporate State and Village 'Nonpolitics'», *in* Lawrence Graham and Harry M. Makler (edited by), *Op. Cit.*, pp. 167-190. Utilizei a versão portuguesa da primeira obra (Lisboa: 1976).

3. O «ESTADO NOVO» NA INVESTIGAÇÃO INTERNACIONAL DOS ANOS 80

Muito embora referindo estes primeiros estudos sobre Portugal, a historiografia mais recente sobre o fascismo não alterou significativamente as suas posições sobre o regime de Salazar[123].

Reflectindo a própria evolução das diversas disciplinas envolvidas, tendeu-se para uma grande diversidade metodológica e para um inquérito empírico bem menos preocupado em testar modelos globais. Por outro lado, com a natural excepção da Península Ibérica, dada a sobrevivência dos respectivos regimes até aos anos 70, enquanto objecto de investigação, o fascismo foi sendo progressivamente abandonado pela sociologia e pela ciência política, e «deixado» para a história, aqui duplamente entendida como disciplina e como o que já não existe.

Rarearam os trabalhos gerais e comparados e explodiram as investigações parcelares. A palavra «explosão» pode ser utilizada sem riscos de exagero, já que surgiram centenas de investigações, sobretudo de carácter monográfico, sobre os mais diversos aspectos do fascismo, utilizando todas as perspectivas

[123] Uma versão desenvolvida deste capítulo foi publicada sob o título «O salazarismo na recente investigação internacional sobre o fascismo europeu – velhos problemas, velhas respostas?», *Análise Social*, vol. XXV (108-109), 1990, pp. 695-713.

de análise, da história das ideologias à social, política, local, económica, oral, biográfica, etc.

Como referiu Geoff Eley, o acumular da investigação mais recente «parece comprometer o potencial explicativo das velhas teorizações»[124]. Entre elas este historiador citava as do totalitarismo, a fórmula de Dimitrov, a da personalidade autoritária, a da sociedade de massas e a dos grupos monopolistas.

Ainda que se possa concordar com a estimulante direcção analítica de Eley, não nos parece correcto invalidar a totalidade destas hipóteses analíticas, até porque as suas virtualidades explicativas se referiam a aspectos muito diversos e parcelares, nunca se erigindo em teoria geral. As teorias do totalitarismo, por exemplo, referiam-se mais ao funcionamento/organização do poder e aos modos de enquadramento da sociedade, e não aos factores explicativos da queda dos regimes liberais e da tomada do poder pelo fascismo.

De qualquer modo, importa por agora salientar que estes modelos interpretativos continuaram a ser as principais referências teóricas da investigação dos anos 80, ora para as contestar ora para as confirmar, não emergindo nenhuma outra teoria global deste inegável avanço empírico. O resultado mais frutuoso foi talvez a possibilidade de uma classificação mais rigorosa dos movimentos e regimes numa perspectiva comparada, bem visível nas diversas propostas «descritivo-tipológicas» entretanto surgidas. Quanto aos aspectos da definição de fascismo referidos por Eley como os mais complexos, caso dos referentes às classes, economia, mudança política e condições de emergência, eles perderam-se, em grande parte, nas singularidades nacionais[125].

---

[124] Geoff Eley, «What Produces Fascism: Preindustrial Traditions or a Crises of the Capitalist State?», *in* Michael N. Dobkowski and Isidor Wallimann (edited by), *Op. Cit.*, pp. 69-70.

[125] *Idem*, p. 70.

Saliente-se ainda que muito raramente esta investigação possuiu uma dimensão comparativa, utilizando sobretudo o quadro nacional. Apesar de escassas, vale a pena examinar, ainda que de forma bastante sintética, as considerações que foram feitas sobre Portugal, particularmente pelas historiografias nacionais cujos regimes eram mais susceptíveis de referir o «Estado Novo» como termo de comparação [126].

3.1 O «Estado Novo» na historiografia sobre o fascismo italiano

Não vale a pena sequer ensaiar um balanço historiográfico sobre o fascismo italiano, de tal forma extensa tem sido a produção sobre este tema central da sua história recente [127]. Pouco consensual por definição, a historiografia italiana conheceu algumas fracturas polémicas que ficaram célebres. Ressalvadas as distâncias, teve já a sua *Historikerstreit,* provocada pela célebre entrevista sobre o fascismo de De Felice em 1975 [128].

---

[126] Ainda que a investigação se tenha internacionalizado bastante, a sistematização por países e/ou áreas justifica-se pelo facto de, na sua grande maioria, esta ter sido produzida por historiadores. Sendo a História a disciplina das ciências sociais mais dominada pelo «facto nacional» que ainda modela de forma determinante a maioria da investigação e da própria construção do objecto, esta pareceu-me a forma mais correcta de organizar este breve inventário. Dada a vastidão das obras nacionais e a complexidade dos percursos das historiografias respectivas, adoptei como critério: dar uma brevíssima introdução à situação da investigação sobre o tema, nos casos sobre os quais tenho informação actualizada, das clivagens interpretativas sobre o caso nacional e das referências por comparação a Portugal. Excluí a historiografia alemã.

[127] Como introdução à produção dos últimos vinte anos (apenas referindo as mais importantes e genéricas), *vide* Emilio Gentile, «Fascism in Italian Historiography: In Search of an Individual Historical Identity», *Journal of Contemporary History,* vol. 21 (1986), pp. 179-208.

[128] Renzo De Felice, *Intrevista sul fascismo,* (a cura di) M. A. Ledeen (Bari: 1975). Para um balanço crítico da sua monumental biografia de Mussolini *vide* os comentários de diversos historiadores *in Passato e Presente,* n.º 1, Gennaio-Giugno 1982, pp. 5-30.

A polémica centrou-se em torno das afirmações deste historiador sobre as duas dimensões do fascismo italiano – movimento e regime – e sobre o carácter revolucionário do fascismo-movimento. Saliente-se ainda, para o que aqui mais interessa, que o debate se tem centrado na especificidade do fenómeno italiano e que, quando chamada, a comparação apenas tem sido feita com o nazismo alemão [129].

Pouco cultivada da parte italiana, a análise comparada dos regimes português e italiano raramente se colocou como objecto e as referências ao «Estado Novo» foram escassas, dada a centralidade do debate apontada anteriormente. Durante os anos 70 foram produzidas algumas sínteses sobre Portugal, em geral à margem da historiografia italiana sobre o fascismo [130]. A transição para a democracia e as suas particularidades provocaram então algum interesse na área marxista. No entanto, já nos anos 80, alguns contributos foram produzidos, nomeadamente os de Enzo Collotti e alguns outros, que se situaram no campo da defesa de um «fascismo genérico» [131].

Reflectindo justamente esta perspectiva, sublinharam-se as vias diversas para a fascização, ao mesmo tempo que se destacou o paralelismo da «resposta precisa e funcional de um determinado bloco da burguesia perante a crise do estado liberal e a

---

[129] Ainda em 1988, no rescaldo da polémica alemã, algumas entrevistas de De Felice sobre o «antifascismo» na democracia italiana provocaram alguma polémica. Uma síntese dela, constituindo o mais recente ponto da situação da historiografia sobre o tema, é a pequena obra colectiva, Jader Jaccobelli (a cura di), *Il fascismo e gli storici oggi* (Bari: 1988).

[130] Cf. A. Albonico, *Breve Storia del Portogallo Contemporaneo* (Napoli: 1977) e P. Giannotti e S. Pivato, *Il Portogallo dalla Prima alla Seconda Republica (1910-1975),* (Urbino: 1978).

[131] Ainda que sempre demarcando as peculiaridades do caso português. *Vide,* por exemplo, a recente síntese pedagógica de Gustavo Corni, *Fascismo e Fascismi. Movimenti, Partiti e Regimi in Europa e nel mondo* (Roma: 1989), pp. 93-98.

poderosa avançada das classes populares.»[132]. E. Santarelli, o autor da referência atrás assinalada, considerou assim o salazarismo como «a ala extrema direita, não radical, mas tradicionalista do fascismo europeu»[133].

Enzo Collotti admitiu desde logo que «a experiência do Portugal de Salazar é talvez aquela que criou aos estudiosos maiores dificuldades de enquadramento no interior da fenomenologia do fascismo»[134], acrescentando que estas dificuldades «de uma definição unívoca do regime português nascem da complexidade das suas componentes ideológicas e institucionais e, não menos importante, das suas próprias características sociais»[135].

Collotti conhece bem as posições de outras historiografias sobre o regime de Salazar e demarcou-se dos que lhe negam o carácter fascista baseados no recorte formal das suas instituições políticas, muito embora reconhecendo que «os elementos mais especificamente fascistas da direita portuguesa não conseguiram conferir a sua fisionomia à constituição material do novo Estado»[136].

Sintetizando, para este autor, «diferentemente do regime fascista italiano, mas em analogia com a experiência austríaca, faltou na constituição do regime em Portugal um real processo de mobilização de massas, em particular faltou um pseudo-revolucionarismo: o regime foi voluntariamente conservador, teve uma base bastante restrita de recrutamento da sua elite dirigente, distinguindo-se pela acentuação do elemento tecnocrático de formação universitária; deste ponto de vista pro-

---

[132] Cf. Nuccio Cocco, «Salazarismo», in Nicola Tranfaglia et Alli (a cura di), *Storia D'Europa,* vol. 3 (Firenze: 1980), p. 1039.

[133] E. Santarelli, «Il caso portoghese: radici e premesse di una rivoluzione», *Critica Marxista,* n.º 4, 1975, citado por N. Cocco, *Idem,* p. 1038.

[134] Enzo Collotti, *Fascismo, Fascismi* (Firenze: 1989), p. 117.

[135] *Idem,* p. 118.

[136] *Idem,* p. 119.

curou criar uma oligarquia dirigente, visou o consenso entre as classes médias, sem a mínima ambição de produzir no País nenhuma transformação social»[137].

Onde estão então os aspectos que fazem este autor considerar que Portugal não foi um fenómeno marginal, antes representando «as características epigonais do fascismo»? Detectou vários: a eliminação «totalitária» dos adversários políticos; o corporativismo, que foi um instrumento de eliminação da autonomia do movimento operário; o estatismo «moralizador» dos espíritos e da economia. Por outro lado, traço importante foi o facto de, quando falhou a «estabilização conservadora», o regime ter desviado toda a virulência da repressão interna numa longa guerra, que acabou por fracturar a própria unidade das Forças Armadas[138].

Posição diversa foi defendida por Renzo De Felice. Ainda que este nunca tenha estudado o caso português em particular, não se lhe ofereciam dúvidas que regimes como o de Salazar «não devem ser enumerados como fascistas, mas considerados clássicos regimes conservadores e autoritários», mais uma vez tomando como critério principal o da sua relação diversa com as massas[139].

3.2 O «Estado Novo» na historiografia sobre o franquismo

Por razões óbvias, a investigação recente sobre o franquismo não se afastou muito, em termos de percurso, da portuguesa. Apesar de a historiografia sobre a época contemporânea se ter desenvolvido mais cedo, boa parte deste surto deveu-se à contribuição de sociólogos e politólogos. Acresce ainda o comple-

---

[137] *Idem*, p. 121.

[138] *Idem*, p. 122.

[139] Renzo De Felice, «Il Fenomeno Fascista», *Storia contemporanea*, anno X, n.º 4/5, Ottobre 1979, p. 624.

mento da investigação internacional, que contribuíu de forma decisiva para o desenvolvimento dos primeiros estudos científicos [140].

Os trabalhos seminais de Juan Linz, que se baseou no franquismo para construir o seu «tipo ideal autoritário», marcaram grande parte do esforço inicial e foram mais tarde aplicados em muitos estudos parcelares. As críticas ao modelo de Linz não diferiam muito das que lhe foram apontadas a propósito de outros casos [141]. As mais interessantes foram, no entanto, aquelas que ensaiaram modelos alternativos de caracterização, incluindo o «Estado Novo», caso das propostas por Salvador Giner.

Para este sociólogo, o franquismo, como outros regimes da Europa do Sul, nomeadamente Portugal, podem ser definidos como uma variante do despotismo moderno, que designa como «despotismo reaccionário». O «tipo ideal» de Giner, diverso mais na aparência do que na essência do de Linz, acrescentou-lhe um elemento importante: uma caracterização de classe [142]. A «coligação reaccionária» que está na base destes regimes difere da do modelo das «classes médias», dada a intervenção da oligarquia agrária, industrial e financeira. Este carácter de «coligação», que atravessa a edificação dos novos regimes, tem como consequência, no campo da organização do sistema político, o seu afastamento dos regimes totalitários, dada a sua natureza sincrética. Por outro lado, Giner ensaiou a integra-

---

[140] Para um balanço desta produção, *vide* Stanley G. Payne, «O Fascismo Espanhol Revisitado», *Ler História,* 8 (1986), pp. 115-120.

[141] *Vide* a crítica de Juan Martínez Alier, «Notas sobre el Franquismo», *Papers: Revista de Sociologia,* 8 (1978), pp. 27-51.

[142] Cf. o modelo e a sua aplicação ao franquismo in Salvador Giner, Eduardo Sevilla-Guzmán e Manuel Pérez Yruela, «Despotismo Moderno y Dominación de Classe. Para una sociologia del régimen franquista», *Papers: Revista de Sociologia,* 8 (1978), pp. 103-141.

ção destes regimes na «longa duração» da periferia sul da Europa[143].

Um segundo problema, com óbvio paralelismo com o regime português, é o que diz respeito à periodização. Manuel Ramirez veio negar que se possa utilizar uma conceptualização única para um regime com a duração do de Franco. Este propôs três conceptualizações diversas para as três etapas da ditadura. Sobre a primeira, a que mais nos interessa, definiu-a como totalitária, considerando-a uma forma de fascismo[144].

Quase todos os trabalhos empíricos se referem aos casos centrais do paradigma fascista, a Alemanha e, fundamentalmente, a Itália. Apenas Javier Tusell, abordou recentemente, num trabalho de natureza comparativa, o «Estado Novo», onde toda esta bibliografia foi debatida. Abreviando, para ele o regime português está numa ponta do espectro e o franquismo no meio, «entre o pólo máximo de totalitarismo representado pelo regime de Mussolini e o mínimo de Salazar»[145]. Sensível à periodização, para Tusell, os regimes são bastante idênticos após 1945, quando o regime espanhol se aproxima do corporativismo católico e secundariza a componente falangista, pois até ao fim da guerra, enquanto o franquismo se aproximou do fascismo, o salazarismo sempre se manteve perto do tipo ideal autoritário. Para ele, as diferenças de periodização fizeram-se sentir muito mais em Espanha do que em Portugal, mas na

---

[143] *Vide* Salvador Giner, «Political Economy, Legitimation, and the State in Southern Europe» in Philippe C. Schmitter et Alli (edited by), *Transitions From Authoritarian Rule. Southern Europe* (Baltimore and London: 1986), p. 24.

[144] Ramirez definiu três fases no franquismo: totalitária (1939-45); empírico-conservadora (1945-60); tecno-pragmática (1960-75). *Vide* Manuel Ramirez, *España, 1939-1975. Régimen Político e Ideologia* (Barcelona: 1978), pp. 23-35.

[145] Javier Tusell, *Op. Cit.*, p. 270. Cf. ainda do mesmo autor, «El Franquismo como Dictadura», *in* Hipólito de la Torre (coord.), *Portugal y España en el Cambio Político (1958-1978),* (Mérida: 1989), pp. 47-58.

sua longa duração, no entanto, eles são parte integrante da mesma família política, das «ditaduras conservadoras não totalitárias» [146].

3.3 A historiografia francesa, Vichy e Salazar

O tema da direita radical e do fascismo francês, que se imbrica no regime de Vichy, tem sido alvo de uma investigação intensa e, por vezes, bastante polémica, parte dela de origem estrangeira, sobretudo norte-americana e israelita, permitindo o confronto de tradições historiográficas diversas [147]. Qualquer debate sobre este tema terá de, mais do que no caso italiano, considerar esta produção internacional, que não se reduziu a sínteses interpretativas, antes contribuindo com uma investigação empírica a não desprezar, alguma da qual balizou marcos importantes até aos anos 80 [148]. Um destes foi, sem dúvida, a fundamentação de que o fascismo não era, em França, um mero fenómeno de importação, como tendiam a considerar boa parte dos estudos franceses.

De um modo geral, a historiografia francesa, desde Rémond nos anos 50 à mais recente, utilizou, como vimos, um conceito de fascismo bastante restrito, compreensível pelo facto de o grosso da investigação se ter concentrado em movimentos polí-

---

[146] *Idem*, pp. 272-304.

[147] Apesar de algumas obras anteriores aos anos 80 terem provocado alguma polémica por parte da historiografia francesa, a mais importante foi provocada pelas de Zeev Sternhell. *Vide* António Costa Pinto, «Fascist Ideology Revisited: Zeev Sternhell and his Critics», *European History Quarterly*, vol. 19 (1986), pp. 465-483.

[148] Caso, por exemplo, de Eugen Weber, *Action Française* (New York: 1961) ou Robert O. Paxton, *Vichy France. Old Guard and New Order* (New York: 1972). Para um balanço da mais recente, *vide* John F. Sweets, «Hold that Pendulum! Redefining Fascism, Collaboration and Resistance in France», *French Historical Studies*, vol. XV, n.º 4 (Fall 1988), pp. 731-758.

ticos e ideológicos que, desde a viragem do século, coexistiram em França, ou ainda nos «intelectuais fascistas», designação preferível à de «fascismo intelectual». Acresce ainda que alguns percursos individuais, da esquerda e do socialismo para o fascismo mais radical, por parte de conhecidos actores políticos, movimento mais raro em outros países, provocaram uma necessidade de maior clareza conceptual na abordagem do tema[149].

Mais do que em qualquer outro país recorreu-se a tipologias de movimentos políticos autoritários (ora bipartidas ora tripartidas), procurando isolar o fascismo dos movimentos de direita radical, na mesma linha de algumas correntes anglo-saxónicas. Curiosamente, as posições mais favoráveis a uma indiferenciação vieram não da historiografia francesa mas de fora, desde Nolte, nos anos 60, a Robert Soucy e outros, nos anos 80[150].

A maioria dos estudiosos de Vichy consideraram-no um regime autoritário demarcado do fascismo. Nesta caracterização quase todos convergem, mesmo a historiografia internacional, desde Robert O. Paxton à mais recente. Não é de estranhar pois, que, mesmo por razões de coerência teórica, a comparação com Portugal tenha sido referida (mais referida aliás do que praticada) e que seja neste quadro que Portugal tenha sido abundantemente citado.

O rol de referências sobre a natureza do «Estado Novo» poderia ser elaborado a partir dos anos 50, mas para o efeito basta mencionar a mais recente obra de Pierre Milza. Este historiador não só salienta «as diferenças fundamentais com o fascismo», como dá a esta demarcação uma base económica e

---

[149] *Vide* sobre este tema, uma das mais recentes investigações, Philippe Burrin, *La Dérive Fasciste. Doriot, Déat, Bergery, 1933-1945* (Paris: 1986), com uma perspectiva diversa de Zeev Sternhell, *Ni Droite ni Gauche. L'idéologie fasciste en France* (Paris: 1983).

[150] Cf. Robert Soucy, *French Fascism. The First Wave* (New Haven and London: 1986).

social correspondente ao afirmar que «a ditadura de Salazar visa em princípio manter e reforçar o poder dos grandes proprietários (agrícolas), em detrimento do capital industrial e financeiro», o que só confirma o «carácter francamente reaccionário do regime, que procura mais refrear o desenvolvimento económico que estimulá-lo, e que assume como objectivo primordial a restauração dos valores tradicionais da sociedade portuguesa» [151].

Convém, no entanto, sublinhar um aspecto essencial a qualquer abordagem comparativa: Vichy, apesar da autonomia com que foi estabelecido como regime político, foi um «regime de ocupação» e, quer como projecto ideológico, quer como projecto político, com uma base social determinada, não chegou ao poder autonomamente. Como projecto, ele não teria oportunidade de se afirmar na sociedade francesa, ou pelo menos nunca o conseguiu até à invasão alemã. Em Portugal, pelo contrário, implantou-se de forma duradoura, sem pressão externa significativa.

Esta condicionante faz com que qualquer esforço de comparação aponte muito mais para o campo ideológico e para o «ideal-tipo» de sistema político que dominou Vichy do que para as condições históricas que determinaram a queda do liberalismo e a edificação dos respectivos regimes nos dois países [152].

A identidade sentida por muitos colaboracionistas de Vichy não foi estranha a profunda influência do principal movimento da direita radical francesa em Portugal. A *Action Française* foi a principal fonte de inspiração do seu congénere português e o Integralismo Lusitano foi, por sua vez, o mais determinante

---

[151] Cf. Pierre Milza, *Les Fascismes* (Paris: 1985), p. 332. Entre as excepções francesas conta-se Roger Bourderon.

[152] Cf. António Costa Pinto, «'L'Etat Nouveau' de Salazar et le Régime de Vichy», AA VV, *Vichy et les Français* (Paris: 1992), pp. 670-684.

movimento idológico antidemocrático nessa época. Apesar de vir das fileiras do movimento social católico, o próprio ditador português nunca escondeu a influência maurrasiana e prestou-lhe mesmo a sua solidariedade no clima adverso do pós-guerra, num movimento raro, para não dizer inédito, em Salazar. Por outro lado, o exemplo do «Estado Novo» foi correntemente referido pela direita radical francesa nos anos trinta. Já René Rémond se referia a este exemplo para demarcar o regime de Salazar do fascismo, afirmando: «de resto basta ver em que meios em França ele suscitava as simpatias mais vivas, nos círculos da extrema direita maurrasiana e integrista» [153].

Reproduzindo uma opinião comum, Pierre Milza afirmou sobre Vichy que «é [...] com o regime paternalista do Dr. Salazar que o parentesco é mais estreito. Pelo menos se se considerarem os objectivos expressos pelas duas ditaduras: restauração das estruturas de enquadramento e das elites tradicionais, restabelecimento da ordem moral e do magistério espiritual da Igreja, recusa do modernismo e da civilização industrial, com o que isso implica de desconfiança em relação ao totalitarismo fascista, que é seu produto ideológico, tal como o liberalismo e o socialismo marxista. Em dois pontos, no entanto, a diferença com a experiência lusitana salta aos olhos. Por um lado, visto se aplicar a um país bastante e não recentemente industrializado, o itinerário regressivo para o qual Vichy convida os seus adeptos deriva muito mais da utopia. Por outro lado — e este aspecto é determinante —, a elite dirigente de Vichy é muito menos homogénea que aquela que preside, desde o início dos anos trinta, aos destinos do 'Estado Novo'. O que logo à entrada estabelece um hiato entre o núcleo duro ultra-reaccionário e os outros inspiradores do poder» [154]. Posição semelhante foi par-

---

[153] Cf. René Rémond, *Op. Cit.*, p. 202.

[154] Cf. Pierre Milza, *Le Fascisme Français. Passé et Présent* (Paris: 1987), p. 230.

tilhada por historiadores norte-americanos, como Robert O. Paxton[155], e ainda por alguns politólogos e historiadores franceses que escreveram sobre o regime português[156].

3.4 O «Estado Novo», as ditaduras austríacas e da Europa de Leste

A ditadura de Dolfuss foi apontada por alguma investigação internacional como bastante comparável à de Salazar, particularmente por aquela que considerou o «clérico-fascismo» uma categoria operativa. Tal esforço comparativo não parece, no entanto, ter sido cultivado pela investigação austríaca. O mesmo se poderia dizer da historiografia sobre as ditaduras do Leste europeu.

A Austria constitui um campo privilegiado para a análise do fascismo, já que, caso único, esta conheceu duas ditaduras que se sucederam no tempo, o regime de Dolfuss e o nazismo, cuja componente nativa era também forte.

O debate autoritarismo *versus* totalitarismo parece não ser aqui uma questão meramente académica, ou, pelo menos, não o foi seguramente para os que viveram sob os dois. Ainda que o nazismo austríaco tenha sido algumas vezes considerado um

---

[155] Cf. o seu «A França de Vichy sob uma Perspectiva Comparativa», *in* AA. VV, *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia,* vol. I (Lisboa: 1987), pp. 49-58.

[156] Jacques Georgel interrogou-se na sua conclusão: «Le salazarisme était un fascisme? La question reste débattue. Les pages qui précèdent justifient à mes yeux une réponse négative. [...] Si, par 'fascisme' on entend tout banalement une dictature, alors oui le salazarisme était un fascisme; mais du point de vue scientifique, cette assimilation n'offre aucun intérêt. Si l'on cherche à prendre le terme 'fascisme' dans une acception précise, il faut aller au-delà». Cf. Jacques Georgel, *Le Salazarisme. Histoire et Bilan, 1926-1974* (Paris: 1981), p. 301. *Vide* também o mais recente, Jacques Marcadé, *Le Portugal au XXème Siècle, 1910-1985* (Paris: 1988).

fenómeno exterior e de «ocupação», argumento mais político ou de conveniência internacional que outra coisa, é ponto assente pela moderna historiografia austríaca o carácter nativo de ambas as experiências, o que torna legítima a comparação.

Para o que nos interessa, o aspecto central é o regime de Dolfuss-Shuschnigg (1933-38), definido pelos seus opositores da época como «austrofascismo». O debate sobre a sua caracterização não fugiu ao mesmo tipo de referências teóricas presentes na Península Ibérica.

Enquanto para uns a designação faz sentido, para outros, como Gerhard Botz, a ditadura de Dolfuss «não apresentava os traços essenciais de um regime vedadeiramente fascista; nem se tratava apenas de um estado corporativo no sentido da doutrina social católica. Considerada no momento do seu apogeu, em 1934, esta não era muito mais do que uma tradicional ditadura (implantada a partir de cima), um Estado autoritário com verniz fascista e uma *patine* corporativa. No plano da tipologia dos regimes políticos a fundamentação da definição 'austrofascismo' parece bastante dúbia»[157].

Por motivos históricos e teóricos, o esforço de comparação foi fundamentalmente exercido na direcção italiana, dada a influência política e financeira do regime de Mussolini na Áustria, que se consubstanciou no apoio aos movimentos fascistas nativos e à implantação do próprio regime ditatorial, no quadro da rivalidade com a Alemanha nazi. Por outro lado, a própria

---

[157] Cf. Gerhard Botz, «Fascismo e Autoritarismo in Austria. Heimwehr, nazionalsocialismo e 'austrofascismo'», in Roberto Cazzola e Gian Enrico Rusconi (A cura di), *Il «Caso Austria». Dall'«Anschluss» all'èra Waldheim* (Torino: 1988), p. 48. *Vide* também Gerhard Botz, *Krisenzonen einer Demokratie. Gewalt, Streit und Konfliktunterdrückung in Österreich seit 1918* (Frankfurt: 1987), pp. 211-236. Para uma introdução às diversas interpretações, *vide* John Rath and Carolyn W. Schum, «The Dolfuss-Schuschnigg Regime: Fascist or Authoritarian?», *in* Stein U. Larsen et alli (edited by), *Who Were the Fascists. Social Roots of European Fascism* (Bergen: 1980), pp. 249-256.

economia e sociedade austríacas, dado o seu carácter de país menos industrializado, com um forte sector agrícola, e o peso cultural do catolicismo constituíam factores de maior semelhança com a Itália[158].

Vários factores poderiam aproximar, para efeitos comparativos, os regimes de Dolfuss e Salazar, mas a operação comporta problemas. Alguns são de carácter histórico e referem-se a diferentes situações na esfera da construção do «Estado nacional» e da interferência externa no âmbito do derrube do liberalismo. Subsistem ainda outros, como o das modalidades diversas da formação dos dois regimes e da ruptura com a democracia. As semelhanças sobre as quais se poderia trabalhar seriam mais ao nível do recorte formal do sistema político, da sua legitimação ideológica e do peso central da Igreja Católica, em ambas as ditaduras.

O peso da Igreja Católica foi determinante, quer no derrube da democracia quer na ideologia de ambos, particularmente no carácter corporativo. As duas ditaduras são construídas «a partir de cima», com partidos únicos de vocação e origem semelhantes e com igual desconfiança em relação aos movimentos fascistas nativos, particularmente na Áustria, dado o seu maior peso social e político. Este «a partir de cima» deve ser matizado, já que, enquanto em Portugal a ruptura com a ordem liberal foi clara, na Áustria foi um dos «campos», com representação partidária ainda sob um regime democrático, a «fascizá-lo». Estes e outros aspectos não foram ainda alvo de qualquer estudo comparativo mas, nas tipologias dominantes dos anos oitenta, a Áustria esteve sempre perto do regime de Salazar.

As ditaduras da Europa de Leste apresentam, em termos de análise e caracterização, problemas análogos (eventualmente agravados) aos que se apresentaram nos casos português e austríaco.

---

[158] Para um esforço semelhante da parte da historiografia italiana, *vide* Enzo Collotti, *Op. Cit.*, pp. 91-103.

Seria ocioso arriscar um balanço historiográfico, dada a vastidão e o relativo desconhecimento das diversas produções nacionais. Parte da bibliografia citada sobre os regimes ditatoriais do período entre as duas guerras baseou-se, por vezes demasiado, na produção académica de especialistas ocidentais ou exilados. Deve-se aliás a cientistas sociais anglo-saxónicos e da Europa Ocidental toda uma série de trabalhos pioneiros [159].

Não se exagere, no entanto, na ideia de um grande bloqueio político à investigação do tema ou na das condicionantes ideológicas do seu estudo, até à recente transição para a democracia. Desde o final dos anos 60 que emergiu toda uma investigação empírica e comparativa, com um relativo pluralismo interpretativo, ainda que com grandes desigualdades nacionais, parte da qual nem sempre foi integrada no debate internacional [160]. Grande parte dos autores que marcaram o debate interpretativo no Ocidente foram discutidos e incorporados, o binómio autoritarismo/fascismo foi aceite por muitos deles, o conceito de totalitarismo foi utilizado, as limitações de alguns modelos marxistas foram reafirmadas, nomeadamente no que diz respeito às relações entre a estrutura económico-social e os sistemas ditatoriais implantados. Quando lida, verifica-se que parte da produção nativa sobre o fascismo dos anos 70 e 80 chega aos mesmos problemas e a interrogações conceptuais semelhantes às da investigação internacional [161].

---

[159] Para além de muitas monografias, *vide* alguns trabalhos colectivos ou de síntese como a já citada de Peter Sugar ou Anthony Polonsky, *The Little Dictators. The History of Eastern Europe since 1918* (London and Boston: 1975).

[160] *Vide Fäsismus a Europa. Fascism and Europe,* 2 vol. (Prague: 1969--1970), produto de um congresso internacional. Como exemplo recente deste esforço, por parte da historiografia polaca, *vide,* Janusz Zarnowski (editor), *Dictatorships in East-Central Europe. 1918-1939,* Polish Historical Library, n.º 4 (Wroclaw: 1983).

[161] Cf. Janusz Zarnowski, «Authoritarian Systems in Central and South--Eastern Europe (1918-1939). Analogies and Differences» e Franciszek

Deixando por agora de lado o debate sobre a legitimidade de agrupar num bloco todo um conjunto de situações nacionais, políticas e económicas muito diversas, é ponto assente que a maioria dos regimes ditatoriais desta zona da Europa, desde os pequenos países bálticos até aos balcânicos, possuíram grandes semelhanças. Por outro lado, parece também não constituir ponto polémico a sua inserção numa tipologia do fascismo europeu. Qualquer que seja a posição perante a utilização do conceito, elas estarão sempre mais perto dos seus congéneres do outro extremo da Europa e da Áustria do que do nazismo ou do fascismo italiano. Se excluirmos o curto período de domínio, ainda assim partilhado, da Guarda de Ferro na Roménia, nenhum outro movimento chegou ao poder.

O binómio conceptual fascismo/autoritarismo pôs-se aqui com maior exigência de clareza, pela realidade indesmentível e por vezes bastante forte da presença de movimentos fascistas nativos, que atingiram um peso político bem mais importante que os seus congéneres ibéricos, e ainda pela sua (maior ou menor) repressão pelo próprio poder autoritário nascente. Este binómio regimes/movimentos fascistas foi ainda perturbado pela crescente influência externa da Alemanha e da Itália [162].

Independentemente das especificidades nacionais, alguns traços unificaram a maioria destes regimes. *Todos* eles se implantaram em países da periferia subdesenvolvida da Europa industrializada, com a maioria da população ainda na agricultura. *Todos* eles sucedem a tentativas de democratização, muito incipientes na maioria dos casos. *Todos* eles se edificam com

---

Ryska, «European Fascism. Divergences and Similarities. Prospects of Comparative Research» *in* Janusz Zarnowski (editor), *Op. Cit.*, pp. 9-26 e 223-246.

[162] Sobre as relações entre os dois países fascistas, com maior incidência italiana, e os movimentos e regimes da Europa de Leste, *vide* Jerzy W. Borejsza, *Il Fascismo e L'Europa Orientale. Dalla propaganda all'aggressione* (Roma-Bari: 1981).

base em elites tradicionais e são em grande medida uma resposta antidemocratizadora dessas elites tradicionais. Como afirma Zarnowski, estes regimes «foram uma nova forma de poder dos velhos círculos e classes dirigentes, e não as de uma nova elite fascista do tipo da produzida pelas organizações de massas fascistas em Itália ou na Alemanha» [163]. Dada a coexistência de movimentos fascistas nativos, a investigação tendeu a salientar as diferenças entre a base social dos regimes e a destes movimentos.

O instrumento a que recorreram para derrubar os regimes liberais não deixou de ser o mais clássico: o golpe de estado militar. Por outro lado, o espectro das formas de governo foi diversificado, mas tendencialmente semelhante [164]. Desde algumas ditaduras, como as bálticas, mais institucionalizadas, até algumas com um pluralismo limitado, como a Hungria ou a Polónia até 1935. A Lituânia de Smetona, por exemplo, aproximava-se muito mais dos congéneres ocidentais, nomeadamente do «Estado Novo», do que o regime de Pilsudski na Polónia, que não eliminou integralmente a oposição. Um elemento comum a todos eles foi ainda o da criação a partir de cima de partidos de apoio aos regimes, cuja natureza, base e funções foram semelhantes aos seus contrapontos austríaco e ibéricos.

Alguns elementos específicos desta região da Europa cuja importância foi diminuta na crise que presidiu ao ascenso dos regimes congéneres ocidentais devem, no entanto, ser ponderados. Um deles é o da «questão nacional», que aqui se apresentou de forma bem diferente, e de todos os problemas correlativos, das minorias nacionais, da refundação do «Estado Nação», etc. O outro é o da influência externa, no quadro do conflito entre as potências após o Tratado de Versalhes.

---

[163] Janusz Zarnowski, «Authoritarian Systems...», p. 11.

[164] Excluí as mudanças introduzidas com a ocupação alemã ou sob sua inspiração directa, a partir de finais dos anos trinta.

Debatendo a natureza destes regimes, as historiografias nativas reproduziram o mesmo tipo de interrogações já nossas conhecidas. Não vale a pena repeti-las. Concluindo uma obra colectiva sobre as ditaduras do Leste, Franciszek Ryska propôs mesmo um regresso às origens, afirmando que o pressuposto básico inicial que deveria dirigir a investigação subsequente é o de que «não há fascismo sem fascistas»[165].

As referências ao «Estado Novo» foram escassas e não foram ainda realizados trabalhos comparativos sistemáticos entre estes regimes e os ibéricos, ainda que eles sejam sempre citados como os mais próximos das experiências autoritárias da Europa de Leste.

3.5 As sínteses gerais

Grande parte das sínteses gerais produzidas nos anos 80 reflectiram também esta dicotomia fascismo/autoritarismo. Dois exemplos apenas, vindos de tradições historiográficas diversas: Stephen J. Lee, em *The European Dictatorships,* coloca o «Estado Novo» no tipo de ditaduras «fundamentalmente não fascistas, apesar de não imunes a influências fascistas ocasionais. Estes eram regimes muito mais tradicionais e faltava-lhes o apoio e a mobilização de massas»[166]. Para a historiografia francesa basta consultar *Les Fascismes* de Pierre Milza, que apresenta uma versão mais detalhada da mesma posição[167].

Alguns estudiosos do fascismo, mesmo aqueles que se situaram na defesa de um «fascismo genérico», vieram também consagrar a mesma distinção. Stuart Woolf, por exemplo, numa síntese de 1986, depois de reafirmar as semelhanças e as dife-

---

[165] Franciszek Ryszka, «European Fascism...», p. 245.

[166] Cf. Stephen J. Lee, *The European Dictatorships, 1918-1945* (London: 1988), pp. 107-134.

[167] Cf. Pierre Milza, *Op. Cit.,* p. 332 e segs.

renças entre os regimes ibéricos e os regimes alemão e italiano, igualmente aplicáveis aos casos da Europa Oriental, concluiu que, «finalmente, a principal característica distintiva entre os regimes autoritários e fascistas na Europa entre as duas guerras foi a relativa ausência, nos primeiros, de planos de agressão expansionista, e também a sua realista hostilidade perante o perigo representado pelos movimentos fascistas que encontraram em casa»[168].

* * *

Este breve balanço da investigação mais recente permite concluir que, muito embora perante um progressivo conhecimento empírico do «Estado Novo», foram os paradigmas dominantes nos anos 60 que continuaram a acentuar a demarcação do regime de Salazar do fascismo europeu. Por outro lado, o predomínio monográfico e a sobre-utilização de um quadro de análise quase exclusivamente nacional vieram evacuar a dimensão comparativa e remetê-la, por vezes, para o campo do senso comum, em muitos casos, com uma escassa e intuitiva fundamentação. Cada vez mais dominada por historiadores, esta área de pesquisa, embora absorvendo e testando modelos desenvolvidos pela sociologia e pela ciência política, foi pouco sensível à formulação de novos enquadramentos teóricos sobre o tema do fascismo.

Ao contrário da ideologia espontânea ainda difundida em Portugal, as posições expressas pela maioria da investigação internacional sobre o regime de Salazar derivam, fundamentalmente, de questões teóricas e não de desconhecimento empírico[169].

---

[168] Cf. Stuart Woolf, «Movimenti e regimi di tipo fascista in Europa», *in* Nicola Tranfaglia e Massimo Firpo (a cura di), *La Storia. I grandi problemi dal Medioevo all'Età Contemporanea,* vol. 9 (Torino: 1986), p. 325.

[169] Ainda que este não deixe de se verificar em certos casos, por vezes de forma chocante.

O binómio autoritarismo/totalitarismo, ao nível da organização do sistema político e dos modelos de enquadramento da sociedade, continuou a dominar as atitudes perante o regime de Salazar. Abordando a natureza política e social do «Estado Novo», quer os politólogos, quer a maioria dos historiadores em debate, tenderam a classificar o regime numa categoria demarcada do fascismo, sendo o paradigma «autoritário» dominante. No caso de alguns historiadores, a utilização de outras designações, eventualmente menos claras, não é significativa, pois elas derivaram da aceitação desta distinção que consideraram operativa. De uma forma ou de outra, algumas «ausências», como a do partido e do seu papel no derrube do liberalismo e na edificação do novo regime, da tendência totalitária, do seu carácter mobilizador, da ideologia nacionalista laica e expansionista, foram os elementos quase sempre apontados como justificação para demarcar o regime de Salazar.

4. A MODERNA INVESTIGAÇÃO SOBRE O «ESTADO NOVO»

A transição para a democracia inaugurou em Portugal a lenta institucionalização dos estudos sobre o século XX e, particularmente, sobre o «Estado Novo». À natural euforia denunciatória e panfletária foram-se sucedendo os primeiros estudos na perspectiva das ciências sociais. Muitas das obras debatidas atrás foram então traduzidas e publicadas, fundamentando este novo campo de investigação. Os dois colóquios sobre o tema realizados nos anos oitenta foram fazendo o ponto desta investigação e a sua consulta permite facilmente observar o progressivo alargamento, em quantidade e qualidade, da comunidade de estudiosos[170].

Ainda que progressivamente menos politizada, a investigação sobre o regime de Salazar foi naturalmente reflectindo as clivagens ideológicas dominantes, nomeadamente no campo das diversas famílias da oposição. Parte destas referiam-se, por exemplo, à contestação por parte da extrema esquerda à interpretação do Partido Comunista sobre o papel do regime no âmbito do desenvolvimento do capitalismo em Portugal, ou às visões da oposição liberal sobre o papel igualmente «bloquea-

[170] Cf. AA. VV., *O Fascismo em Portugal* (Lisboa: 1982); AA. VV., *O Estado Novo — Das origens ao fim da autarcia, 1926-1959,* 2 Vol. (Lisboa: 1987) e AA. VV., *Salazar e o Salazarismo* (Lisboa: 1989).

dor» do mesmo. Esta dimensão, que remete directamente para problemas internos das elites culturais nacionais, aliás rapidamente esbatidos, será subestimada neste capítulo, a favor da que foi reflectindo sobre o das relações entre o «Estado Novo» e o fascismo.

4.1 O regresso às origens

O tema das origens do «Estado Novo» e do fascismo embricou-se, no caso português, por vezes de uma forma pouco clara, com o da crise mais geral do liberalismo clientelar de finais do século. Seguindo aliás clássicas pistas da investigação internacional mais recente, nomeadamente no que diz respeito à história da «rendição» da cultura liberal e da extrema popularidade das alternativas autoritárias junto das elites intelectuais, tendeu-se a confundir os dois temas: o das origens políticas e ideológicas do regime autoritário e do seu chefe, com o dos agentes políticos e ideológicos do derrube do liberalismo em 1926.

Acontece que estes dois momentos da transição para o autoritarismo foram, no caso português, bem distintos e alguns dos agentes mais importantes da queda do liberalismo desempenharam, mais tarde, um papel secundário na modelagem do «Estado Novo». A inexistência de um partido fascista, que de alguma forma dominasse ou dirigisse este processo de transição, contribuiu para esta maior indefinição.

Foi justamente para as razões desta «ausência» que se virou algum esforço inicial, nomeadamente o de Manuel Villaverde Cabral. Privilegiando mais o tema das origens ideológicas e políticas do autoritarismo português do que o regime propriamente dito, na sua investigação, este autor sempre inseriu a alternativa autoritária no percurso do «capitalismo dependente» e da crise do Estado liberal desde a viragem do século[171].

---

[171] Cf. Manuel Villaverde Cabral, *Portugal na Alvorada do Século XX, Forças Sociais, Poder Político e Desenvolvimento Económico* (Lisboa: 1979);

Segundo Cabral a primeira pergunta a fazer (a que ele responde afirmativamente) é se o «autoritarismo português derivou exclusivamente da peculiaridade da sociedade portuguesa ou foi parte de uma tendência internacional mais geral». Para este autor, ainda que Portugal não tenha conhecido «um claro movimento fascista de massas, ele experimentou, durante grande parte do primeiro quartel do século XX, um prolongado período de conflituosidade política e social massiva», durante o qual o sistema político liberal foi submetido a severas pressões [...]». Para Cabral «estas pressões organizadas, crescentemente anti-liberais, anti-democráticas e anti-socialistas, apesar de não unificadas num único movimento de massas, foram, por assim dizer, equivalentes funcionais de um movimento fascista já que realizaram todos os objectivos normalmente apontados aos partidos fascistas»[172]. As razões para a ausência de partido fascista, no fundo «da reacção pequeno burguesa perante a falência do Estado parlamentar [...]», deveram-se sobretudo à «contaminação *ab initio,* da reação ditatorial de direita pelo elemento monárquico, por um lado, e sobretudo pelo elemento católico, por outro lado, junta ou separadamente»[173].

Foi aliás para o processo de crise do regime republicano que se virou boa parte da investigação nos anos 80, com uma acentuada diversidade metodológica, da temática sternhelliana da contestação intelectual à ordem liberal, aos modelos da sociologia da modernização, particularmente o de Organski, sobre o

---

«A Grande Guerra e o Sidonismo. Esboço interpretativo», *Análise Social,* Vol. XV (58), 1979, pp. 327-392; «Basílio Teles (1856-1923) – Portrait d'un republicain nationaliste et autoritaire», mimeo., Lisbon, April 1982; «The Seara Nova Group (1921-26) and the ambiguities of portuguese liberal elites», *Portuguese Studies,* Vol. 4, 1988, pp. 182-195; «The Aesthetics of Nationalism: Modernism and Authoritarianism in Early Twentieth-Century Portugal», *Luso Brazilian Review,* Vol. XXVI, 1, 1989, pp. 15-43.

[172] Manuel Villaverde Cabral, «Portuguese Fascism...», P. 3.

[173] *Idem,* «Sobre o fascismo...», p. 914.

fascismo como «compromisso» das classes dominantes na transição para a sociedade industrial.

Se a primeira se disseminou por um sem número de trabalhos, cujo balanço não cabe aqui fazer, a segunda, embora latente em trabalhos de natureza mais amadora, foi bem defendida numa perspectiva já académica por José Machado Pais [174]. Também Kathleen C. Schwartzman se ocupou dos condicionalismos estruturais da instabilidade do regime liberal, salientando a posição semiperiférica de Portugal, a extrema desarticulação económica e a correlativa incapacidade de unificação dos diversos sectores das classes possidentes, como elementos determinantes do colapso da República [175].

Manuel Braga da Cruz acrescentou todo um leque de «razões históricas» para a ausência de partido fascista que contrastaram com as de Cabral. Para ele, «não houve em Portugal movimento fascista apenas porque não houve condições históricas para isso: nem crise pós-bélica, nem vitórias mutiladas ou reivindicações de guerra insatisfeitas, nem exército vexado, nem ex-combatentes deslocados dispostos a militarizar as suas reivindicações políticas, nem deslocações sociais de estratos, nem uma sociedade desclassizada ou massificada com forte crise de estratos intermédios, nem revoluções socialistas falhadas ou em ameaça» [176].

Muito embora minoritários e «perdedores» no âmbito da solução autoritária que vingou nos anos trinta, a direita radical e

---

[174] Cf. José Machado Pais, *As «Forças Vivas» e a Queda do Regime Liberal Republicano*, Madrid, Unpublished Dissertation, 1983, e «A Crise do Regime Liberal Republicano: Algumas Hipóteses Explicativas», AA. VV. *O Estado Novo — das origens...*, pp.129-144.

[175] Cf. Kathleen C. Schwartzman, *The Social Origins of the Democratic Collapse. The First Portuguese Republic in the Global Economy* (Lawrence, Kansas: 1989).

[176] Cf. Manuel Braga da Cruz, *O Partido e o Estado no Salazarismo* (Lisboa: 1988), p. 257.

o fascismo nativo desempenharam um papel importante no Portugal do pós-guerra e em toda a conflituosidade política que presidiu ao derrube do liberalismo e à ditadura militar que lhe sucedeu [177].

Esta investigação teve o mérito de salientar que o golpe de Estado dos militares em 1926 não foi, como se repetiu e escreveu muitas vezes, *apenas* um golpe militar, sem outro substrato ideológico para além da vaga noção de «ordem», e contribuiu ainda para distinguir o movimento conducente à queda da República parlamentar de um mero exercício pretoriano que remetesse apenas para as relações entre o exército e o poder político liberal. Toda uma componente civil, altamente ideologizada e olhando para Primo de Rivera e para Mussolini, se movia nos bastidores. Pequenas e médias seitas políticas – algumas reivindicando-se expressamente do fascismo e procurando uma clientela popular, outras mais elitistas em recrutamentos e propósitos – confluíram para o 28 de Maio de 1926 e influenciaram a ditadura militar então implantada. Uma vez estabelecida a ordem autoritária, estes provocaram golpes, andaram à sombra de «barões» militares e criaram mesmo, no início dos anos trinta, o mais importante movimento fascista que Portugal conheceu, o nacional-sindicalismo.

Com a investigação de Manuel Braga da Cruz sobre o movimento social católico e o partido do Centro Católico, do qual Salazar foi dirigente durante a República Parlamentar, entramos no tema das origens ideológicas e políticas do «Estado Novo». Para ele foi esta a «matriz original do salazarismo, política e ideologicamente», o que desde logo o demarca do fas-

---

[177] Cf. António Costa Pinto, «O Fascismo e a Crise da I República: Os Nacionalistas Lusitanos (1923-25), *Penélope,* n.º 3, Junho 1989, pp. 43-62 e «The Radical Right and the Military Dictatorship: The National May League (1928-1933)», *Luso-Brazilian Review,* Vol. 23, n.º 1, Summer 1986, pp. 1-15.

cismo, de matriz «laica»[178]. Esta posição, entendida como o sublinhar da clara origem não fascista do ditador e por oposição à matriz do fascismo italiano e alemão, não parece contestável. Ainda que este não fosse, por si e apenas, um grande elemento distintivo, já que vários movimentos fascistas, da vizinha Espanha à Roménia, possuíram uma dimensão cristã e mesmo católica não desprezível.

Na opinião deste autor, as origens do regime de Salazar corresponderam mais ao programa do catolicismo social que ao da direita radical representada pelo integralismo lusitano, talvez o grupo de pressão ideológica mais importante no âmbito da crise do regime liberal. O predomínio do primeiro, aliás, manifestou-se não só ao nível meramente ideológico, mas nas próprias instituições do regime, do corporativismo ao partido único, e ao próprio pessoal político.

Quanto ao integralismo, uma versão portuguesa da *Action Française*, muito embora importante no processo de derrube da República liberal, ele desempenhou um papel secundário no «Estado Novo», sendo mesmo fonte importante da contestação fascista à sua edificação[179].

4.2 Fascismo ou Autoritarismo?

Embora latente na mais recente investigação, o debate interpretativo sobre a caracterização do regime português só lateralmente foi sendo abordado. A investigação portuguesa, aliás, não sofreu ainda fracturas semelhantes às provocadas por De Felice em Itália ou pelo mais recente debate alemão.

---

[178] Cf. Manuel Braga da Cruz, *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo* (Lisboa: 1980), p. 19.

[179] Sobre o integralismo, *vide* Manuel Braga da Cruz, *Monárquicos e Republicanos sob o Estado Novo* (Lisboa: 1987).

Muito embora com diversos cultores em ambas as partes, dois autores reflectiram no fundamental estas duas posições face à natureza fascista ou autoritária do regime de Salazar, pouco sendo acrescentado por terceiros, no geral menos preocupados com problemas de caracterização.

Manuel Villaverde Cabral, rejeitando grande parte da produção da ciência política, que considerou ter falhado nas suas tentativas de enquadrar o caso português, não achou operativa a distinção autoritarismo/fascismo. Para este historiador, «segundo se colocar a tónica no fascismo como movimento ou no fascismo como regime, a interpretação do caso português varia substancialmente». Privilegiando a forma de Estado e as estruturas, e não os aspectos «coreográficos», o regime português foi uma das «variedades mais acabadas [...] do fascismo» [180]. Como Lucena, este autor salientou que a forma de Estado do salazarismo, «[...] depois de um breve período de ditadura militar, assemelhava-se mais com o regime italiano do que qualquer outro estado autoritário do período entre as duas guerras» [181].

Cabral retomou as posições que acentuaram as diferenças entre o fascismo italiano e o nacional-socialismo, pois o primeiro «aproxima-se mais de outros autoritarismos da Europa do Sul que do totalitarismo alemão e dos outros falhados movimentos totalitários [...] que [...] chamarei nazis».

«Quer em Itália quer em Portugal foi dramática e duravelmente erradicada qualquer forma de mecanismos liberais de

---

[180] *Vide* sobretudo Manuel Villaverde Cabral, «Sobre o fascismo e o seu advento em Portugal: ensaio de interpretação a pretexto de alguns livros recentes», *Análise Social,* Vol. XII (48), 1976, pp. 873-915; «O Fascismo Português numa Perspectiva Comparada» *in* AA. VV., *O Fascismo em Portugal* (Lisboa: 1982), pp. 19-30; «Portuguese Fascism in Comparative Perspective» (paper presented at the 12th IPSA World Congress, Rio de Janeiro, August 1982).

[181] Cf. Manuel Villaverde Cabral, «Portuguese Fascism...», p. 3.

representação [...], substituindo-a por uma inteiramente nova combinação de nacionalismo, corporativismo social e económico, partido único, mais repressão sistemática [...] a todos os níveis da vida social»[182].

Contestou também as posições da investigação internacional, nomeadamente de Stanley Payne, que associaram o «alegado autoritarismo conservador» português ao da Europa de Leste, nomeadamente ao de Horthy e Pilsudsky, pois estes últimos nunca eliminaram o pluralismo e não desenvolveram um sistema corporativo comparável ao de Portugal e de Itália[183].

Os argumentos de Villaverde Cabral aproximaram-se, pois, dos de Lucena, ainda que o primeiro, como vimos, lhe dê um conteúdo mais «histórico» ao sublinhar as semelhanças entre a crise do liberalismo português e as que presidiram à vaga fascista, e ainda os traços fascizantes da reacção pró-ditatorial no pós-guerra.

Posições próximas das citadas foram retomadas em diversos estudos empíricos debatidos à frente, muito embora raramente tenham abordado a caracterização do salazarismo enquanto tal[184].

Situando-se na perspectiva criticada atrás, Manuel Braga da Cruz baseou-se justamente nos clássicos da ciência política para construir uma tipologia das relações partido-Estado nos regimes ditatoriais do período entre as duas guerras para, através dela, indagar se o «Estado Novo» foi ou não concretamente «um fascismo»[185].

Comungando com aqueles que demarcaram o fascismo dos regimes autoritários e que acentuaram o carácter modernizador

---

[182] *Idem*, p. 3.

[183] *Idem*, p. 24.

[184] Cf. entre os raros, Fernando Rosas, «Cinco pontos em torno do estudo comparado do fascismo», *Vértice*, 13, Abril de 1989, pp. 21-29.

[185] Cf. Manuel Braga da Cruz, *O Partido...*, p. 11. *Vide* também o seu «El modelo político salazarista», Hipólito de la Torre (coord.), *Portugal e España en el cambio político (1958-1978)* (Mérida: 1989), pp. 37-45.

e radical do primeiro, para ele o regime português foi uma ditadura de governo e não, como o primeiro, de partido. «Se o fascismo foi autoritarismo – sublinhou – nem todos os autoritarismos foram fascistas. [...] O fascismo foi apenas um entre outros nacionalismos autoritários aparecidos no primeiro quartel do século, no imediato pós-guerra [...]»[186].

Inspirando-se na bibliografia discutida nos primeiros capítulos, Braga da Cruz propôs uma tipologia das relações partido-Estado que, de modo simplista, se pode resumir da seguinte forma: se o partido domina o Estado no nacional-socialismo e nele se integra no fascismo italiano, em Portugal este depende estritamente dele. O salazarismo foi pois, ao contrário do fascismo, não uma ditadura de partido, mas sim de governo[187].

O «autoritarismo conservador» do regime português demarcou-se do fascismo também na esfera ideológica, «pois não teve a inspirá-lo [...] qualquer visão laica do mundo e da vida [...]» e o seu nacionalismo, «ao contrário do nacionalismo fascista, foi um nacionalismo tradicionalista, conservador e integracionista»[188].

Diverso ainda nos métodos políticos, pois «ao contrário do fascismo nunca se pretendeu fundado no papel das massas mobilizadas e organizadas em partido único, nem na totalização do poder de Estado [...]. Foi antes «um autoritarismo de dominação acentuadamente tradicional, e de um exercício marcadamente paternalista do poder político»[189].

Posição semelhante foi defendida por politólogos não portugueses que, muito embora mais interessados no tema da transição para a democracia nos anos 70, ensaiaram análises sobre o regime de Salazar. Tratando-se no geral de sínteses, no geral

---

[186] *Idem*, p. 30.

[187] Cf. o meu comentário sobre esta obra *in, Annales ESC*, mai-juin 1988, n.º 3, pp. 691-693.

[188] *Idem*, p. 256.

[189] *Idem*, pp. 256-57.

apenas como introdução à abordagem do regime democrático implantado em 1974, estas baseiam-se na literatura discutida atrás. Para Thomas C. Bruneau, «o termo mais adequado para definir o que era e como operava o regime de Salazar é o de 'regime conservador e autoritário de liderança pessoalizada'»[190]. Na linha de Lawrence Grahm, quer Bruneau quer Walter Opello salientaram a natureza burocrática do regime cujas «ligações com a sociedade civil eram essencialmente de carácter administrativo e não político»[191].

Foi também já em estudos sobre a queda do salazarismo que Manuel de Lucena foi afinando a sua definição dos anos 70, partindo da distinção entre fascismo e nazismo e insistindo na similitude entre o regime italiano e o português[192].

Um problema final quanto à caracterização do regime diz respeito à periodização. O salazarismo e o franquismo foram os únicos regimes autoritários da «época do fascismo» que sobreviveram a 1945 e resistiram até aos anos 70, facto que, como se viu atrás, levou alguns autores espanhóis a considerarem a hipótese de várias caracterizações, consoante as fases dos mesmos.

No caso português tal não foi considerado. Manuel Villaverde Cabral ainda apontou para a caracterização do regime como «fascista» «pelo menos» o período que decorre desde a sua institucionalização, no início dos anos trinta, até à segunda guerra mundial[193]. Mas todos os outros ensaiaram caracteriza-

---

[190] Cf. Thomas C. Bruneau, *Politics and Nationhood. Post-revolutionary Portugal* (New York: 1984), p. 18.

[191] Cf. Walter C. Opello Jr., *Portugal's Political Development. A Comparative approach* (Boulder: 1985), p. 61.

[192] *Vide,* entre outros, o seu «Post-fascisme? neo-corporativisme? ou quoi (réfléxions sur la chute du régime salazariste et sur ce qui s'en est ensuivi)», paper presented at the conference «Modern Europe after Fascism», Bergen, June 27-29 1985.

[193] Cf. Manuel Villaverde Cabral, «Portuguese Fascism...», p. 2.

ções únicas para o regime de Salazar, não considerando o seu faseamento importante para termos de definição.

4.3 Desenvolvimento ou estagnação?

A política económica do «Estado Novo» foi talvez o campo mais explorado e debatido pela moderna investigação [194]. A sua inserção no campo das relações entre o fascismo e o regime de Salazar não é linear, pois para muitos autores o fascismo nunca teve *uma* política económica que claramente o distinguisse de outros regimes políticos. Por outras palavras e retomando a interrogação de Alan Milward, a questão está em saber se, para além da esfera política, «existia um conjunto de atitudes e políticas económicas que podem também ser claramente classificadas de 'fascistas'» [195].

O debate em torno do papel «desenvolvimentista» ou «bloqueador» do regime de Salazar, no quadro do capitalismo português, remete, como foi assinalado atrás, para um tema importante da luta ideológica no interior das diversas famílias políticas da oposição ao regime, a partir dos anos 60, e que, mais tarde, se foi expressando no campo académico. Inseridos, na sua maioria, no campo das interpretações marxistas, estes trabalhos não só situaram o regime no âmbito do desenvolvimento do modo de produção capitalista em Portugal, como ainda no campo da própria «recomposição» política das classes possidentes nacionais, desenvolvendo toda uma série de considerações sobre o conteúdo de classe da ditadura e do papel

---

[194] Para um balanço exaustivo, *vide* Eloy Fernandez Clemente, «A história económica de Portugal (séculos XIX e XX)», *Análise Social,* vol. XXIV (103-104), 1988 (4.º, 5.º), pp. 1318-1323.

[195] Cf. Alan S. Milward, «Fascism and the Economy», *in* Walter Laqueur (edited by), *Op. Cit.,* p. 409.

das diversas fracções da burguesia (agrária, comercial e industrial)[196].

É relativamente pacífico o significado de algumas medidas adoptadas pelo regime, comuns a todos os regimes autoritários e fascistas do período: a destruição do movimento sindical e a sua substituição por organizações de tipo corporativo, estreitamente controladas pelo Estado; a adopção de um modelo intervencionista consubstanciado por todo um controlo burocrático através (ou não) deste mesmo aparelho. Mas menos pacífica, retomando a temática de Organski, foi a análise do peso das elites rurais e industriais e do concomitante sentido resistência ruralizante *versus* desenvolvimento industrial da política económica ao longo dos anos trinta.

Ainda que com muitas *nuances* e variações laterais, duas posições se foram esboçando. A primeira, expressou-se na opinião de Manuel Villaverde Cabral, segundo a qual o regime desenvolveu um «modelo de estagnação programada» ao longo deste período, resultante do «compromisso histórico» que lhe está na base e dado o importante peso político do sector agrário. Neste modelo residiu parte do «mistério» da longa duração do regime, pois «quanto mais lento e controlado for o crescimento económico e social, tanto mais *chances* há que os efeitos inevitáveis do crescimento possam ser absorvidos sem terem posto em causa o modelo [...]»[197].

Não muito longe de Cabral estiveram outros estudos que reforçaram o papel limitador do desenvolvimento industrial do regime, aliás em consonância com a ideologia expressa pelo regime nos anos trinta, e tentaram provar que «o regime de Salazar, ainda que reconhecendo a necessidade de desenvolvi-

---

[196] Para um balanço das interpretações da política económica do regime, *vide* Fernando Rosas, *O Estado Novo nos anos trinta. Elementos para o Estudo da Natureza Económica e Social do Salazarismo (1928-1938)* (Lisboa: 1986), pp. 23-53.

[197] Cf. Manuel Villaverde Cabral, «Sobre o fascismo...», p. 885.

mento industrial, operou um controlo do processo de industrialização para evitar a formação de um proletariado urbano potencialmente propenso a rupturas [...]»[198].

Situaram-se num campo um pouco diverso os que, na esteira das obras de Poulantzas, viram na política económica do regime um Estado forte e intervencionista, provocando a passagem do capitalismo concorrencial ao capitalismo monopolista, provocando a progressiva «submissão das diferentes esferas da produção à grande indústria»[199].

Vistos mais de perto as duas posições esbatem-se, e grande parte dos autores citados não divergiriam da síntese que Alfredo Marques apresentou sobre o significado político e social da estratégia económica do regime saído do 28 de Maio de 1926. A política económica dos anos trinta exprimiu, segundo este economista, «uma aliança de classes» que ele designa como «aliança agrária-industrial (AAI)». Devido à diversidade de interesses representados nesta AAI «e à incapacidade de hegemonia de qualquer uma das suas componentes principais, o Estado vai assumir-se como garante da compatibilidade desses interesses distintos, exercendo uma acção regrada de harmonização das divergências e de lenificação das contradições, a qual só vai todavia tornar-se possível através da manutenção do *statu quo*. Esta acção vai exigir não só uma presença reforçada da Administração, mas uma verdadeira tutela do Estado sobre a economia privada. A instância estatal vai dotar-se, para isso, de um grau extremo de autonomia em relação às forças sociais com as quais está mais intimamente solidária»[200].

---

[198] Cf. Elizabeth Leeds, «Salazar's 'Modelo Económico': The Consequences of Planned Constraint», *in* T. C. Bruneau, Victor M. P. da Rosa, and Alex Macleod (edited by), *Portugal in Development: Emigration, Industrialization, the European Community* (Ottawa: 1984), p. 13.

[199] Cf. Joel Frederico da Silveira, «Alguns aspectos da política económica do fascismo: 1926-1930», *in* AA. VV., *Op. Cit.*, p. 386.

[200] Cf. Alfredo Marques, *Política Económica e Desenvolvimento Económico em Portugal (1926-1959)* (Lisboa: 1988), p. 24.

Fernando Rosas desenvolveu exaustivamente a tese anteriormente citada num trabalho especificamente sobre os anos trinta, onde se concentrou justamente no sentido político e nos instrumentos da intervenção económica do Estado (fundamentalmente através do aparelho corporativo) e onde levou mais longe a interligação entre política económica, sistema político e classes sociais. Situando-se no meio das duas posições anteriormente apontadas, para ele o «Estado Novo» teve como missão, no quadro de uma burguesia fragmentada e em crise, «arbitrar» os seus interesses contraditórios, «interpretá-los [...] como um todo e proceder à composição e equilíbrio dos vários objectivos e estratégias sociais em presença»[201].

Incidindo particularmente nas contradições entre o sector agrário e o industrial, Fernando Rosas rejeitou a ideia segundo a qual a política económica dos anos trinta foi de defesa exclusiva dos interesses agrários, pois os indicadores por ele apresentados mostram que existiu «desenvolvimento, concentração e modernização dos sectores de base da indústria e de outros tecnologicamente mais avançados [...]». Reconheceu, no entanto, que desta função de arbítrio «resultou uma política económica geralmente contraditória, hesitante, frequentemente sem outra racionalidade claramente discernível que não seja a de buscar o equilíbrio e a estabilidade do sistema, mesmo que a troco de um crescimento globalmente titubeante, como o que então se verifica»[202].

Grande parte desta investigação inicial sobre a política económica do «Estado Novo» filiou-se no velho debate marxista sobre o papel do fascismo como resposta à ofensiva operária em período de crise do capitalismo na sua fase imperialista, ainda que mediatizado por alguns problemas inerentes ao debate interno das elites intelectuais e políticas portuguesas, nomea-

---

[201] Cf. Fernando Rosas, *Op. Cit.*, p. 121.
[202] *Idem*, p. 281.

damente ao contestar a visão idealista da oposição liberal, que via no «Estado Novo» um retrocesso irracional e medievalesco, posição, que, ainda com uma base teórica diversa, foi por vezes retomada pela principal força da oposição clandestina ao regime, o Partido Comunista. Visto fora deste contexto de luta ideológica, as diversas posições assumidas nem sempre se tornam perceptíveis.

Para além da clássica literatura sobre as relações entre fascismo e grande capital, este debate girou, *grosso modo,* entre Organski e Poulantzas, no campo das referências teóricas. Estas citações têm vindo, no entanto, a desaparecer nos últimos anos, e com elas as próprias referências ao fascismo, quer como conceito quer como experiência histórica.

No campo comparativo, faltam ainda, na área da política económica, trabalhos como os realizados por Manuel de Lucena ou Manuel Braga da Cruz na esfera política. Apesar desta ausência de estudos comparados, algumas referências feitas contribuíram para a interrogação já citada de Milward e acrescentaram-lhe, no caso português, o problema da periodização. Segundo Alfredo Marques, por exemplo, «se há, em todo o período da ditadura portuguesa, um conjunto de medidas de política económica que faça lembrar, em alguns dos seus aspectos, o intervencionismo das ditaduras 'paradigmáticas' europeias (alemã e italiana) [...]», não foi o dos anos 30 mas o dos anos 50, quando se esboçou uma estratégia visando «o crescimento económico»[203]. Estratégia esta que o autor considerou ter-se saldado por um fracasso, dada a resistência da velha AAI, e provando aliás a sólida implantação desta «no tecido económico e social português»[204].

Alguns estudos monográficos apontaram também a singularidade da política industrial de Salazar, nomeadamente no

---

[203] Cf. Alfredo Marques, *Op. Cit.,* p. 25.
[204] *Idem,* p. 26.

UNIVERSIDADE DO ... 30

extremo controlo burocrático governamental, através da lei do «condicionamento industrial». Após o estudo comparativo com os modelos de intervenção do franquismo e do fascismo italiano, a conclusão de um autor é que o extremo controlo e condicionamento do desenvolvimento industrial português representou uma «resposta especialmente nacional»[205].

O «Estado Novo», na sua primeira fase, parece pois, na perspectiva da inclusão da variável política económica na individualização do fascismo, contribuir para novos problemas.

4.4 As condicionantes internacionais

As condicionantes internacionais não foram um elemento importante no derrube do liberalismo republicano e na implantação do salazarismo. Se algo há a salientar neste campo é exactamente o oposto, ou seja, a relativa autonomia dos factores de política interna. Ao contrário das experiências autoritárias do mesmo período nos países da Europa de Leste, o caso português foi um típico exemplo da edificação de um regime autoritário num pequeno e periférico país europeu, sem intervenção determinante das (ou da) potências dominantes e com um carácter genuinamente nativo.

O eixo central da política externa portuguesa e das preocupações das elites políticas nacionais desde finais do século XIX era o da defesa do vasto património colonial legado pela história e pelos interesses de Inglaterra, a potência que dominou e garantiu a independência de Portugal desde o século XVII. Não existiu pois, neste campo, qualquer alteração qualitativa entre o regime liberal republicano e o «Estado Novo» de Salazar.

Alguma investigação já realizada sobre as atitudes inglesas face à ditadura permitem concluir que o *Foreign Office* seguiu

---

[205] José Maria Brandão de Brito, *A Industrialização Portuguesa no Pós-guerra (1948-1965), O Condicionamento Industrial* (Lisboa: 1989), p. 141.

sem intromissões o evoluir dos acontecimentos, apoiando a tomada do poder por Salazar[206]. Estávamos já longe dos anos em que a embaixada inglesa ditava as ordens, como durante o século XIX, e era preciso autorização para desencadear qualquer processo de ruptura, como foi o caso da revolução republicana de 1910. No processo de transição e edificação do autoritarismo: *«if anything, the pathern of British attitudes towards the political events in Portugal during that period is one of expectancy»*[207]. Tanto mais quando da parte portuguesa não existiam sinais de mudança no campo da política externa.

O único acontecimento internacional que foi determinante e produziu impacte significativo na política interna lusa foi a crise da República e a guerra civil subsequente na vizinha Espanha, que foi sentida como uma ameaça real à consolidação do regime[208]. Costuma ser associado a este acontecimento internacional o endurecimento repressivo e a criação de organizações paramilitares até aí nunca previstas e mesmo vistas como hostis por Salazar. Este movimento foi caracterizado por alguns historiadores como motor do que chamaram a «fascização» do regime. De facto, organizações como a Legião Portuguesa (1936) foram criadas na sequência da guerra civil espanhola e a própria organização de juventude – a Mocidade Portuguesa (1936) – já projectada várias vezes, foi criada com grande rapidez[209]. Foi também durante este período que se ini-

[206] Cf. Fernando Rosas, *O Salazarismo e a Aliança Luso-Britânica* (Lisboa: 1988).

[207] Cf. Manuel Villaverde Cabral, «Dependency and autonomy in Portuguese politics: authoritarianism and democracy in international perspective», mimio., p. 18.

[208] Cf. César Oliveira, *Portugal e a Segunda República de Espanha, 1931-1936* (Lisboa: 1987) e *O Salazarismo e a Guerra Civil de Espanha* (Lisboa: 1988). E ainda Hipólito de la Torre Goméz, *La Relación Peninsular en la Antecamara de la Guerra Civil de España (1931-36)* (Mérida: 1989).

[209] *Vide,* António Costa Pinto e Nuno Ribeiro, *A Acção Escolar Vanguarda (1933-1936). A Juventude Nacionalista nos Primórdios do Estado Novo* (Lisboa: 1980).

ciou alguma coreografia discursiva e de rua de tipo fascista, que se secundarizou rapidamente, uma vez assegurada a vitória franquista a partir de 1938.

A situação em Espanha dominou a política externa portuguesa até à viragem da II Guerra Mundial. Num primeiro momento, Salazar apoiou a insurreição franquista e abriu discretamente o seu território a este sector, mantendo formalmente a neutralidade, à qual se seguiu um apoio mais claro, sem nunca pôr em causa a aliança luso-britânica. Após a vitória franquista e durante a primeira fase da II Guerra Mundial, a principal preocupação do regime português foi a de evitar a participação espanhola ao lado do eixo, dada a sua adesão ao Pacto Anti-Komintern, mantendo a neutralidade na Península Ibérica.

Uma outra dimensão interessante, mas pouco estudada, é o da desconfiança do «Estado Novo», quer ideológica quer ao nível das relações internacionais, face ao fascismo alemão e, o que seria menos natural, face ao italiano. Mesmo antes da aproximação Roma-Berlim, quando a Itália fascista desenvolveu algum esforço «internacionalista» em nome da «latinidade», demarcado e mesmo em concorrência com o nazismo, a resposta do regime foi escassa e desconfiada, como prova uma das escassas investigações sobre o tema [210]. As ofertas de participação nos C. A. U. R. foram rejeitadas discretamente, em nome da especificidade portuguesa e, no campo das relações entre estados, as reivindicações coloniais de Mussolini provocaram algumas desconfianças ao regime, que tremia à menor tentativa de alterar a balança política no continente africano.

Outro tema sobre o qual a historiografia portuguesa contribuiu para dissipar as dúvidas da memória foi o das atitudes do

[210] Cf. Simon Kuin, «Fascist Italy and Salazar's Portugal, 1926-1936», *Yearbook of European Studies,* 3-Italy/Europe (Amsterdam: 1990), pp. 101-118. e «O braço longo de Mussolini: os C. A. U. R. e Portugal», *Penélope,* Lisboa (a sair).

regime perante a II Guerra Mundial. A neutralidade do salazarismo foi genuína e não «forçada» ou contrafeita, aproveitando todas as «cedências» à Inglaterra para afirmar a sua progressiva autonomia, sem nunca comprometer a garantia do seu património colonial[211]. Neste aspecto demarcou-se do franquismo, muito mais perto do Eixo, pelo menos até à viragem da guerra e com algumas hesitações em alguns sectores das suas instituições.

4.5 O partido único

São facilmente reconhecíveis as diferenças entre a União Nacional e qualquer partido fascista, mesmo quando, como em Itália, este se tornou dependente do Estado. A natureza não fascista do partido de Salazar foi sempre referida como elemento de referência quando se pretendia demarcar o regime português.

A UN foi uma emanação de Salazar, criada e organizada por decreto governamental, dominada pela administração, adormecida e revitalizada conforme a conjuntura. Enquanto partido único do salazarismo, a UN foi estudada numa perspectiva comparada por Manuel Braga da Cruz. Algumas funções genéticas e de legitimação cumpridas pela UN no processo de institucionalização do «Estado Novo» foram evidentes. Convém não esquecer que Salazar formou o regime a partir de uma ditadura militar implantada em 1926, «Estado de excepção» com uma base de apoio heterogénea, um funcionamento extremamente instável e atravessada por múltiplas clientelas políticas.

---

[211] Cf. António Telo, *Portugal na Segunda Guerra* (Lisboa: 1987); AA. VV., *Portugal na Segunda Guerra Mundial. Contributos para uma Reavaliação* (Lisboa: 1989); Fernando Rosas, *Portugal entre a Paz e a Guerra* (Lisboa: 1990).

A resistência e a concorrência, que quer a oposição republicana quer os partidos mais fascizantes promovem à sua criação, foram indicadores da sua função inicial, que Arlindo Caldeira resumiu em: apoiar a monopolização do poder político pelo governo, «neutralizando todas as forças susceptíveis de disputar o poder de Salazar»; legitimar o regime através das eleições; unificar as diversas facções e obrigá-las a resolverem eventuais conflitos no interior da UN, de forma a não destabilizar o regime[212].

A UN parece pois ser um espaço vazio e minado para onde foram formalmente (no geral por via repressiva, caso dos fascistas, organizados autonomamente durante a ditadura militar) enviados os que se queriam integrar no regime e que, uma vez preenchido, foi encerrado. Afastava-se o exército da vida pública, legitimava-se a proibição de qualquer actividade política fora dela, e esta não era pequena, já que, para além dos fascistas, ainda permaneciam organizados legalmente os católicos e os monárquicos, que dispunham de algum poder junto dos militares.

Foi já salientado por vários autores a ausência de papel ideológico, de propaganda ou de mobilização de massas por parte da UN, o que aliás é facilmente visível pelo quase desaparecimento do partido ao longo dos anos trinta. O partido foi revitalizado em 1945, quando, numa conjuntura internacional adversa, o regime permitiu o aparecimento de uma oposição eleitoral, sempre controlada, e era portanto necessário promover o voto nas listas governamentais. Mas a própria acção para assegurar a vitória era mais administrativa que política, já que sempre se evitou, mesmo com fins propagandísticos, a mobilização eleitoral, antes se promovendo claramente a desmobilização.

---

[212] Cf. Arlindo Manuel Caldeira, «O Partido de Salazar: antecedentes, organização e funções da União Nacional (1926-1934)», *Análise Social*, vol. XXII (94), 1986, p. 975.

A UN não foi também o canal exclusivo de acesso ao poder político, bem visível pelo número de titulares de cargos políticos, desde a Câmara Corporativa a Ministros e Secretários de Estado que não passaram pelo partido, mas esta exercia algum controlo no âmbito do acesso a escalões mais baixos da função pública, onde para ter acesso era indispensável a adesão. No entanto, como salienta Braga da Cruz, a «sua importância crescia à medida que se passava da administração central para a administração local»[213].

A composição social do partido demarca-o também do fascismo. A UN não teve qualquer componente pequeno-burguesa, popular e muito menos operária, típica dos partidos fascistas e da sua demagogia «social». A sua composição apontou antes para o típico pólo de confluência de notáveis locais: proprietários e comerciantes formaram a maioria das suas comissões locais nos anos trinta[214].

A província, com os seus influentes locais, constitui um amplo campo de investigação para uma melhor compreensão do papel do partido, campo infelizmente muito pouco estudado. Convém não esquecer que o «Estado Novo» sucede não a uma democracia mas a uma república clientelar e oligárquica baseada numa participação eleitoral restrita com alguns pontos de continuidade claros herdados da velha monarquia constitucional do século XIX[215]. Muito embora alterando as regras do jogo, a UN foi um instrumento central na reconversão dos notáveis locais, como foi provado num dos raros estudos do caso

---

[213] Cf. Manuel Braga da Cruz, *O Partido...*, p. 177.

[214] Cf. Arlindo Caldeira, «O Partido de Salazar...», p. 960 e Manuel Braga da Cruz, *O Partido...* p. 234.

[215] Para um balanço sobre o tema do clientelismo político em Portugal, cf. Fernando Farelo Lopes, «Panorama de la Littérature sur le Clientélisme au Portugal», *C. E. M. O. T. I.*, n.º 9, F. N. S. P., Paris, Janvier 1990, pp. 85-90.

realizados[216]. Foi neste domínio que, cremos, o seu papel terá sido mais importante[217].

4.6 Os militares

Os militares foram os principais agentes dos diversos processos de ruptura política no século XX português e foram eles que estiveram na base do princípio e do fim do «Estado Novo»[218]. Enquanto instituição, foi a única que Salazar temeu e de onde partiram aliás as iniciativas mais ameaçadoras para o derrubar. O único momento do regime onde o ditador esteve por um triz, já no início dos anos 60, quando se desencadeou a guerra colonial, deveu-se às altas patentes militares. Também foi um militar dissidente do regime, o general Humberto Delgado, o pólo aglutinador do sério abalo «eleitoral» de 1958, provocado pelos movimentos de oposição.

Boa parte da investigação virou-se para o estudo da instituição militar e das suas relações com a república[219]. Conhecemos hoje bastante mais sobre a incapacidade dos republicanos em reformar as Forças Armadas, o impacte da participação na I Guerra Mundial, o processo de politização do exército no pós-

---

[216] Rui Ramos, «O Estado Novo perante os poderes periféricos: o governo de Assis Gonçalves em Vila Real (1934-1939)», *Análise Social,* vol. XXII (90), 1986, pp. 109-135.

[217] Cf. António Costa Pinto, «As elites políticas e a consolidação do autoritarismo: o Nacional Sindicalismo e a União Nacional», Comunicação ao Colóquio «História Social das Elites», ICS, Palácio Fronteira, Abril de 1991 (a sair).

[218] Cf. João B. Serra e Luís Salgado de Matos, «Intervenções Militares na Vida Política», *Análise Social,* (72-73-74), I vol., 1982, pp. 1165-1195. Para uma visão global, Maria Carrilho, *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Séc. XX. Para uma explicação sociológica do papel dos militares* (Lisboa: 1985).

[219] Cf. Douglas L. Wheeler, *Republican Portugal. A political History, 1910-1926* (Madison: 1978).

-guerra e a influência da direita radical no seu seio [220]. Por outro lado, o fundamental da trama factual da conspiração conducente ao golpe de estado de 1926 foi reconstituído com bastante precisão [221], ainda que um certo finalismo determinista dominasse algumas das relações de causalidade estabelecidas.

Menos estudado foi o afastamento dos militares da ribalta política, com a consolidação da ordem autoritária, e o tipo de relações que o «Estado Novo» manteve com os militares, conseguindo com sucesso «civilizar» a ditadura implantada em 1926. Os fascistas e a direita radical dispunham de uma influência apreciável nos chamados «tenentes do 28 de Maio»; parte da hierarquia militar que assumiu cargos políticos, inclusive diversos primeiros-ministros, eram republicanos conservadores e não viram com bons olhos a estratégia de Salazar, como Vicente de Freitas ou Ivens Ferraz [222]; o General Carmona, Presidente da República desde 1928, era sensível a qualquer modernização das Forças Armadas e detinha mais poder nos anos trinta do que a imagem caquética do pós-guerra poderia fazer crer.

Apesar disso, e das tensões que até 1938 atravessaram as relações entre o regime e a instituição militar, não parece haver dúvidas que o «Estado Novo» remeteu os militares para fora da ribalta política, estabeleceu um novo modelo de relações entre o poder político e as Forças Armadas e assegurou um domínio relativamente pacífico, pelo menos até ao fim da II Guerra Mundial [223]. As compensações corporativas à instituição militar

---

[220] Cf. sobretudo António José Telo, *Decadência e Queda da I República Portuguesa,* I vol. (Lisboa: 1980); Douglas L. Wheeler, *A Ditadura Miltar Portuguesa, 1926-1933* (Lisboa: 1988).

[221] Cf. António José Telo, *Op. Cit.,* II vol. (Lisboa: 1984).

[222] Cf. César Oliveira (Prefácio e notas), *A Ascensão de Salazar. Memórias de Seis Meses de Governo — 1929 — do General Ivens Ferraz* (Lisboa: 1988).

[223] Cf. Douglas L. Wheeler, «The Military and the Portuguese Dictatorship, 1926-1974: 'The Honor of the Army'», *in* Lawrence S. Graham and Harry M. Makler (edited by), *Op. Cit.,* pp. 191-219.

foram significativas, mas parte delas, pelo menos as que se referiam à imunidade dos militares face aos tribunais e polícias civis já vinham da I República, além de algumas reformas a atingirem com alguma dureza[224]. A mera coincidência entre a ideologia espontânea da «ordem», que a maioria dos militares perfilhava, e a natureza do regime não explica tudo e parte deste estatuto privilegiado desapareceu em 1945, sucedendo-se um apertado controlo policial sobre a instituição militar na sequência do reinício de tentativas golpistas associadas à «oposição democrática».

4.7 A oposição

A única síntese sobre a oposição ao «Estado Novo» concentrou-se sobre o período que decorreu desde a II Guerra Mundial até à sua queda em 1974[225]. Infelizmente sabemos muito menos sobre todo o movimento de resistência à implantação da ditadura militar, à consolidação do salazarismo, e mesmo sobre alguma oposição fascista.

Após múltiplas tentativas revolucionárias por parte dos republicanos e a destruição do anarco-sindicalismo como força dominante no movimento operário, foi o pequeno Partido Comunista que ascendeu rapidamente à liderança da oposição clandestina ao regime. Ao contrário da oposição a outros regimes do mesmo tipo, Portugal não conheceu uma oposição de exílio importante (esta renasceu apenas nos anos 60)[226]. Após a

[224] *Vide* Tom Gallagher, «Fernando dos Santos Costa: Guardião Militar do Estado Novo, 1944-1958», in AA. VV., *O Estado Novo..., Op. Cit.*, I vol., pp. 199-219.

[225] Cf. Dawn L. Raby, *Fascism and Resistence in Portugal. Communists, Liberals and Military Dissidents in the Opposition to Salazar, 1941-1974* (Manchester: 1988). Tradução portuguesa (Lisboa: 1990).

[226] Cf. a análise comparativa de Stanley G. Payne, «La Oposición a las Dictaduras en la Europa Occidental: Una Perspectiva Comparativa» *in* Javier Tusell et alii, *La Oposición al Régimen de Franco*, 3 vols. (Madrid: 1990), pp. 51-64.

queda da República Espanhola e a dissolução de alguns movimentos de exilados republicanos dos finais dos anos 20, foi no interior do país e aproveitando todas as margens possíveis de actuação legal que a oposição se foi reorganizando, até emergir nos anos 40 com alguma pujança[227]. Ainda que só a partir de 1945 se possa falar de uma «oposição eleitoral» ao salazarismo, esta foi sempre resistindo em diversas publicações legais que, apesar de uma censura férrea, sobreviveram ao longo dos anos trinta.

Esta mudança na oposição ao regime foi bem espelhada na composição dos presos políticos entre 1933 e 1939. Não só existiu um aumento espectacular durante o período da guerra civil de Espanha, que bem expressou o endurecimento repressivo do regime, como estes são sobretudo operários, associados, na sua esmagadora maioria, ao Partido Comunista[228].

Sobre o período que aqui mais nos interessa, 1933-1945, são ainda escassos os estudos sobre os movimentos de oposição e sobre a própria análise que estes movimentos faziam da natureza do regime[229].

* * *

Longe de ter esgotado o tema da investigação portuguesa mais recente, foram discutidas apenas as linhas interpretativas da mais importante, na perspectiva das relações entre o regime de Salazar e o fascismo europeu.

---

[227] Sobre a oposição republicana à ditadura militar, *vide* A.H. de Oliveira Marques, *A Liga de Paris e a Ditadura Militar, 1927-1928* (Lisboa: 1976) e *A Literatura Clandestina em Portugal, 1926-1932* (Lisboa: 1990).

[228] *Vide* Comissão do livro negro sobre o regime fascista, *Presos Políticos no Regime Fascista II — 1936-1939* (Lisboa: 1982).

[229] *Vide* alguns artigos de José Pacheco Pereira e João Arsénio Nunes nas obras colectivas citadas.

Nos últimos anos, uma pequena multidão de estudos parcelares veio contribuir para um melhor conhecimento empírico do salazarismo. Apesar da ausência ainda significativa de trabalhos sobre a maioria das instituições do regime, nomeadamente aquelas que mais se inspiraram no fascismo, algumas variáveis do debate que temos vindo a discutir não são perturbadas pelo seu desejável aparecimento.

5. PROBLEMAS E PERSPECTIVAS DE ANÁLISE

O fascismo, quer como movimento quer como regime político, representou uma variante de um amplo espectro de reacções autoritárias no século XX [230]. Numa perspectiva histórica, o fascismo ficou inscrito pelas ditaduras italiana e alemã. Foi associado às características específicas destas ditaduras e aos agentes do derrube dos regimes liberais que se consolidaram os elementos identificadores do paradigma fascista. A adopção de definições maximalistas, periodicamente retomadas no campo político, não se mostraram operativas para a análise de outros regimes ditatoriais que lhe sucederam nos diversos cantos do globo, apesar de alguns desses regimes retomarem algumas das suas características [231].

Como forma de regime político, a característica a ressaltar, quando comparado com outras reacções ditatoriais suas contemporâneas, foi a da tensão totalitária que atravessou as suas instituições e o seu modo de relacionamento com a sociedade. Esta tensão está indissociavelmente ligada ao facto de ter sido um partido de tipo fascista a dirigir o processo de transição e

---

[230] Para uma versão desenvolvida deste capítulo, *vide* António Costa Pinto, «The 'New State' of Salazar – An overview», Richard Herr (edited by), *The New Portugal: Democracy and Europe* (Berkeley: 1992), (a sair).

[231] Helgio Trindade, «La question du fascisme en Amerique Latine», mimio., Florence, Novembre 1982.

consolidação do novo regime. Ainda que todas as ditaduras do período partilhem com o fascismo um núcleo comum não desprezível e, em alguns casos, se tenham inspirado nele para a criação de várias instituições, elas diferenciaram-se dele neste aspecto essencial.

5.1 O fascismo e a crise do liberalismo português

Ainda recentemente um estudioso do fascismo propunha um regresso às origens, salientando a importância de voltar ao estudo da *crise* que o provocou [232].

A literatura sobre os processos de crise dos democracias após a I Guerra Mundial não tem parado de crescer, acentuando-se a rejeição de muitos simplismos monocausais sobre as origens dos regimes autoritários e fascistas. Uma conclusão parece no entanto obter a unanimidade: a de que o fascismo foi uma de várias opções ditatoriais possíveis e a de que não foi indiferente ser este a tomar o poder e não outra qualquer coligação conservadora ou da direita radical.

A crise do liberalismo português remete, antes de mais, para o problema das complexas relações entre o fascismo e as diversas famílias políticas em que se dividiu o conservadorismo na primeira metade do século XX. Parece hoje claro que o ascenso do fascismo só foi possível em coligação com ideologias, grupos de interesses e eleitorado, representados até aí por vários partidos conservadores, mas confundi-los não ajuda à compreensão do que constitui justamente a sua inovação e singularidade. Como afirmou Blinkhorn, «não pode ser negado que, enquanto movimentos, partidos e ideologias políticas, conservadorismo e

---

[232] Geoff Eley, «What Produces Fascism: Preindustrial Traditions or a Crisis of the Capitalism State?» *in* Michael N. Dobkovski and Isidor Wallimann (edit. by), *Op. Cit.*, p. 92.

fascismo ocuparam posições muito diferentes na direita europeia do princípio e meio do século, convergindo em alguns pontos e divergindo em outros»[233]. A questão pertinente é pois a do papel menor do fascismo no processo de crise e derrube do liberalismo português.

Algumas condicionantes estruturais parecem desde logo afastar alguns dos temas clássicos do fascismo, que remetem para aspectos específicos da evolução política e social portuguesa desde finais do século XIX.

Como já foi salientado, Portugal chegou ao turbilhão desencadeado pela I Guerra sem alguns dos factores perturbadores apontados pela historiografia do fascismo, no campo das relações entre política interna e política externa. Portugal tinha resolvido, no fundamental, a «questão nacional»: «Estado» e «nação» andavam de boas relações e coincidiam com significativa homogeneidade cultural; não conheceu minorias nacionais ou étnico-culturais no seu interior; não tinha reivindicações territoriais a fazer no espaço europeu; encontrava-se na esfera de influência britânica que garantia o seu vasto património colonial; chegou à «era das massas» sem alguns dos temas mobilizadores do radicalismo geralmente associados aos movimentos fascistas. Acresce ainda que esta «massificação da política» deve ser moderada no caso português.

Na segunda metade do século XIX, Portugal poderia ser definido como um país não industrializado com um «estável parlamentarismo oligárquico» e a dinâmica do seu processo de mudança social e política não diferiu muito da de outros países semiperiféricos que Nicos Mouzelis caracterizou como possuindo um *«early parliamentarism and late industrialization»*[234].

---

[233] Cf. Martin Blinkhorn (edited by), *Fascists and Conservatives* (London: 1990), p. 13.

[234] Cf. Nicos Mouzelis, *Politics in the Semi-Periphery. Early Parliamentarism and Late Industrialization in the Balkans and Latin America* (London: 1986).

Virando-se para a exploração do seu património colonial africano e ensaiando uma tímida industrialização baseada na «substituição de importações», o liberalismo oligárquico começaria a entrar em crise na viragem do século. A própria emergência do movimento republicano, que mobilizaria largos estratos das classes médias (e populares) urbanas, até então excluídas do campo político, foi expressivo dessa crise[235].

Alguns dos temas mobilizadores dos primeiros movimentos fascistas foram aliás representados em Portugal, numa síntese diversa, por importantes sectores do movimento republicano, nomeadamente pela sua componente trauliteira e jacobina, com o seu autoritarismo nacionalista e anticlerical, o que levou mesmo alguns autores a considerá-lo um «protofascismo»[236]. Concorde-se ou não com esta tese polémica, a verdade é que o caso português ilustra bem, como foi salientado por Juan Linz, a dificuldade dos movimentos fascistas em situações políticas onde «competidores» poderosos ocuparam partes do seu potencial espaço político[237].

A I República representou de facto um processo falhado de democratização política em Portugal. As elites republicanas fizeram seu o programa do sufrágio universal, do anticlericalismo e do nacionalismo assente na luta contra a dependência britânica e na defesa do património colonial. Logo em 1910 toda uma legislação de acelerada laicização foi promulgada, acompanhada de um forte movimento anticlerical urbano. Estas

---

[235] Cf. Pedro Tavares de Almeida, *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)* (Lisboa: 1991).

[236] *Vide* o trabalho ainda inédito de Mário Baptista Coelho, *O Republicanismo Nacionalista e Autoritário em Portugal. Do Radicalismo Nacionalista ao Protofascismo Dual (1903-1928) — Um Ensaio Crítico e Interpretativo,* Lisboa, mimio., 1987. Este estudo apresenta um modelo sobre a crise do liberalismo extremamente interessante, mas o seu conhecimento tardio não nos permitiu a sua discussão no capítulo anterior.

[237] Cf. Juan J. Linz, «Political Space and Fascism as a Late-Comer», Stein Ugelvik Larsen et alli (edited by), *Op. Cit.,* pp. 153-189.

medidas, em grande parte inspiradas pelas tomadas cinco anos antes pela III República Francesa, tiveram um profundo impacto na hierarquia católica. Mas o sufrágio nunca seria alargado, sob pretexto das primeiras revoltas monárquicas desencadeadas a partir de Espanha, e o partido democrático, herdando parte do caciquismo eleitoral da monarquia liberal, tornou-se rapidamente o partido hegemónico. A intervenção na Grande Guerra, defendida pelos republicanos como forma de protecção do património colonial, e a crise que esta provocou, apenas acentuaram a crise de legitimidade do parlamentarismo liberal.

O pequeno mas aguerrido movimento operário de hegemonia anarco-sindicalista não deixou de assustar as classes possidentes face à incapacidade notória do regime republicano de promover a sua integração, mas não se exagere à pressa o papel do *bienio rosso* português na vaga autoritária que derrubou o liberalismo português. Algumas fracturas económicas e sociais se sobrepuseram a esta, no campo dos factores de queda da República. Citando o modelo de Organski, fracturas como as de cidade/campo, elites tradicionais/elites modernas, típicas de uma «sociedade dual» como era a portuguesa dos anos 20, são mais operativas para a análise da queda do liberalismo português do que a fractura burguesia industrial/classe operária.

Ao analisar algumas condicionantes estruturais de instabilidade da I República, parte da investigação provou com argumentos sólidos que a conflituosidade entre elites agrárias e industriais, derivada da inserção semiperiférica de Portugal e a incapacidade da sua unificação no âmbito do parlamentarismo, foi um elemento determinante, situação agravada pela crise conjuntural do pós-guerra[238]. Ao nível político foi clara a predominância conservadora, dos partidos republicanos às associações de interesses, em todo o processo de queda da República[239].

[238] Cf. Kathleen C. Schwartzman, *Op. Cit.*

[239] *Vide* um esboço de tipologia dos diversos sectores desta coligação *in* António Costa Pinto, «The Radical Right...», pp. 1-2.

O golpe de Estado militar de 28 de Maio de 1926, que pôs termo à república parlamentar, não foi *apenas* uma intervenção militar de tipo pretoriano na vida política. O liberalismo republicano foi derrubado por um exército dividido e politizado, fundamentalmente a partir da intervenção portuguesa na I Guerra Mundial, sofrendo apelos golpistas de fracções organizadas no seu interior, que iam desde os republicanos conservadores aos católicos-sociais e à extrema direita integralista e correlativos apêndices fascistas, particularmente influentes junto dos jovens oficiais. Estes últimos, não se esqueça, constituíram a base da primeira ditadura moderna estabelecida em Portugal, a breve ditadura de Sidónio Pais (1917-18), que antecipou, nomeadamente com o seu populismo antiplutocrático, alguns traços do fascismo.

A influência destes agentes ideológicos não era obviamente igual. Os principais foram, sem dúvida, os integralistas e os católicos. Os primeiros, monárquicos tradicionalistas, fizeram do corporativismo integral a sua alternativa ao liberalismo, acentuando os valores ruralistas e os do anticosmopolitismo. Os segundos, mantendo os últimos dois, fizeram seus o corporativismo das encíclicas papais e, ainda que monárquicos na sua maioria, adoptaram uma atitude pragmática de aceitação da fórmula republicana. Compartilharam no entanto a intransigência antiliberal dos integralistas com um programa mais concreto de reforço do magistério e influência da Igreja, expressando directamente a voz de uma hierarquia religiosa profundamente abalada pelo anticlericalismo republicano e pelo seu programa laicizante.

Alguma investigação tem procurado «resolver» a ausência de movimento fascista em Portugal salientando o seu contributo, ainda que fragmentado e débil, no movimento conducente ao derrube do liberalismo. Este exercício, um pouco voluntarista, foi apressado e pouco sensível à escala. Tentou-se provar que, afinal, Portugal teve tudo o que os clássicos apon-

taram como as «origens» do fascismo (modernismo e futurismo, nacionalismo, traumas da I Guerra, ofensiva operária, anticomunismo, jovens militares politizados pela extrema direita, o fascismo *avant la lettre* de Sidónio Pais, massificação da política, crise de legitimidade do liberalismo, e, mesmo, fascistas...). Mas convém observar a escala e explicar porque não foram estes protagonistas nem do derrube do liberalismo nem da ordem autoritária que lhe sucedeu.

Repare-se que referir a escala não é sinónimo de frios números, já que estes podem ser ilusórios. Em 1919, o fascismo italiano tinha, utilize-se qualquer proporcionalidade, tantos militantes, em termos relativos, como um anónimo grupúsculo português chamado «Nacionalismo-Lusitano» tinha em 1923[240]. Enquanto um tomou o poder três anos mais tarde, o outro desapareceu em 1925. Quanto a importância qualitativa, pela mesma época, Hitler não teria sequer a notoriedade de um desconhecido português chamado João de Castro Osório[241]. Regressando à questão das crises dos regimes liberais no pós-guerra, a questão a não iludir é pois a da própria chegada ou não do fascismo ao poder, já que quanto a fascistas, eles viram-se um pouco por todo o lado.

Seguir a «história» do grupuscular fascismo nativo, que encontrou na breve ditadura de Sidónio Pais um referencial para a acção política, sendo importante, pode constituir também um exercício ilusório. Com efeito, esta investigação contribuiu sem dúvida para distinguir o movimento conducente à queda da República parlamentar de um mero exercício pretoriano que remetesse apenas para as relações entre o exército e o poder político liberal. Mas convém não iludir a questão de que

---

[240] Cf. Emilio Gentile, *Storia dell Partito Fascista. Movimento e Milizia* (Bari: 1989).

[241] Cf. António Costa Pinto, «O Fascismo e a Crise da I República...», pp. 50-51.

o fascismo enquanto movimento, mesmo utilizando a mais lata das definições, não foi o actor principal deste processo. Para os cultores da precisão, as dúvidas podem referir-se apenas aos graus de importância no seio dos actores secundários.

No caso português, o factor a salientar, numa perspectiva comparativa, foi assim o da ausência de um movimento fascista no processo de derrube do liberalismo e na própria edificação da ordem autoritária. A própria coligação de forças políticas que apoiaram o seu derrube caracterizou-se, desde o seu início, pela predominância dos partidos conservadores e de direita radical, sendo o fascismo, agora entendido como movimento, o eterno perdedor, em 1925-26, ao longo da ditadura militar e, nos anos 30, já com Salazar no poder[242].

O salazarismo edificou-se a partir da ditadura militar implantada em 1926, e, enquanto «regime de excepção», esta foi um regime bastante instável. A ditadura imposta pelos militares foi atravessada por uma sucessão de conspirações, golpes palacianos e mesmo tentativas revolucionárias, que exprimiram bem a luta pela hegemonia entre a vasta coligação conservadora que lhe esteve na base.

As dificuldades de consolidação de uma ordem autoritária sucederam-se, dada a diversidade política do bloco conservador e da sua capacidade de atravessar a instituição militar. Curiosamente, foi já sob a ditadura militar que os fascistas gozaram de alguma influência. Dada a sua presença no corpo de jovens oficiais, ensaiaram algumas organizações autónomas e desempenharam algum papel no afastamento da componente militar republicana. Foi este «pluralismo limitado» e autofágico que tinha os militares como mediadores, que foi progressivamente hegemonizado por Salazar.

---

[242] Este tópico é desenvolvido na minha tese de doutoramento ainda em curso, *O Fascismo em Portugal nos Anos 30.*

Em 1930 foi criada por decreto-lei a União Nacional, um «antipartido» destinado a agregar as forças civis que apoiavam o novo regime. Em 1933 uma nova constituição proclamou Portugal uma «República unitária e corporativa». Compromisso entre princípios liberais e corporativos de representação, os primeiros foram pervertidos por regulamentação posterior e os segundos limitados e secundarizados. Restou uma ditadura férrea do «Presidente do Conselho», uma Assembleia Nacional ocupada pela União Nacional, em eleições não competitivas e de acesso limitado. Para evitar qualquer fuga de poderes, mesmo que por parte de uma Câmara dominada exclusivamente pelo partido governamental, consagrou-se a autonomia quase total do executivo. Na Presidência da República manteve-se o general Carmona, garante dos interesses militares. Os serviços de censura eliminaram qualquer ideia de conflito e viraram-se tanto para a oposição como, inicialmente, para a minoria fascista que teimava em desafiar o novo regime. A polícia política foi também reorganizada e utilizada com uma notável racionalidade. Tudo isto foi feito «a partir de cima», sem demagogia fascista de maior, contando mais com generais e coronéis do que com tenentes, mais com o Ministério do Interior do que com a rua. Em 1934, com alguns sobressaltos, o liberalismo político estava erradicado e as velhas instituições republicanas substituídas.

Este regime institucionalizado sob a direcção de Salazar a partir da ditadura militar, foi admirado por largas franjas da direita radical europeia, sobretudo pelas de origem maurrasiana e tradicionalista católica, pelo facto de as novas instituições do salazarismo exprimirem uma origem cultural muito semelhante. Esta identidade transcendia o mero programa da «ordem» e não incluía, por outro lado, os aspectos totalitários e «pagões» que faziam cada vez mais confluir a Alemanha e a Itália.

É na ideologia da direita radical e do tradicionalismo antiliberal, na importância do catolicismo antiliberal como cimento

cultural que se encontram as origens ideológicas e políticas do regime de Salazar.

Muitos dos factores explicativos da ausência do fascismo, enquanto movimento, em Portugal foram anteriormente apontados, mas o próprio tema em causa tem um interesse duvidoso. Com efeito, este problema remete para aspectos conjunturais da crise do pós-guerra e é importante não esquecer que, na maioria dos casos, os movimentos fascistas não desempenharam um papel importante nestes processos de ruptura ou nos regimes ditatoriais que lhes sucederam, sendo apenas parceiros minoritários nas coligações conservadoras.

A singularidade dos processos de crise da democracia associados ao fascismo não esteve nas condicionantes estruturais da instabilidade dos sistemas políticos liberais nem sequer nas componentes fundamentais das coligações antidemocráticas que os derrubaram, pois estas caracterizaram um número sem conta de países nesse período, *mas antes no facto dos partidos fascistas terem protagonizado e dirigido este processo tomando o poder, o que em Portugal não aconteceu.* O fascismo, esse «projecto ideológico contra-revolucionário, constituindo uma nova forma de coligação popular, nas circunstâncias específicas da crise do período entre as duas guerras [...] não foi um fenómeno universal [...]»[243], e não parece correcto «obrigá-lo» a aparecer em todos os processos de derrube da ordem liberal nessa época.

Apesar de a crise do liberalismo português não ter sido protagonizada por um movimento fascista, é possível no entanto argumentar, como vimos ao longo desta síntese, que o «Estado Novo» de Salazar foi uma variante nacional do mesmo. Mas importa salientar que entramos aqui nas tipologias dos regimes políticos autoritários e nos afastamos da análise comparada da crise e derrube do liberalismo português.

---

[243] Geoff Eley, «What Produces Fascism:...», pp. 87 e 91.

5.2 O sistema político do «Estado Novo» e o fascismo

A construção institucional do salazarismo, muito embora recolhendo inspiração dos fascismos no poder, particularmente do italiano, recusou voluntariamente os elementos que constituíram a sua singularidade. Adoptou os elementos que uniram tendencialmente as ditaduras de direita do período, rejeitando justamente o que apenas caracterizou o fascismo. Tal diferenciação foi visível na chefia, no funcionamento do sistema político e no seu modelo de relacionamento com a sociedade.

Muitos estudos sobre os regimes ditatoriais modernos, quer por perspectiva teórica quer mesmo pelo carácter pragmático do ditador, ignoram o chefe. No caso do «Estado Novo» seria um erro. Salazar vinha de um meio político particular, mas bem definido, dispunha de uma visão do mundo e da sociedade, dirigiu todo o desenho institucional do regime e, uma vez chefe incontestado, pouca legislação, da mais importante à mais mesquinha, deve ter sido publicada sem o seu atento visto, até à sua decrepitude nos anos 60.

Salazar conservou sempre alguns traços ideológicos centrais que derivaram do magma cultural de onde proveio: o integrismo católico, de matriz tradicionalista e antiliberal, num contexto de laicização e modernização acelerada que para ele simbolizava a I República. Foi um ultraconservador no sentido mais literal do termo. Defendeu com intransigência a recusa liminar da democracia e da sua herança ideológica, baseado numa visão «organicista» da sociedade, de matriz tradicionalista e católica. Geriu o país consciente da inevitabilidade desta modernização, mas pensando sempre na sobrevivência e no bem-estar do que estava ameaçado por ela. Tudo o resto foi derivado ou veio por acréscimo. E este acréscimo não foi pouco, já que, ao contrário de outros ditadores, era ainda professor de finanças e tinha ideias claras sobre a gestão do deve e do haver de um Estado.

O ditador português recusou o modelo de liderança carismática do fascismo por formação ideológica e opção política, e não por qualquer pragmatismo ou por adequação a qualquer natureza «caracterial» da sociedade portuguesa, cuja estrutura social não divergia muito das que sofreram populismos mais próximos do fascismo.

No campo das instituições políticas do regime foi também clara a demarcação do paradigma fascista, desde logo no partido único. Dada a natureza não fascista do partido e a sua inspiração governamental, a sua comparação com os fascismos que chegaram ao poder apenas salientou, como vimos atrás, as diferenças. Comparação eventualmente mais frutuosa deveria ser feita justamente com aqueles partidos que tiveram origens semelhantes, como os dos regimes do mesmo período que criaram partidos a partir de cima, desde as ditaduras de Primo de Rivera em Espanha (e mesmo do franquismo), às da Europa central e oriental. Sob este ponto de vista aliás, dada a longevidade do regime português, a UN constituiria um «estudo de caso» extremamente interessante sobre as funções destes partidos que nem, como os fascistas, simplesmente chegaram ao poder, nem, uma vez criados, cumpriram funções de controlo e monopólio de acesso ao poder ou de mobilização de massas, que no geral os primeiros cumpriram.

A presença do partido único em Portugal não foi um agente importante de formação da elite política do salazarismo, já que as suas funções eram reduzidas neste campo, mas a sua presença reforçou a autoridade de Salazar, reduziu a organização de blocos e grupos de pressão à sua revelia e permitiu-lhe um certo pluralismo «tecnocrático» de escolha individual.

Segundo a Constituição de 1933, a Assembleia Nacional seria constituída por duas câmaras, a dos Deputados, eleita por sufrágio directo, e a Corporativa, que deveria representar o topo do sistema corporativo. A dos deputados foi preenchida pela União Nacional e a Corporativa, na falta das corporações, foi

cooptada entre as «forças vivas». As primeiras eleições legislativas, realizadas em 1934, tiveram intuitos claros de legitimação. No geral, estes actos eleitorais foram sinónimo do carácter não mobilizador do regime. Realizados regularmente, estes foram sempre actos onde nunca se pretendeu sequer simular os 99%. Mobilizaram-se os funcionários públicos e, num quadro já bastante restrito de recenseados, manipularam-se os cadernos eleitorais para corrigir eventuais desequilíbrios.

Esta característica do regime português afastou-o da típica tensão partido/Estado do fascismo[244]. Antes pelo contrário, a dependência do Estado marcou, desde o início, a vida da UN, com a qual se confundiu muitas vezes. O «Estado Novo» nunca foi um «Estado duplo» e Salazar governou sobre e com o aparelho administrativo, secundarizando as instituições propriamente «políticas».

O corporativismo constituiu, no âmbito das ideologias de «terceira via», o grande eleito do «Estado Novo». Previsto na Constituição de 1933, ele desempenhou um papel central na ossatura institucional, na ideologia, na relação com os grupos sociais e na intervenção económica do Estado, sob o salazarismo. A declaração de princípios do corporativismo português sofreu a influência da sua congénere italiana, mas foi moderada pela doutrina do catolicismo social. Por outro lado, a constituição de 1933 não ofereceu aos «elementos orgânicos» o monopólio da representação que a direita radical desejava.

O corporativismo, sendo um dos elementos da variante italiana do fascismo, recobriu um largo espectro ideológico da direita antidemocrática do início do século e esteve longe de ser um monopólio deste. No campo dos regimes autoritários, não

---

[244] Cf. Emilio Gentile, «Le Rôle du Parti dans le Laboratoire Totalitaire Italien» e Philippe Burrin. «Politique et Société: Les structures du pouvoir dans L'Italie Fasciste et L'Allemagne Nazie», *Annales ESC,* mai-juin 1988, n.º 3, pp. 556-591 e 615-637.

foi um elemento específico do fascismo, sendo mesmo duvidoso que se possa falar dele no caso do nazismo. Mas ele constitui um elemento de legitimação central de boa parte dos autoritarismos do pós-guerra, como o austríaco, o espanhol, o romeno ou o de Vichy[245].

No sistema político do «Estado Novo», a representação corporativa foi secundarizada. O princípio eleitoral foi mantido e a Câmara Corporativa, numa Assembleia Nacional já de si praticamente sem poderes, possuiu apenas poderes consultivos. O próprio edifício corporativo nunca foi completado, à revelia dos projectos originais. Mas as suas funções, quer na intervenção económica do Estado quer como amortecedor da conflituosidade social, mereciam estudos mais detalhados, reveladoras que foram do projecto económico e social do regime.

O mesmo se poderia dizer de uma instituição que não tem merecido na investigação uma importância correspondente à que efectivamente teve no regime de Salazar: a Igreja Católica. Muitas das definições do tipo «clérico/...», que atrás analisámos, tentaram integrar esta componente essencial, mas alguma coreografia fascista do salazarismo nos anos trinta, associada à MP ou à LP, parece ter motivado maior interesse.

Trata-se de uma dimensão cuja comparação importa fazer com regimes como o de Franco, Dolfuss e mesmo Vichy, já que todos eles tiveram nesta um apoio importante e ainda porque ambos se edificaram na sequência de programas de laicização republicanos.

A Igreja Católica portuguesa não contribuiu apenas para a matriz ideológica do regime. Para além de toda a simbologia católica de que o regime se apropriou com o apoio explícito da hierarquia, pode-se mesmo falar de um programa político de «cristianização», que atravessou todas as instituições, parti-

---

[245] Cf. Peter J. Williamson, *Corporatism in Perspective. An Introductory Guide to Corporatist Theory* (London: 1989).

cularmente aquelas mais vocacionadas para a socialização, como o aparelho escolar.

Quando, em 1936, algumas organizações inspiradas directamente do fascismo foram criadas, caso da Mocidade Portuguesa, organização paramilitar da juventude dependente do Ministério da Instrução, e a Legião Portuguesa, milícia voluntária anticomunista decorrente do «perigo vermelho» em Espanha, estas foram desde logo enquadradas por serviços religiosos que atravessaram sempre ambas as instituições. No caso da juventude aliás, tema sensível nas relações Igreja/Estado nos regimes fascistas, teve-se o cuidado de não dissolver ou integrar as organizações católicas (que mantiveram a sua autonomia) e de assegurar a sua influência na organização oficial.

A estreita associação igreja/estado no salazarismo ultrapassou bastante a mera convergência de interesses, podendo-se falar de um núcleo ideológico e político comum Igreja/regime, desde o corporativismo ao antiliberalismo e anticomunismo.

5.3 Autoritarismo, estado e sociedade

Muitos estudiosos do fascismo que utilizaram o binómio autoritarismo/totalitarismo tenderam a salientar a dimensão não mobilizadora de regimes como o de Salazar. Tal posição, se apenas entendida como sinónimo de uma ausência de mobilização e enquadramento tendencialmente totalitária da população, é sem dúvida correcta. O «Estado Novo», mesmo durante a «época do fascismo», foi profundamente conservador e confiou mais nos instrumentos de enquadramento tradicionais, como a Igreja e as elites de província, do que em organizações de massas. Não deixou no entanto, de acautelar os seus interesses no campo das suas relações com a sociedade, criando todo um aparelho cultural e de socialização inspirado directamente no fascismo.

O corporativismo ficou incompleto no campo político e institucional mas constituiu, pelo menos, o modelo cultural oficial do «Estado Novo». Uma concepção eminentemente «organicista» dominou a visão que o regime tentou projectar de si próprio e do país. No campo da propaganda dir-se-ia que era o projecto da direita radical integralista com a bênção do catolicismo social de matriz tradicionalista que estava em aplicação. Foi aliás no campo cultural que as semelhanças com regimes como o de Vichy foram mais evidentes.

Em 1933 o regime criou o Secretariado de Propaganda Nacional, dirigido por António Ferro. Ferro nada tinha a ver, no campo cultural, com Salazar, e era um jornalista cosmopolita ligado aos meios futuristas e modernistas, um admirador do fascismo desde os anos 20.[246]. Dispondo da confiança do ditador e dependendo directamente dele, Ferro criou uma máquina que ultrapassou largamente as meras necessidades de gestão de imagem de Salazar. Apesar de pouco ter a ver com o integrismo provinciano do Chefe, ou justamente por causa disso, António Ferro ofereceu ao regime um «projecto cultural» que sintetizou com habilidade e recursos técnicos «modernos» com uma verdadeira «reinvenção da tradição».

Foi o SPN que coordenou e alimentou a imprensa do regime, que dirigiu os serviços de censura, que organizou as encenações de massas que periodicamente eram transportadas para a capital e que alimentou as festividades viradas para as classes populares em estreita associação com o aparelho corporativo. Como se não chegasse, assegurou ainda múltiplas actividades mais viradas para as elites e ainda dinamizou as relações culturais com o estrangeiro. Ferro recrutou com habilidade intelectuais e artistas, que sem esta mediação «modernista» dificilmente seriam atraídos pelo perfil do chefe do Governo, alguns dos quais tinham militado nos grupos fascistas que se opuseram a Salazar.

---

[246] Cf. Artur Portela, *Salazarismo e Artes Plásticas* (Lisboa: 1982).

Esta síntese cultural moderno-tradicional foi claramente hegemonizada pelo segundo. O projecto cultural do salazarismo procurou, como outros de regimes semelhantes, uma «restauração sistemática dos valores da Tradição»[247].

A maior atenção foi dada a todo um movimento «etnográfico-folclórico» que passou por uma verdadeira revitalização (na maioria dos casos pura invenção) de grupos folclóricos locais, restauração dos símbolos da reconquista cristã e sua utilização social, por concursos como «a aldeia mais portuguesa de Portugal», movimento que culminou, já no início da década de 40, com a «Exposição do Mundo Português», reproduzindo as formas tradicionais e os hábitos das populações de todo o «Império». Outro revelador importante foi o da promoção do cinema português que, com uma clara vocação popular, remete também a apologia dos sadios valores da honestidade cristã e da família pobre mas honrada.

A orientação selectiva da censura constitui também um revelador claro do tipo ideal «organicista». Numa sociedade onde o conflito foi teoricamente abolido, nada que permita aferir a sua sobrevivência é publicado. O regime aliás não proibiu ou dissolveu sistematicamente as publicações afectas à oposição. Estas sobreviveram ao longo dos anos trinta, isoladas ou reduzidas a um público intelectual, e puderam até debater o significado social da arte ou o pacto germano-soviético, desde que se mantivessem nos estritos limites dos cafés de Lisboa e não chegassem à classe operária, já que no bastião provinciano e rural Salazar estava descansado e confiava nos modelos de enquadramento tradicionais. Como disse um dia Salazar, «politicamente só existe o que o público sabe que existe [...]»[248] e, no campo da «paz social» obrigatória, a censura foi implacável.

---

[247] Cf. Christian Faure, *Le Projet culturel de Vichy. Folklore et révolution nationale, 1940-1944* (Lyon: 1989), p. 7.

[248] Oliveira Salazar, *Discursos, 1928-1934* (Coimbra: 1935), p. 259.

O aparelho escolar sofreu uma atenção quase doentia por parte do regime. O ensino religioso foi reintroduzido nas escolas oficiais e inundou literalmente os *curricula*, particularmente no ensino primário, símbolo e orgulho do laicismo republicano, onde toda uma minuciosa regulamentação foi introduzida, acompanhando os novos programas. Paralelamente, toda uma revisão nacionalista e tradicionalista da história portuguesa foi introduzida. Se as atitudes face ao sistema escolar são indicadores das estratégias face à modernização, as reformas do «Estado Novo» expressaram um acentuado receio da alfabetização e caracterizaram-se, para além da alteração radical dos conteúdos programáticos, por uma verdadeira «estagnação educacional»[249]. Manteve-se no entanto a rede pública e não se fizeram concessões financeiras significativas ao ensino privado de iniciativa da Igreja.

Em 1936, no entanto, foram criadas duas organizações inspiradas no fascismo, que não se adivinhavam nos projectos iniciais do regime. A primeira foi uma organização oficial de juventude, de carácter paramilitar, a Mocidade Portuguesa (MP). Já em 1933, para combater e legitimar a dissolução do Nacional-Sindicalismo de Rolão Preto, o SPN tinha criado a Acção Escolar Vanguarda, a primeira organização fascista de juventude de iniciativa oficial, que tinha um carácter voluntário[250]. Uma vez dissolvido o movimento de Rolão Preto, o regime abandonou esta primeira iniciativa e criou a MP. Esta tinha um caráter obrigatório e esteve sempre na dependência do Ministério da Educação. Virada para o universo urbano, onde «vícios dissolventes» corrompiam a juventude liceal, a MP nunca teve a dinâmica dos seus correspondentes fascistas e foi desde logo, como assinalámos atrás, enquadrada por serviços religiosos, já que a Igreja manifestou alguma preocupação

249 Cf. Maria Filomena Mónica, *Op. Cit.*

250 *Vide* António Costa Pinto e Nuno Ribeiro, *Op. Cit.*

por esta iniciativa oficial. A segunda teve objectivos diversos e a autorização para a sua criação representou a introdução de uma coreografia fascista, na conjuntura da guerra civil de Espanha.

A Legião Portuguesa constitui-se em 1936 como uma milícia anticomunista, com funções paramilitares e de informação policial, e enviou voluntários para combater ao lado de Franco. Nela se agrupou, sob estreito controlo estatal, parte da minoria fascista, devidamente enquadrada por oficiais do exército. Qualquer tentativa de ver nesta organização alguma influência ou «tensão» fascista sobre o regime não tem qualquer fundamento empírico, mas a sua criação reflectiu sem dúvida a crispação do regime face à ameaça «vermelha» no país vizinho ainda que o ditador sempre a tenha relegado para um plano ultra-secundário.

No fundamental, o regime não compartilhou das tensões de mobilização dos congéneres fascistas e promoveu a apatia. Isolando o pequeno universo urbano, não confiando sequer na mobilização da sua pequena burguesia, este contou dois grandes agentes no universo do «Portugal profundo»: a notabilidade local e a Igreja.

Interlaçando habilmente a administração e o partido, que agregava a notabilidade local, o regime conta com as elites tradicionais para manter a ordem social. A coadjuvação da Igreja bastou para manter a província numa ordem que se queria imutável. Note-se que o regime não precisou sequer de criar ou transformar sindicatos rurais no âmbito do sistema corporativo, dada a sua inexistência no norte e centro do país. No sul latifundiário, onde um proletariado agrícola apresentava baixos índices de religiosidade, a polícia estava mais atenta, no resto do país rural não era preciso.

Salazar disse um dia a Henri Massis, que o seu objectivo era «fazer viver Portugal habitualmente!»[251]. Esta *maître-mot* que

[251] Cit. por João Medina, *Salazar em França* (Lisboa: 1977), p. 50.

tanto encantou o seu adepto francês, para lá da demagogia consciente que encerra, resume bem a permanência tradicionalista do salazarismo. Uma interpretação de tipo funcionalista, no entanto, poderia argumentar que a ditadura de Salazar não conheceu a tensão totalitária do fascismo porque dela não precisou, dada a natureza da sociedade portuguesa da época. Mas tal interpretação não colhe, pois essa tensão chegou a existir em sociedades tão ou menos industrializadas do que a portuguesa dos anos trinta. E quanto às mais industrializadas basta apontar a francesa onde, por essa ordem de ideias, a sociedade «pediria» o totalitarismo que Vichy não lhe deu. O salazarismo foi antes voluntariamente não totalitário, deixando «viver habitualmente» grande parte da população, desde que não se «metesse em política», campo reservado à minoria governante.

É, no entanto, um erro confundir o regime de Salazar com uma ditadura «pragmática», pelo menos no período que aqui nos interessa (1933-45). O salazarismo instituiu oficialmente uma visão «orgânica» da sociedade e tentou, pelo menos neste período e com alguma perseverança, utilizar todos os instrumentos ideológicos e de controlo social ao seu alcance para a enquadrar: a administração, o corporativismo, a escola, a propaganda de iniciativa estatal, as elites locais e a Igreja. Reforçou, por outro lado, a presença do Estado na economia, limitou a autonomia das elites económicas e disciplinou-as com um cerrado controlo.

O salazarismo, como todos os outros regimes autoritários de direita da mesma época, inspirou-se no largo espectro das ideologias de «terceira via» presentes no panorama cultural europeu desde inícios do século, sintetizando fundamentalmente elementos do catolicismo social e da direita radical maurrasiana. No campo das suas instituições e elites políticas, nomeadamente na criação de um regime de partido único estreitamente dependente do governo, na hegemonia da administração, no aparelho corporativo, no recrutamento e composição da elite

dirigente, o salazarismo aproximou-se também das ditaduras do mesmo período que não conheceram os aspectos mais determinantes do fascismo.

Instituições como o SPN, e fundamentalmente as paramilitares, decorreram do exemplo fascista, mas pouco ou nada de essencial passou por elas. Com componentes e proporções diversas quase todas as outras ditaduras do período apresentaram características e inspirações semelhantes.

Como vimos ao longo deste estudo, grande parte das posições assumidas pela investigação internacional sobre o regime de Salazar tenderam a demarcá-lo do fascismo, com base no binómio totalitarismo/autoritarismo. Parece óbvio que na realidade histórica dos regimes fascistas este binómio entrou em combinação, mas se esta «tensão essencial» for considerada decisiva para a caracterização, então o «Estado Novo» de Salazar foi correctamente excluído. Com efeito, uma das suas características distintivas foi justamente a ausência da tensão totalitária ou para citar Philippe Burrin, «da tradução em actos de uma vontade de mobilização total da sociedade na linha de uma ideologia exclusiva»[252]. Repare-se aliás que, mesmo aqueles que negam a validade desta distinção, reconheceram sempre esta ausência no caso português.

No ascenso autoritário da primeira metade do século XX o fascismo constituiu um movimento e um regime particular. Portugal integrou-se sem dúvida neste movimento, mas desconheceu os factores que individualizaram o segundo e o distinguiram da maré ditatorial que povoou parte da Europa desse período.

Após o inegável esforço analítico dos anos 60, a natural prudência imperou. Mais citada que cultivada, a história comparada dos regimes autoritários e fascistas não conheceu grandes

---

[252] Philippe Burrin, «Politique et société: les structures du pouvoir...», p. 617.

avanços nos últimos anos. Mas o salutar retorno às fontes, que determinou grande parte do esforço da investigação dos anos 80, terá, no entanto, de não iludir o indispensável repensar teórico e interpretativo.

6. GUIA BIBLIOGRÁFICO

A maioria das obras consultadas para este trabalho encontram-se referenciadas nas notas que acompanham o texto. Nesta bibliografia apontam-se, para além de algumas obras consideradas importantes sobre as interpretações do fascismo, os trabalhos que fizeram considerações sobre o «Estado Novo». Quanto aos estudos especificamente sobre o regime de Salazar, a bibliografia não é exaustiva, sendo apontadas apenas as obras que, mesmo lateralmente, esboçaram comparações com o fascismo ou a ele se referiram como categoria interpretativa.

6.1 Obras gerais

Almond, Gabriel A. and Powell, G. B., *Comparative Politics. A Developmental Approach* (Boston: 1966).

Arendt, H., *The Origins of Totalitarianism* (New York: 1951).

Aron, Raymond, *Sociologie des Sociétés Industrielles. Esquisse d'une théorie des régimes politiques* (Paris: 1958).

Friedrich, Carl J. and Brzezinski, Zbigniew K., *Totalitarian Dictatorship and Autocracy* (Cambridge: 1956).

Hermet, Guy, *Aux Frontières de la Démocratie* (Paris: 1983).

Hermet, Guy, *Totalitarismes* (Paris: 1984).

Huntington, Samuel P., *The Soldier and the State. The Theory and Politics of Civil-Military Relations* (Cambridge: 1956).

Huntington, Samuel P. and Moore, Clement H. (edited by), *Authoritarian Politics in Modern Society* (New York: 1970).

Janos, Andrew C., *Politics and Paradigms. Changing Theories of Change in Social Science* (Stanford: 1986).

Morlino, Leonardo, *Come cambiano i regime politici. Strumenti di analisi* (Milano: 1980).

Schmitter, Philippe C. et. al. (edited by), *Transitions From Authoritarian Rule. Southern Europe* (Baltimore and London: 1986).
Linz, Juan J. and Stepan, Alfred (edited by), *The Breakdown of Democratic Regimes* (Baltimore: 1978).
Lipset, Seymour M., *Political Man: The Social Bases of Politics* (New York: 1959).
Menze, Ernst A. (edited by), *Totalitarianism Reconsidered* (Port Washington: 1981).
Moore, Barrington Jr., *Social Origins of Dictatorships and Democracy: Lord and Peasant in the Making of the Modern World* (Boston: 1966).
Organski, A. F. K., *The Stages of Political Development* (New York: 1965).
Sartori, Giovanni, *Parties and Party Systems – A Framework for Analysis* (Cambridge: 1976).
Sartori, Giovanni, *The Theory of Democracy Revisited* (Chatham, New Jersey: 1987).

6.2 Obras de síntese e comparativas sobre o Fascismo

AA. VV., *Fäsismus a Europa. Fascism and Europe,* 2 vol. (Prague: 1969-1970).
AA. VV., *Historikerstreit* (München: 1987).
Aquarone, Alberto, *L'Organizazione dello Stato Totalitario* (Torino: 1965).
Ayçoberry, Pierre, *La Question Nazie. Les Interprétations du National-Socialisme. 1922-1975* (Paris: 1979).
Beetham, David, *Marxists in Face of Fascism* (Manchester: 1983).
Blinkhorn, Martin (edited by), *Fascists and Conservatives* (London: 1990).
Borejsza, Jerzy W., *Il Fascismo e L'Europa Orientale. Dalla propaganda all'aggressione* (Roma-Bari: 1981).
Botz, Gerhard, *Krisenzonen einer Demokratic. Gewalt, Streit und Konfliktunterdrückung in Österreich seit 1918* (Frankfurt: 1987).
Bourderon, Roger, *Le Fascisme. Idéologie et Pratiques (essai d'analyse comparée)* (Paris: 1979).
Bracher, Karl Dietrich, *The German Dictatorship* (Harmonsdsworth: 1978).
Bracher, Karl Dietrich e Valani, Leo (a cura di), *Fascismo e Nacional Socialismo* (Bologna: 1986).
Burrin, Philippe, *La Dérive Fasciste. Doriot, Déat, Bergery, 1933-1945* (Paris: 1986).
Carsten, F. L., *The Rise of Fascism* (Berkeley: 1967).
Collotti, Enzo, *Fascismo, Fascismi* (Firenze: 1989).
Delzell, Charles F., *Mediterranean Fascism. 1919-1945* (New York: 1970).
De Felice, Renzo, *Mussolini. Il revoluzionario, 1883-1920* (Torino: 1965).
De Felice, Renzo, *Le Interpretazione del Fascismo* (Bari: 1969).

De Felice, Renzo, *Intrevista sul fascismo,* (a cura di) M. A. Ledeen (Bari: 1975).
De Felice, Renzo, *Il Fascismo. Les interpretazioni dei contemporanei e degli storici* (Bari: 1970).
Dobkowski, Michael N. and Wallimann, Isidor (edited by), *Radical Perspectives on the Rise of Fascism in Germany, 1919-1945* (New York: 1989).
Eatwell, Roger and O'Sullivan, Noël, *The Nature of the Right* (London: 1989).
Gentile, Emilio, *Le Origini dell'Ideologia Fascista* (Bari: 1975).
Gentile, Emilio, *Il Mito dello Stato Nuovo dall'Antigiolittismo al Fascismo* (Bari: 1982).
Germani, Gino, *Autoritarismo, Fascismo e Classi Sociali* (Bologna: 1975).
Gregor, A. James, *The Fascist Persuasion in Radical Politics* (Princeton: 1974).
Griffin, Roger, *The Nature of Fascism* (London: 1991).
Jaccobeli, Jader (a cura di), *Il fascismo e gli storici oggi* (Bari: 1988).
Kershow, Irwin, *The Nazi Dictatorship. Problems of Interpretation* (London: 1985).
Kitchen, *The Coming of Austrian Fascism* (London: 1980).
Laqueur, Walter (edited by), *Fascism. A Reader's Guide* (Harmondsworth: 1979).
Larsen, Stein U. et alli (edited by), *Who Were the Fascists. Social Roots of European Fascism* (Bergen: 1980).
Larsen, Stein U. et alli (edited by), *Fascism and European Literature* (Bern and New York: 1991).
Lee, Stephen J., *The European Dictatorship. 1918-1945* (London: 1988).
Linz, Juan J., «Totalitarian and Authoritarian Regimes», in F. Greenstein e N. Polsby (edited by), *Handbook of Political Science* (Reading, Mas.: 1975), vol. 3, pp. 175-411.
Linz, Juan, *Fascism, Breakdown of Democracy, Authoritarian and Totalitarian Regimes: Coincidences and Distinctions,* Mimio., 1986.
Milza, Pierre, *Les Fascismes* (Paris: 1985).
Milza, Pierre, *Le Fascisme Français. Passé et Présent* (Paris: 1978).
Mosse, George L., *The Crisis of German Ideology: Intellectual Origins of the Third Reich* (New York: 1964).
Mosse, George L., *The Nationalization of the Masses* (New York: 1975).
Mosse, George L. (edited by), *International Fascism. New Thoughts and New Approaches* (London: 1979).
Mosse, George L., *Masses and Man. Nationalist and Fascist Perceptions of Reality* (New York: 1980).
Mosse, George L., *Sexuality and Nationalism* (New York: 1985).
Nolte, Ernst, *Three Faces of Fascism* (New York: 1964).
Nolte, Ernst, *Les Mouvements Fascistes. L'Europe de 1919 à 1945* (Paris: 1969).

Payne, Stanley G., *Fascism, Comparison and Definition* (Madison: 1980).
Payne, Stanley G., *El régimen de Franco, 1936-1975* (Madrid: 1987).
Paxton, Robert O., *Vichy France. Old Guard and New Order* (New York: 1972).
Pinto, António Costa, «Fascist Ideology Revisited: Zeev Sternhell and His Critics», *European History Quarterly,* vol. 19 (1986), pp. 465-483.
Polonsky, Antony, *The Little Dictators. The History of Eastern Europe since 1918* (London and Boston: 1975).
Poulantzas, Nicos, *Fascisme et Dictature: La Troisième Internationale face au Fascisme* (Paris: 1970).
Poulantzas, Nicos, *La Crise des Dictatures* (Paris: 1975).
Ramirez, Manuel, *España. 1939-1975. Régimen Político e Ideologia* (Barcelona: 1978).
Rémond, René, *Les Droites en France,* 4.ª ed. (Paris: 1982).
Rogger, Hans and Weber, Eugen (edited by), *The European Right. A historical profile* (Berkeley: 1965).
Soucy, Robert, *French Fascism. The First Wave* (New Haven and London: 1986).
Sternhell, Zeev, *La Droite Révolutionnaire. Les origines françaises du fascisme. 1885-1914* (Paris: 1978).
Sternhell, Zeev, *Ni Droite ni Gauche. L'idéologie fasciste en France* (Paris: 1983).
Sternhell, Zeev et alli, *Naissance de L'idéologie Fasciste* (Paris: 1989).
Sugar, Peter (edited by), *Native Fascism in the Sucessor States. 1918-1945* (Santa Barbara: 1971).
Turner, Henri A. Jr., «Fascism and Modernization» in Henri A. Turner Jr. (edited by), *Reappraisals of Fascism* (New York: 1975).
Tusell, Javier, *La dictadura de Franco* (Madrid: 1988).
Vajda, Mihaly, *Fascism as a Mass Movement* (London: 1976).
Weber, Eugen, *Varieties of Fascism* (New York: 1964).
Williamson, Peter, *Corporatism in Perspective. An Introductory Guide to Corporatist theory* (London: 1989).
Woolf, S. J. (edited by), *European Fascism* (London: 1968).
Woolf, S. J. (edited by), *The Nature of Fascism* (New York: 1968).
Woolf, Stuart, «Movimenti e regimi di tipo fascista in Europa», in Nicola Tranfaglia e Massimo Firpo (a cura di), *La Storia. I grandi problemi dal Medioevo all'Età Contemporanea,* vol. 9 (Torino: 1986).
Zarnowski, Janusz (editor), *Dictatorship in East-Central Europe. 1918-1939,* Polish Historical Library, n.º 4 (Wroclaw: 1983).

6.3 Obras sobre o Fascismo e o «Estado Novo» com referências Comparativas

AA. VV., *O Fascismo em Portugal* (Lisboa: 1982).

AA. VV., *O Estado Novo – Das Origens ao Fim da Autarcia, 1926-1959,* 2 vol. (Lisboa: 1987).

AA. VV., *Salazar e o Salazarismo* (Lisboa, 1989).

AA. VV., *Portugal na Segunda Guerra Mundial. Contributos para uma Reavaliação* (Lisboa: 1989).

Albonico, A., *Breve Storia del Portogallo Contemporaneo* (Napoli: 1977).

Brito, José Maria Brandão de, *A Industrialização Portuguesa no Pós-Guerra (1948-1965), O condicionamento industrial* (Lisboa: 1989).

Bruneau, Thomas C., «Church and State in Portugal: Crises of Cross and Sword», *Journal of Church and State,* vol. 8, n.º 3, Autumn 1976, pp. 463-490.

Bruneau, Thomas C., *Politics and Nationhood. Post-revolutionary Portugal* (New York: 1984).

Cabral, Manuel Villaverde, «Sobre o Fascismo e o seu advento em Portugal: ensaio de interpretação a pretexto de alguns livros recentes», *Análise Social,* vol. XII (48), 1976, pp. 873-915.

Cabral, Manuel Villaverde, «A Grande Guerra e o sidonismo. Esboço interpretativo», *Análise Social,* vol. XV (58), 1979, pp. 327-392.

Cabral, Manuel Villaverde, «O Fascismo Português numa Perspectiva Comparada», in AA. VV., *O Fascismo em Portugal* (Lisboa: 1982), pp. 19-30.

Cabral, Manuel Villaverde, «Portuguese Fascism in Comparative Perspective», (paper presented at the 12th IPSA World Congress, Rio de Janeiro, August 1982).

Cabral, Manuel Villaverde, «The Seara Nova Group (1921-26) and the ambiguities of portuguese liberal elites», *Portuguese Studies,* vol. 4, 1988, pp. 182/195.

Cabral, Manuel Villaverde, «The Aesthetics of Nationalism: Modernism and Authoritarianism in Early Twentieth-Century Portugal», *Luso Brazilian Review,* vol. XXVI, 1, 1989, pp. 15-43.

Cabral, Manuel Villaverde, «Dependency and autonomy in Portuguese politics: authoritarianism and democracy in international perspective», mimio, S.D.

Caldeira, Arlindo Manuel, «O partido de Salazar: antecedentes, organização e funções da União Nacional (1926-34)», *Análise Social,* vol. XXII (94), 1986, pp. 943-977.

Campinos, Jorge, *Ideologia política do Estado salazarista* (Lisboa: 1975).

Campinos, Jorge, *A Ditadura Militar: 1926-1933* (Lisboa: 1975).

Carrilho, Maria, *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Séc. XX. Para uma Explicação Sociológica do Papel dos Militares* (Lisboa: 1985).

Cerqueira, Silas, «L'Église catholique et la dictature corporatiste portugaise», *Revue Française de Sciences Politiques,* vol. XXIII, n.º 3, Juin 1973, pp. 473-513.

Cocco, Nuccio, «Salazarismo». *In* Nicola Tranfaglia et alli, *Storia d'Europa,* vol. 3 (Firenze: 1980).

Cruz, Manuel Braga da, *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo* (Lisboa: 1980).

Cruz, Manuel Braga da, *Monárquicos e Republicanos sob o Estado Novo* (Lisboa: 1987).

Cruz, Manuel Braga da, *O Partido e o Estado no Salazarismo* (Lisboa: 1988).

Georgel, Jacques, *Le Salazarisme. Histoire et Bilan, 1926-1974* (Paris: 1981).

Gallagher, Tom, «Dictatorial Portugal, 1926-1974, A Bibliography», *Essays in Portuguese Studies,* n.° 3, ICGMP, Spring 1979.

Gallagher, Tom, *Portugal. A Twentieth-Century Interpretation* (Manchester: 1983).

Giannotti, P. e Privato, S., *Il Portogallo dalla prima alla seconda Republica (1910-1975)* (Urbino: 1978).

Goméz, Hipólito de la Torre, *La Relación Peninsular en la Antecamara de la Guerra Civil de España (1931-36)* (Mérida: 1989).

Graham, Lawrence S., «Portugal: The Bureaucracy of Empire», *LADS Occasional Papers,* Series 2, n.° 9 (Austin: 1973).

Graham, Lawrence S., «Portugal: The Decline and Collapse of an Authoritarian Order», *Contemporary Political Sociological Series* (Beverly Hills: 1975).

Kuin, Simon, «Fascist Italy and Salazar's Portugal, 1936-1936», *Yearbook of European Studies,* 3-Italy/Europe (Amsterdam: 1990), pp. 101-118.

Leeds, Elisabeth, «Salazar's 'Modelo Económico': The Consequences of Planned Constraint», *in* T. C. Bruneau, Victor M. P. da Rosa, and Alex Macleod (edited by), *Portugal in Development: Emigration, Industrialization, the European Community* (Ottawa: 1984).

Lewis, Paul H., «Salazar's Ministerial Elite, 1932-1968», *Journal of Politics,* 40, August 1978, pp. 622-647.

Lucena, Manuel de, *A Evolução do Sistema Corporativo Português,* vol. I – *O Salazarismo* (Lisboa: 1976).

Lucena, Manuel de, «The evolution of portuguese corporatism under Salazar and Caetano», *in* Lawrence S. Graham and Harry M. Makler, *Contemporary Portugal. The Revolution and its Antecedents* (Austin: 1979), pp. 147/88.

Lucena, Manuel de, «Interpretações do Salazarismo: notas de leitura crítica – I», *Análise Social,* vol. XX (83), 1984-4.°, pp. 423-451.

Lucena, Manuel de, «Post-fascisme? néo-corporatisme? ou quoi (réfléxions sur la chute du régime salazariste et sur ce qui s'en est ensuivi)», paper presented to the conference «Modern Europe after Fascism», Bergen, June 27-29, 1985.

Marques, Alfredo, *Política Económica e Desenvolvimento Económico em Portugal (1926-1959)* (Lisboa: 1988).

Marques, A. H. de Oliveira, *História de Portugal,* vol. III (Lisboa: 1982).

Marques, A. H. de Oliveira, «Revolution and Counterrevolution in Portugal. Problems of Portuguese History, 1900-1930», *Studien über die Revolution* (Berlin: 1969), pp. 403-418.

Marques, A. H. de Oliveira, «The Portuguese 1920s: a general survey», *Revista de História Económica e Social,* n.° 1, Janeiro-Junho 1978, pp. 87-103.

Martins, Hermínio, «Portugal», Stuart Woolf (edited by), *European Fascism* (New York: 1969), pp. 302-336.

Martins, Hermínio, «Opposition in Portugal», *Government and Opposition,* vol. 4, n.° 2, Spring 1969, pp. 250-263.

Martins, Hermínio, «The Breakdown of the Portuguese Democratic Republic», Mimio., Seventh World Congress of Sociology, Varna, mimio., 1970.

Martins, Hermínio, «Portugal», Margaret Scotford Archer and Salvador Giner (edited by), *Contemporary Europe: Class, Status and Power* (London: 1971), pp. 60-89.

Medina, João, *Salazar em França* (Lisboa: 1977).

Medina, João, *Salazar e os fascistas. Salazarismo e Nacional-Sindicalismo. A História de um Conflito (1932-1935),* (Lisboa, 1977).

Mónica, Maria Filomena, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar (A Escola Primária Salazarista, 1926-1939),* (Lisboa: 1978).

Nunes, João Arsénio, «A formação do Estado fascista em Portugal à luz da correspondência diplomática britânica (1926-1933)», *O Estado Novo, das Origens ao Fim da Autarcia: 1926-1959,* vol. I (Lisboa: 1987).

Oliveira, César, *A Preparação do 28 de Maio. António Ferro e a Propaganda do Fascismo: 1920-1926* (Lisboa: 1980).

Oliveira, César, *Portugal e a Segunda República de Espanha, 1931-1936* (Lisboa: 1987).

Oliveira, César, *O Salazarismo e a Guerra Civil de Espanha* (Lisboa: 1988).

Oliveira, César, *Salazar e o seu tempo* (Lisboa: 1991).

Opello, Walter C. Jr., *Portugal's Political Development. A Comparative Approach* (Boulder: 1985).

Pais, José Machado, *As «Forças Vivas» e a Queda do Regime Liberal Republicano,* Madrid, mimeo., 1983.

Pais, José Machado, «A crise do regime liberal republicano: algumas hipóteses explicativas», AA. VV., *O Estado Novo — das origens...,* pp. 129-144.

Payne, Stanley G., «Fascism in Western Europe», *in* Walter Laqueur (edited by), *Fascism: A Reader's Guide. Analyses, Interpretations, Bibliography* (Berkeley: 1976), pp. 295-311.

Payne, Stanley G., «Salazarism: 'fascism' or 'bureaucratic authoritarianism'?», AA. VV., *Estudos de História de Portugal. Homenagem a A. H. de Oliveira Marques,* vol. II-sécs. XVI-XX (Lisboa: 1983), pp. 523-553.

Payne, Stanley G., «Fascism and Right Authoritarianism in the Iberian World: the last Twenty Years», *Journal of Contemporary History,* vol. 21 (1986), pp. 163-177.

Payne, Stanley G., «La oposición a las dictaduras en la Europa occidental: una perspectiva comparativa», *in* Javier Tuselle et alli, *La Oposición al Régimen de Franco,* 3 vols. (Madrid: 1990), pp. 51-64.

Pinto, António Costa e Ribeiro, Nuno, *A Acção Escolar Vanguarda (1933--1936). A Juventude Nacionalista nos Primórdios do Estado Novo* (Lisboa: 1980).

Pinto, António Costa, «O Fascismo e a Crise da I Republica: Os Nacionalistas Lusitanos (1923-1925), *Penélope,* n.º 3, Junho 1989, pp. 43-62.

Pinto, António Costa, «The Radical Right and the Military Dictatorship: The National May League (1928-1933)», *Luso-Brazilian Review,* vol. 23, n.º 1, Summer 1986, pp. 1-15.

Pinto, António Costa, «O salazarismo e o fascismo europeu: os primeiros debates nas Ciências Sociais», AA. VV., *Salazar e o Salazarismo* (Lisboa: 1989), pp. 155-188.

Pinto, António Costa, «O salazarismo na recente investigação internacional sobre o fascismo europeu — velhos problemas, velhas respostas?», *Análise Social,* vol. XXV (108-109), 1990, pp. 695-713.

Pinto, António Costa, «The Radical Right in Contemporary Portugal», Luciano Cheles et alli (edited by), *Neo-Fascisme in Europe* (London and New York: 1991), pp. 167-190.

Pinto, António Costa, «'L'Etat Nouveau' de Salazar et le Régime de Vichy», AA. VV., *Vichy et les Français* (Paris: 1992), pp. 670-684.

Pinto, António Costa, *The Salazar «New State» and European Fascism — Problems and Perspectives of Interpretation,* European University Institute (Florence: 1991).

Pinto, António Costa, «The Literary Aspirations of Portuguese Fascism», Stein U. Larsen et alli. (edited by), *Fascism and European Literature* (Bern and New York: 1991), pp. 238-253.

Portela, Artur, *Salazarismo e artes plásticas* (Lisboa: 1982).

Raby, Dawn L., *Fascism and Resistence in Portugal. Communists, Liberals and Military Dissidents in the Opposition to Salazar, 1941-1974* (Manchester: 1988). Tradução portuguesa (Lisboa: 1990).

Ramos, Rui, «O Estado Novo perante os poderes periféricos: o governo de Assis Gonçalves em Vila Real (1934-1939)», *Análise Social,* vol. XXII (90), 1986, pp. 109-135.

Robinson, Richard, «The Religious Question and the Catholic Revival in Portugal, 1900-1930», *Journal of Contemporary History,* 12 (1977), pp. 345-362.

Robinson, Richard A. H., *Contemporary Portugal. A history* (London: 1979).

Rosas, Fernando, «Cinco pontos em torno do estudo comparado do fascismo», *Vértice,* 13, Abril de 1989, pp. 21-29.

Santarelli, Enzo, «Il caso porthogese: radici e premesse di una rivoluzione», *Critica Marxista,* n.° 4, Luglio-Agosto 1975, pp. 41-59.

Serra, João B. e Matos, Luís Salgado de, «Intervenções Militares na Vida Política», *Análise Social,* (72-73-74), 1.° vol., 1982, pp. 1165-1195.

Schmitter, Philippe C., «Corporatism and Public Policy in Authoritarian Portugal», *Contemporary Political Sociological Series,* Sage Professional Series, vol. I (London: 1975).

Schmitter, Philippe C., «Liberation by *Golpe:* Retrospective Thoughts on the Demise of Authoritarian Rule in Portugal», *Armed Forces and Society,* vol. II, n.° 1, November 1975, pp. 5-33.

Schmitter, Philippe C., «The Impact and Meaning of 'Non-competitive, Non-Free and Insignificant' Elections in Authoritarian Portugal. 1933-1974», *in* Guy Hermet, Richard Rose and Alain Rouquié (edited by), *Elections Without Choice* (London: 1978), pp. 145-168.

Schmitter, Philippe C., «The 'Régime d'Exception' That Became the Rule: Forty-Eight Years of Authoritarian Domination in Portugal», *in* Lawrence S. Graham and Harry Makler (edited by), *Contemporary Portugal. The Revolution and Its Antecedents* (Austin: 1979), pp. 2-46.

Schwartzman, Kathleen C., *The Social Origins of the Democratic Collapse. The First Portuguese Republic in the Global Economy* (Lawrence, Kansas: 1989).

Telo, António José, *Decadência e Queda da I República Portuguesa,* 2 vols. (Lisboa: 1980 e 1984).

Torre, Hipólito de la (coord.), *Portugal y España en el cambio político (1958-1978)* (Mérida: 1989).

Wheeler, Douglas L., «The Military and the Portuguese Dictatorship, 1926--1974: 'The Honor of the Army'», *in* Lawrence S. Graham and Harry M. Makler (edited by), *Op. Cit.,* pp. 191-219.

Wheeler, Douglas L., *A Ditadura Militar Portuguesa, 1926-1933* (Lisboa: 1988).

Wiarda, Howard J., *Corporatism and Development. The Portuguese Experience* (Amherst: 1977).

ÍNDICE ONOMÁSTICO

ALBONICO (A.), 68.
ALIER (Juan Martínez), 71.
ALLARDT (Erik), 26.
ALMEIDA (Pedro Tavares de), 116.
ALMOND (Gabriel A.), 28.
APTER (David), 31.
ARENDT (H.), 17, 21.
ARON (Raymond), 26.
AYÇOBERRY (Pierre), 21.

BAUER (Otto), 36.
BEETHAM (David), 35.
BLINKHORN (Martin), 114, 115.
BOREJSZA (Jerzy W.), 81.
BOTZ (Gerhard), 78.
BOURDERON (Roger), 19, 38.
BRACHER (Karl Dietrich), 23, 29, 30.
BRITO (José Maria Brandão de), 123.
BRUNEAU (Thomas C.), 59, 96, 99.
BRZEZINSKI (Zbigniew K.), 17.
BURRIN (Philippe), 74, 125, 133.

CABRAL (M. V.), 14, 88, 89, 90, 93, 94, 96, 98, 103.
CAETANO (Marcello), 54.
CALDEIRA (Arlindo Manuel), 106, 107.
CAPLAN (Jane), 37.
CARMONA (Óscar), 109, 121.
CARRILHO (Maria), 108.
CARSTEN (F. L.), 25.
CAZZOLA (Roberto), 78.
CERQUEIRA (Silas), 58, 59, 60.
CLEMENTE (Eloy Fernandez), 97.
COCCO (Nuccio), 69.
COELHO (Mário Baptista), 116.
COLLOTTI (Enzo), 68, 69, 79.
CORNI (Gustavo), 68.
COSTA (Fernando dos Santos), 110.
CRUZ (Manuel Braga da), 14, 90, 91-92, 94, 95, 101, 105, 107.
CUTILEIRO (José), 63.

DE FELICE (Renzo), 18, 21, 22, 23, 67, 68, 70, 92.
DELGADO (Humberto), 108.
DELZELL (Charles F.), 39.
DI PALMA (Giuseppe), 30.
DIMITROV, 66.
DOBKOWSKI (Michael N.), 37, 66, 114.
DOLFUSS, 20, 24, 39, 53, 77, 78, 79, 126.

ELEY (Geoff), 66, 114, 122.
EISENSTADT (S.N.), 51.

FAURE (Christian), 129.
FERRAZ (Ivens), 109.
FERRO (António), 128.
FIRPO (Massimo), 84.
FRANCO (Francisco), 126.
FREITAS (Vicente de), 109.
FRIEDRICH (Carl J.), 17.

GALLAGHER (Tom), 110.
GENTILE (Emilio), 24, 67, 119, 125.
GEORGEL (Jacques), 77.
GERMANI (Gino), 31, 34.
GIANNOTTI (P.), 68.
GINER (Salvador), 71, 72.
GRAHAM (Lawrence S.), 46, 48, 51, 52, 63, 96, 109.
GREENSTEIN (F.), 26.
GREGOR (A. James), 24, 34.

HERMET (Guy), 47, 48.
HERR (Richard), 113.
HERTZ (John H.), 30.
HITLER (Adolfo), 17, 39.
HORTHY, 94.
HUNTINGTON (Samuel P.), 29.

JACCOBELLI (Jader), 68.

KERSHAW (Ian), 21.
KÜHNL (Reinhard), 37.
KUIN (Simon), 104.

LAMOUNIER (Bolivar), 14.
LAQUEUR (Walter), 21, 52.
LARSEN (Stein U.), 78, 116.
LEDEEN (M. A.), 67.
LEE (Stephen J.), 83.
LEEDS (Elizabeth), 98-99.
LEWIS (Paul H.), 52.
LINZ (Juan J.), 26, 27, 28, 41, 42, 71, 116.
LIPSET (Seymour M.), 20, 24.
LITTUNEN (Yrjö), 26.
LOPES (Fernando Farelo), 107.
LUCENA (Manuel de), 14, 45, 46, 47, 53, 55, 56, 57, 93, 96, 101.

MACLEOD (Alex), 99.
MAKLER (Harry M.), 46, 48, 63, 109.
MARCADÉ (Jacques), 77.
MARQUES (Alfredo), 99, 101.
MARQUES (A. H. Oliveira), 42, 52, 111.
MARTINS (Herminio), 20, 41, 42, 43, 44, 45, 60, 61.
MASON (Tim), 38.
MASSIS (Henri), 131.
MATOS (Luis Salgado de), 14, 108.
MEDINA (João), 131.
MENZE (Ernst A.), 29.
METTERNICH, 30.
MICHEL (Henri), 39.
MILWARD (Alan S.), 97, 101.
MILZA (Pierre), 74-75, 76, 83.
MOMMSEN (Hans), 29.
MONICA (Maria Filomena), 62, 130.
MONNEROT (Jules), 30.
MOORE (Barrington), 31, 34, 62.
MOORE (Clement H.), 29.
MOSSE (George L.), 21, 22, 23, 24.
MOUZELIS (Nicos), 115.
MUSSOLINI (Benito), 18, 47, 67, 72, 78, 91, 104.

NOLTE (Ernst), 18, 19, 21, 22, 23.
NUNES (João Arsénio), 111.

O'DONNELL (Guillermo), 53.

OLIVEIRA (César), 103, 109.
OPELLO (Walter C.), 96.
ORGANSKI (A. F. K.), 31, 32, 33, 34, 35, 40, 89-90, 98, 101, 117.
OSÓRIO (João de Castro), 119.

PAIS (José Machado), 90.
PAIS (Sidónio), 35, 43, 118, 119.
PAXTON (Robert O.), 73, 74, 77.
PAYNE (Stanley G.), 21, 22, 41, 52-53, 71, 94, 110.
PEREIRA (José Pacheco), 111.
PERON (Juan), 35.
PILSUDSKI, 82, 94.
PINTO (António Costa), 55, 65, 73, 75, 91, 103, 108, 113, 117, 119, 130.
PIVATO (S.), 68.
POLSBY (N.), 26.
POLONSKI (Anthony), 80.
PORTELA (Artur), 128.
POULANTZAS (Nicos), 19, 36, 37, 99, 101.
POWELL (G. B.), 28.
PRETO (Rolão), 130.

RABY (D. L.), 110.
RAMIREZ (Manuel), 72.
RAMOS (Rui), 108.
RATH (John), 78.
RÉMOND (René), 30, 73, 76.
RIBEIRO (Nuno), 103, 130.
RIEGELHAUPT (Joyce Firstenberg), 63.
RIVERA (Primo de), 91, 124.
ROBINSON (Richard), 59.
ROGGER (Hans), 24.
ROKKAN (Stein), 26, 42.
ROSA (Victor M. P. da), 99.
ROSAS (Fernando), 94, 98, 100, 103, 105.
ROSE (Richard), 47.
ROUQUIÉ (Alain), 47-48.
RUSCONI (Gian Enrico), 78.
RYSKA (Franciszek), 80-81, 83.

SALAZAR (Oliveira), 14, 15, 19, 29, 30, 39, 44, 49, 50, 53, 65, 69, 72, 75, 76, 77, 79, 84, 85, 87, 91, 93, 95, 96, 97, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 111, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 131, 132, 133.
SANTARELLI (E.), 69.
SARTORI (Giovanni), 29.
SCHUM (Carolyn W.), 78.
SCHUSCHNIGG, 53, 78.
SCHMITTER (Philippe C.), 41, 47, 48, 49, 50-51, 54, 55, 57, 61, 72.
SCHWARTZMAN (Kathleen C.), 90, 117.
SERRA (João B.), 14, 108.
SEVILLA-GUZMAN (Eduardo), 71.
SILVEIRA (Joel Frederico da), 99.
SLAVITT (David), 9.
SMETONA, 82.
SOUCY (Robert), 74.
STALIN, 9.
STEPAN (Alfred), 28.
STERNHELL (Zeev), 24, 73, 74.
SUGAR (Peter), 25, 80.
SWEETS (John F.), 73.

TELO (António José), 105, 109.
TORRE (Hipólito de La), 72, 94, 103.
TRANFAGLIA (Nicola), 69, 84.
TRINDADE (Hélgio), 113.
TURNER (Henri A.), 34.
TUSELL (Javier), 28, 72, 110.

VAJDA (Mihály), 19, 36.
VALANI (Leo), 30.

WALLIMANN (Isidor), 37, 66, 114.

WEBER (Eugen), 21, 22, 23, 24, 25, 73.
WEBER (Max), 28.
WHEELER (Douglas L.), 108, 109.
WIARDA (Howard J.), 55, 58.
WILLIAMSON (Peter J.), 126.
WOOLF (Stuart J.), 19, 31, 39, 41, 44, 83-84.
YRUELA (Manuel Pérez), 71.
ZARNOWSKI (Janusz), 80, 81, 82.
ZETKIN (Clara), 36.

IMPRENSA UNIVERSITÁRIA

PUBLICADOS

1 – *Estética e Semiótica do Cinema,* Yuri Lotman
2 – *Formas de Exploração do Trabalho e Relações Sociais na Antiguidade Clássica,* Vários
3 – *História do Colonialismo Português em África,* Vol. I, Pedro Ramos de Almeida
4 – *História do Colonialismo Português em África,* Vol. II, Pedro Ramos de Almeida
5 – *História do Colonialismo Português em África,* Vol. III, Pedro Ramos de Almeida
6 – *O Mundo Contemporâneo 1945 - 1975,* Marcel Pacaut e Paul Boujou
7 – *A Arquitectura Popular Portuguesa,* Arquitecto Mário Moutinho
8 – *O Tempo das Catedrais,* Georges Duby
9 – *A Acumulação Mundial (1429 - 1789),* André Günder Frank
10 – *Elementos de Psicanálise,* Roland Doron
11 – *Arte do Ocidente – A Idade Média Românica e Gótica,* Henri Focillon
12 – *História da Estética,* Raymond Bayer
13 – *Guerreiros e Camponeses,* Georges Duby
14 – *Para um Novo Conceito de Idade Média,* Jacques Le Goff
15 – *Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa,* A. H. de Oliveira Marques
16 – *Na Encruzilhada da Grande Guerra – Portugal - Espanha (1913 - 1919),* Hipólito de La Torre Gomez
17 – *Introdução à Etnologia,* Mário Canova Moutinho
18 – *As Civilizações Pré-Clássicas – Guia de Estudo,* A. Augusto Tavares
19 – *A Nobreza Medieval Portuguesa,* José Mattoso
20 – *Escritos Sobre Estética e Semiótica da Arte,* Jan Mukarovsky
21 – *Guia de História da I República Portuguesa,* A. H. de Oliveira Marques
22 – *As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo,* Georges Duby
23 – *Estudos de História de Portugal,* Vol. I – Sécs. X - XV
24 – *Estudos de História de Portugal,* Vol. II – Sécs. XVI - XX
25 – *Correspondência Política de Afonso Costa,* A. H. de Oliveira Marques
26 – *Os Árabes na História,* Bernard Lewis
27 – *Livro dos Conselhos de El Rei D. Duarte*
28 – *Desenvolvimento Económico e Repartição do Rendimento,* Manuela Silva
29 – *Estudos sobre o Maneirismo,* J. H. Pais da Silva
30 – *História Rural Medieval,* José Garcia de Cortazar y Ruiz de Aguirre
31 – *Figurinos Maçónicos Oitocentistas,* A. H. de Oliveira Marques
32 – *A Civilização do Ocidente Medieval,* Vol. I, Jacques Le Goff
33 – *A Civilização do Ocidente Medieval,* Vol. II, Jacques le Goff
34 – *Pombal Revisitado,* Vol I
35 – *Pombal Revisitado,* Vol. II

36 – *Cronologia da Revolução de 1383 - 1385,* Valentino Viegas
37 – *A Civilização do Renascimento,* Vol. I, Jean Delumeau
38 – *A Civilização do Renascimento,* Vol. II, Jean Delumeau
39 – *A Economia do Renascimento Europeu (1300 - 1600),* Harry A. Miskimin
40 – *História da Pesca do Bacalhau,* Mário Moutinho
41 – *Do «Perigo Espanhol» à Amizade Peninsular – Portugal - Espanha (1919 - 1930),* Hipólito de La Torre Gómez
42 – *Inquisição e Cristãos-Novos,* António José Saraiva
43 – *A Civilização da Europa das Luzes,* Vol. I, Pierre Chaunu
44 – *A Civilização da Europa das Luzes,* Vol. II, Pierre Chaunu
45 – *Identificação de um País,* Vol. I – *Oposição,* José Mattoso
46 – *Identificação de um País,* Vol. II – *Composição,* José Mattoso
47 – *Dicionário de Termos Musicais,* Henrique de Oliveira Marques
48 – *A Civilização da Europa Clássica,* Vol. I, Pierre Chaunu
49 – *A Civilização da Europa Clássica,* Vol. II, Pierre Chaunu
50 – *História das Campanhas de Angola – Resistência e Revoltas (1845 - 1941),* Vol. I, René Pélissier
51 – *História das Campanhas de Angola – Resistência e Revoltas (1845 - 1941),* Vol. II, René Pélissier
52 – *Estudos de Iconologia,* Erwin Panofsky
53 – *Páginas de História da Arte,* Vol. I, Jorge Henrique Pais da Silva
54 – *Páginas de História da Arte,* Vol. II, Jorge Henrique Pais da Silva
55 – *Religião e Direito no Alcorão,* João Silva de Sousa
56 – *O Estado Novo nos Anos Trinta,* Fernando Rosas
57 – *A Sociedade de Corte,* Norbert Elias
58 – *Geografia de Portugal,* Carlos Alberto Medeiros
59 – *Fragmentos de uma Composição Medieval,* José Mattoso
60 – *Lições de Topografia,* Santos Barata
61 – *História de Moçambique,* Vol. I, René Pélissier
62 – *História de Moçambique,* Vol. II, René Pélissier
63 – *A Expansão Europeia,* Frédéric Mauro
64 – *História e Verdade,* Adam Schaff
65 – *O Zodíaco da Vida,* Eugénio Garin
66 – *Arte e Crítica de Arte,* Giulio Carlo Argan
67 – *A Escrita da História – Teoria e Métodos,* José Mattoso
68 – *Idade Média e Renascimento,* Eugénio Garin
69 – *O Algarve Económico (1600 - 1773),* Joaquim Romero Magalhães
70 – *Introdução Crítica ao Direito,* Michel Miaille
71 – *Portugal, o Brasil e o Atlântico,* Vol. I, Frédéric Mauro
72 – *Portugal, o Brasil e o Atlântico,* Vol. II, Frédéric Mauro
73 – *História do Direito Romano,* Mario Bretone
74 – *O Castelo e a Feira – A Terra de Santa Maria nos Séculos XI a XIII,* José Mattoso, Luís Krus e Amélia Andrade
75 – *História da Guiné – Portugueses e Africanos na Senegâmbia (1841 - 1936),* Vol. I, René Pélissier
76 – *História da Guiné – Portugueses e Africanos na Senegâmbia (1841 - 1936),* Vol. II, René Pélissier
77 – *O Pensamento Económico em Portugal nos Finais do Século XVIII (1780 - 1808),* José Luís Cardoso
78 – *Estudos de História da Música em Portugal,* Manuel Carlos de Brito
79 – *Dicionário Glossográfico e Toponímico da Documentação sobre Angola (Séculos XV - XVII),* Adriano Parreira
80 – *Economia e Sociedade em Angola na Época da Rainha Jinga (Século XVII),* Adriano Parreira
81 – *Testes Estatísticos em Psicologia,* Manuela d'Oliveira/Judith Greene
82 – *Equidade e Despesa em Saúde,* Maria do Rosário Giraldes
83 – *Portugal entre a Paz e a Guerra (1939 - 1945),* Fernando Rosas

84 – *Alice no País da Linguagem,* Marina Yaguello
85 – *Mitologia Geral – O Mundo dos Deuses e dos Heróis,* Vol. I, Maria Lamas
86 – *Mitologia Geral – O Mundo dos Deuses e dos Heróis,* Vol. II, Maria Lamas
87 – *D. João II,* Manuela Mendonça
88 – *Fernão Lopes Contador de História – Sobre a Crónica de D. João I,* Teresa Amado
89 – *Seis Estudos sobre o Liberalismo Português,* Maria de Fátima Bonifácio
90 – *Guia de História da Arte,* G. C. Argan/M. Fagiolo
91 – *Sociologia da Família,* Chiara Saraceno
92 – *O Salazarismo e o Fascismo Europeu,* António Costa Pinto